



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**A ESCRITA DE SI COMO RESISTÊNCIA E DESCLAUSURA EM *CARTAS DE AMOR*, DE SÓROR MARIANA ALCOFORADO**

ROSEMERI VERISSIMO SANTANA DA COSTA

João Pessoa – PB

Agosto/2019

ROSEMERI VERISSIMO SANTANA DA COSTA

**A ESCRITA DE SI COMO RESISTÊNCIA E DESCLAUSURA EM *CARTAS DE AMOR*, DE SÓROR MARIANA ALCOFORADO**

Dissertação apresentada à banca examinadora como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre, em cumprimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**Área de Concentração:** Literatura, Teoria e Crítica

**Linha de Pesquisa:** Estudos Culturais e de Gênero

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liane Schneider

João Pessoa – PB

Agosto/2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C838e Costa, Rosemeri Verissimo Santana da.  
A ESCRITA DE SI COMO RESISTÊNCIA E DESCLAUSURA EM  
CARTAS DE AMOR, DE SÓROR MARIANA ALCOFORADO / Rosemeri  
Verissimo Santana da Costa. - João Pessoa, 2019.  
104f.

Orientação: Liane Schneider.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Cartas de Amor. 2. Mariana Alcoforado. 3. Literatura  
monástica feminina. 4. Roland Barthes. 5. Autoria  
feminina. I. Schneider, Liane. II. Título.

UFPB/CCHLA

ROSEMERI VERISSIMO SANTANA DA COSTA

**A ESCRITA DE SI COMO RESISTÊNCIA E DESCLAUSURA EM CARTAS DE  
AMOR, DE SÓROR MARIANA ALCOFORADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB  
como requisito necessário para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Data de aprovação: 28/08/2019

Banca examinadora:



---

Profa. Dra. Liane Schneider (UFPB)  
Orientadora (Presidente)

---

Profa. Dra. Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne (UFPB)  
Examinadora interna



---

Prof. Dr. José Vilian Manguiera (UEPB)  
Examinador externo

---

Profa. Dra. Maria do Rosário Silva Leite (UFPB)  
Suplente

Àquela que abraçou os meus projetos tanto quanto eu. À minha amorosa mãe, Sandra, e nela, a todas as mulheres.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser tudo. Afinal, só Deus basta, dizia Santa Tereza D'Ávila. Tenho a plena certeza de que nada faria, em lugar algum chegaria e nada seria sem Ele.

À minha família, pelo sustento, pelo amor, pelo incentivo, pelas orações, em suma, por acreditar em mim. Aos meus pais, agradeço o árduo trabalho diário para o provimento do lar e de tudo o que é essencial para viver. À minha mãe, Sandra, agradeço especialmente por ser minha maior referência do que é ser mulher; por ser forte; por ter se desdobrado entre o trabalho e a casa para me poupar, concedendo-me tempo para estudar e defendendo sua importância. Ao meu pai, Robson, e ao meu irmão, Rodrigo, pelas sucessivas idas e vindas ao ponto de ônibus nas madrugadas, a João Pessoa, à Universidade, etc. Ao meu irmão também agradeço a fraternidade. Em especial, à minha tia Nena, que investiu em mim e que é exemplo de que a determinação somada ao estudo nos leva ao sucesso e à realização pessoal, quando abraçamos as oportunidades. De modo geral, aos meus familiares (alguns *in memoriam*): avós e avôs, tias e tios, primas e primos, etc., pela torcida, por acreditar, pelas boas vibrações e amparo nos momentos de perda e dor que também atravessaram este caminho.

A Lucas Gabriel, meu companheiro e amigo. Obrigada por todo amor, carinho, cuidado, apoio, incentivo, compreensão e paciência. Por me fazer acreditar que chegaria ao presente momento; por me fazer sorrir quando quis chorar; por me acompanhar em cada etapa e a cada página escrita; por ser meu leitor; por me acalmar; por dividir sonhos; pela confiança depositada. Há muito a agradecer, e mediante as limitações deste espaço, limito-me a expressar minha gratidão por escrever junto comigo esta linda carta de amor que é a nossa relação.

À professora Liane Schneider, mulher erudita que me deu a honra de ser sua orientanda, mesmo em condições atípicas, pelo acolhimento, assistência, comprometimento, paciência e, sobretudo, pela humanidade e leveza com que realiza o seu trabalho de orientação. Obrigada por todos os direcionamentos, correções, leituras, sugestões, apontamentos, etc. Gratidão por dividir este momento comigo, em meio aos desafios que o acompanharam desde o princípio, quando a pesquisa ainda era semente, embrionária.

Às professoras que compuseram a minha banca de qualificação, por suas leituras que renderam valiosas contribuições científicas e pessoais. Pela indicação de bibliografia e caminhos apontados. Enfim, pela delicadeza, solicitude e disposição: Luciana Calado, em especial pela generosa concessão de seus materiais, Ana Cristina Marinho e Maria do Rosário.

Ao professor Carlos Adriano Ferreira de Lima, por quem tenho profunda admiração como profissional e pessoa. Gratidão pela mão estendida, pelo encorajamento e pela prontidão. Também, pela nobre atitude em ajudar uma pesquisadora “desconhecida” de forma desmedida, desinteressada, gratuita e abundante. Não saberia mensurar o quanto sou grata por toda sua gentileza ao me conceder materiais; ao me indicar referências, que, aliás, foram suas, num gesto que não conhece egoísmo; ao me passar ensinamentos; ao dialogar sobre as Cartas e sobre Sórora Mariana; ao compartilhar o ofício de Secretários dos amantes; ao corrigir e ler o meu texto; enfim, por se tornar um amigo. O mundo seria outro se tivéssemos mais pessoas e profissionais como Carlos Adriano.

Aos amigos-irmãos de longa data, Priscilla e Bruno pelas conversas, risadas, saídas, partilhas e presença. Aos amigos que fiz ao longo do curso, Thaíse Gomes, Laura Florentino e Andréia Araújo, pelo convívio, auxílio, informações trocadas e pela companhia. Àqueles com quem dividi apartamento, e não somente, mas a vida. Aos meus *workmates* do CCAA Guarabira, pelas energias positivas. A todos os outros, os quais não conseguiria citar sem correr o risco da omissão, portanto, de forma geral, a quem cativei e aos que mutuamente me cativaram, pela parceria e amizade.

À Taylla Contagem, que me forneceu e confiou textos de sua posse.

Ao PPGL, programa de uma organização e qualidade extraordinárias. Agradeço aos seus incríveis professores e funcionários, dedicados e comprometidos com suas atividades laborais, sobretudo pela experiência primorosa das disciplinas cursadas e pelos saberes compartilhados. De modo geral, por promover formação crítica, cultural, política e intelectual.

À professora Aldinida Medeiros, pelo encaminhamento da graduação ao mestrado.

À CAPES, pela bolsa de estudos que me assistiu e possibilitou a realização desta pesquisa.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste sonho.

*Todas as almas apaixonadas ou delicadas querem crestar-se na labareda fulgurante daquelas cinco Cartas [...].*

Júlio Brandão, 1984

*A dôr e o amor são as lanternas encantadas que iluminam a vida.*

Júlio Brandão, 1984

## RESUMO

Esta pesquisa, de cunho qualitativo e bibliográfico, toma como objeto de estudo a publicação *Cartas de Amor* (1992), cuja autoria se atribui à freira portuguesa Mariana Alcoforado (1640-1723). Esta edição que utilizamos é uma tradução brasileira, feita pela escritora brasileira Marilene Felinto, a partir das traduções portuguesas, uma vez que as cartas foram publicadas em sua versão princeps, intitulada *Lettres Portugaises traduites em françois*, em 1669, na França. A obra é composta por cinco missivas, provavelmente endereçadas a Noel Bouton de Chamilly (1636-1715), oficial francês com quem Sórora Mariana haveria se relacionado amorosamente no período das Guerras da Restauração (1640-1668). Apesar das dúvidas que existem a respeito da quantidade de cartas, da ordem em que estão dispostas, da autenticidade e/ou da autoria, objetivamos analisá-las à luz das categorias da resistência e da desclausura, sob a ótica dos Estudos Culturais e de Gênero, considerando essa produção uma escrita de si e, evidentemente, nos apoiando nos estudiosos que confirmam a tese alcoforadista. Portanto, a relevância deste trabalho consiste em trazer à tona mais uma escrita de autoria feminina, no sentido de prosa de ficção, e uma escritora, sobretudo se atentarmos para o seu caráter vanguardista, haja vista que o romance epistolar ganha notoriedade somente no século XVIII, sendo Alcoforado por muitos considerada como a primeira do gênero na França. Desse modo, privilegiamos o debate acerca da cultura letrada em setecentos, com foco para a literatura monástica feminina, evidenciando assimetrias entre gêneros nesse espaço, as quais fundamentam e justificam nossa proposta investigativa. Dessa forma e nessa direção, encaminhamos nossa leitura das *Cartas*, entre tantas possíveis, buscando apontar o potencial dessa escrita para a conquista de novos espaços de discurso para aquela que as produziu. Para isso, centramo-nos nos estudos de Morujão (2002; 2011; 2015), Anastácio (2013), Rector (1999), Garretas (1990), Perrot (2005; 2008), Foucault (1992), Figueiredo (2013), Arfuch (2010), Gameiro (2012), Lejeune (2014), Barthes (1981), Bourdieu (2012), entre outros.

**Palavras-chave:** *Cartas de Amor*; Mariana Alcoforado; literatura monástica feminina; Roland Barthes; autoria feminina.

## ABSTRACT

This qualitative and bibliographic research takes as its object of study the book *Cartas de Amor* (1992), whose authorship is attributed to the Portuguese nun Mariana Alcoforado (1640-1723). This edition we are using is a Brazilian translation, made by the Brazilian writer Marilene Felinto from the Portuguese translations, since the letters were published in its princeps version, entitled *Lettres Portugaises traduites em françois*, in 1669, in France. The work is composed of five missives, probably addressed to Noel Bouton de Chamilly (1636-1715), a French officer with whom Soror Mariana would have been lovingly associated in the period of Portuguese Restoration Wars (1640-1668). Despite the doubts related to the number of letters, the order in which they are arranged, their authenticity and/or authorship, we aim to analyze them in the light of the categories of resistance and discharge, from the perspective of Cultural and Gender Studies, considering this production a self writing and, evidently, supported by the scholars that confirm the alcoforadista thesis. Therefore, the relevance of this work is to bring to light women's writing, in the sense of prose of fiction, and a writer, especially if we pay attention to its avant-garde character, since the epistolary novel gets prominence only in the eighteenth century, being Mariana considered by many the first of its kind in France. Thus, we privilege the debate on women's writing in the seventeenth century, focusing on female monastic literature, showing asymmetries between genders in this space, which underlie and justify our investigative proposal. In this way and in this direction, we forward our reading of the letters, among many possible, seeking to point out the potential of this writing for the conquest of new spaces of discourse for the one that produced them. For it, we focus on the studies of Morujão (2002; 2011; 2015), Anastácio (2013), Rector (1999), Garretas (1990), Perrot (2005; 2008), Foucault (1992), Figueiredo (2013), Arfuch (2010), Gameiro (2012), Lejeune (2014), Barthes (1981), Bourdieu (2012), among others.

**Keywords:** *Cartas de Amor*; Mariana Alcoforado; female monastic literature; Roland Barthes; women's writing.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 MULHERES RELIGIOSAS E ESCRITA DA INTIMIDADE: VOZES QUE ROMPEM O SILÊNCIO DA CLAUSURA</b> .....	17
1.1 A condição das mulheres religiosas na cultura letrada de setecentos.....	17
1.2 A palavra das monjas: entre o místico e o profano.....	27
<b>2 CORRESPONDÊNCIA: DIÁLOGO <i>PER ABSENTIAM</i></b> .....	36
2.1 A epistolografia e a carta: entre formas, funções, estilos, nomenclaturas e técnicas.....	36
2.1.1 O romance epistolar.....	46
2.2 Breves considerações sobre a escrita de si.....	49
<b>3 “TODAS AS CARTAS DE AMOR SÃO RIDÍCULAS”?</b> .....	58
3.1 Uma nota: a resistência e a desclausura como categorias de análise.....	58
3.2 “Só as criaturas que nunca escreveram/Cartas de amor/É que são/Ridículas”.....	63
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
<b>ANEXOS</b> .....	86

## INTRODUÇÃO

Sóror Mariana Vaz Alcoforado (1640-1723)<sup>1</sup>, freira no convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja, no Alentejo, em Portugal, por volta da segunda metade do século XVII, despertou e continua a despertar grande curiosidade e atenção por parte de muitos estudiosos e pesquisadores<sup>2</sup>, dada a escrita de suas *Cartas Portuguesas*, importante texto para a Literatura Francesa e Portuguesa e que obteve repercussão mundial, sendo incorporado ao cânone literário, ainda que se tratando de um texto de autoria feminina, à época fadada a uma recepção diferenciada, ou seja, inferior em relação à autoria masculina. As epístolas de cunho amoroso são dirigidas a um oficial do exército francês, com quem a religiosa provavelmente se envolveu durante o período das Guerras da Restauração (1640-1668).

As missivas são originalmente intituladas *Lettres Portugaises traduites em françois* na edição princeps, de 1669<sup>3</sup>, editadas pelo livreiro Claude Barbin (1628-1698) e publicadas na França, versão cuja autoria se atribuiu ao também tradutor e revisor das cartas, Gabriel-Joseph Guilleragues (1628-1685), de acordo com a teoria de J. Rougeot e F. Deloffre, conforme Humberto Delgado (1964). As *Lettres Portugaises* foram publicadas no século XVII, mas, as traduções para o português (de Portugal e/ou Brasil) só apareceram nos séculos XIX e XX, sendo a primeira a de Filinto Elísio, pseudônimo de Francisco Manuel do Nascimento, em 1819. As traduções mais expressivas são as de Manuel Ribeiro (1940), Morgado de Mateus (1838), Luciano Cordeiro (1888) e Jaime Cortesão (1964). Para além disso, o texto das cartas também foi adaptado<sup>4</sup> para o cinema e o teatro, assim como representado<sup>5</sup> nas artes plásticas.

No entanto, tomamos como *corpus* desta pesquisa a versão brasileira traduzida por Marilene Felinto, que recebe o título *Cartas de Amor* (1992), doravante *Cartas*. As razões que nos moveram à escolha deste objeto de estudo estão vinculadas a uma preferência particular e pessoal em estudar Gênero e Cultura, sobretudo quando confluem para a reescrita da história

---

<sup>1</sup> Natural da cidade de Beja. Viveu a maior parte de sua vida no Convento de Nossa Senhora da Conceição na mesma cidade, atualmente Museu Regional de Beja. Nascida a 22 de abril de 1640 e falecida a 28 de julho de 1723, aos 83 anos de idade e 60 de clausura.

<sup>2</sup> Destacamos os nomes mais proeminentes dos estudos sobre as *Cartas Portuguesas*, como os de Luciano Cordeiro, Manuel Ribeiro, Morgado de Mateus, Jaime Cortesão, Humberto Delgado, entre outros.

<sup>3</sup> Conferir frontispício desta publicação nos anexos deste trabalho (anexo 1).

<sup>4</sup> A título de exemplo, destacamos a obra *Novas Cartas Portuguesas* (1972), publicado por Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, então conhecidas como “as três Marias”. Para o cinema, encontramos duas adaptações das cartas, uma de 1977, *Love Lettres of a Portuguese Nun*, e outra de 2009, *La religieuse portugaise*. Para o teatro, destacamos a peça radiofônica em dois atos de Humberto Delgado, *Mariana – A freira de Beja*, transmitida em 1940.

<sup>5</sup> Citamos as litografias de Henri Matisse, nas quais se desenhou os traços de Mariana. Suas litografias compuseram a edição portuguesa de 2004 das *Cartas Portuguesas*, publicadas em Lisboa.

das mulheres através do resgate de sua atuação nos mais diversos setores sociais, políticos e culturais. Evidentemente, isso se justifica mediante uma identificação: sou mulher, aliás, tornei-me mulher, portanto, vejo-me indispensavelmente inserida neste debate, o qual me deleita profundamente. Trata-se de uma preferência acadêmica que tem muita relação com o que sou, assim como com o que pretendo ser, afinal, a vida é um constante tecer e destecer do eu, como disse Guimarães Rosa: “Viver é um rasgar-se e remendar-se”. Enfim, a opção pela versão de Felinto, em meio a tantas outras, se explica pelo fato de 1) ser uma tradução brasileira feita por uma importante personalidade; mulher engajada e comprometida com o que faz, de um talento admirável<sup>6</sup>; 2) ter sido a primeira edição com que tive contato, a qual me apaixonou à primeira vista.

No prefácio das *Cartas*, a autora diz que as traduções portuguesas das *Cartas* são fruto de uma retroversão, ou seja, o processo de verter para a língua original (português lusitano, afinal, *Lettres Portugaises*) um texto que dela foi traduzido (francês). Por essa razão, coloca que o trabalho com o texto se deu “numa espécie de retroversão tripla: de língua estrangeira [francês] para língua original [português]; de língua original para língua ‘derivada’ em gramática e sotaque [português brasileiro]; de época remota para época mais presente” (FELINTO, 1992, p. 14; acréscimos nossos), logo, nos utilizamos dessa versão cientes das modificações pelas quais passa o texto original no processo de tradução e edição, haja vista que “a ‘mesma’ obra não é de fato a mesma quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação” (CHARTIER, 2014, p. 11).

O linguista Roman Jakobson em seu ensaio *Aspectos Linguísticos da Tradução* (2003) elenca três categorias tradutórias, das quais interessam-nos a tradução intralingual e interlingual. Para ele, a tradução intralingual (rewording) consiste na “interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (p. 63), enquanto a interlingual se define como “a interpretação dos signos verbais por meio de uma outra língua” (p. 53). Na retroversão, temos a tradução interlingual. Sendo assim, Marilene Felinto retraduz as cartas para o português brasileiro (produto final) a partir das traduções em português lusitano, o que consiste numa tradução intralingual. A autora justifica sua opção: “[...] minha preocupação foi aproximar o texto o máximo possível do português do Brasil contemporâneo [...]. Achei que essa era a forma de tornar mais atraente, porque mais compreensível [...]” (FELINTO, 1992, p. 14). Ainda há

---

<sup>6</sup> Marilene Barbosa de Lima Felinto (1957), natural de Recife (PE), é uma escritora, jornalista e tradutora brasileira. Seu primeiro livro, *As Mulheres de Tijucopapo* (1982), rendeu-lhe o Prêmio Jabuti de Revelação de Autor, em 1983; assim como o prêmio de melhor romance inédito da União Brasileira de Escritores, em 1982. Além desse, possui outros romances publicados, bem como contos e ensaios. Como tradutora, também traduziu textos de Edgar Allan Poe, Virginia Woolf, Ralph Ellison, entre outros.

que se considerar que esse procedimento se dá em uma terceira instância, daí a sua triplicidade, que é a transferência linguística diacrônica entre épocas distintas, levando em consideração que “uma tradução não diz respeito apenas a uma passagem entre duas línguas, mas entre duas culturas, ou duas enciclopédias” (ECO, 2007, p. 190).

Destarte, há opiniões divergentes a respeito da autoria das cartas<sup>7</sup>, assim como sobre a sua autenticidade, a ordem em que estão dispostas, a quantidade de cartas, entre outras questões. No entanto, estudos como os de Luciano Cordeiro em *Sóror Mariana: a freira portuguesa* (1888), Manuel Ribeiro em *Vida e Morte de Madre Mariana Alcoforado* (1940) e, posteriormente, Humberto Delgado em *O infeliz amor de Sóror Mariana: a freira de Beja* (1964), contestam os referidos questionamentos, por meio de argumentos e documentos históricos que tentam responder às dúvidas reacionárias, provavelmente apoiadas em uma visão de mundo que não conseguia imaginar uma mulher, principalmente uma freira, que chegasse a tal escritura. A nota do acadêmico francês Boissonade é indispensável à tese luso-francesa, segundo a qual Mariana é autora das cartas. No *Journal de L'Empire*, de 5 de janeiro de 1810, ele escreve a seguinte nota<sup>8</sup>:

A primeira edição das cartas portuguesas é de 1669, como diz o sr. Brunet. Mas êle indica dois volumes e a obra é só em um. Toda gente sabe hoje que estas cartas, cheias de natural e de paixão, foram escritas a Mr. Chamilly por uma religiosa portuguesa e que a tradução é de Guilleragues ou de Subligny. Mas os bibliógrafos não descobriram ainda o nome da religiosa. Posso dizer-lhes quem é. No meu exemplar da edição de 1669 há esta nota numa letra que me é desconhecida: “A religiosa que escreveu estas cartas chamava-se Mariana Alcoforado, freira em Beja, entre a Estremadura e a Andaluzia. O cavaleiro a quem estas cartas foram escritas era o conde Chamilly, chamado então Conde de Saint-Léger.” Recentemente uma edição prematura revelou-nos as fraquezas de uma mulher que muitos de entre nós puderam ver, conhecer e estimar. Ninguém mais do que eu censurou êstes esquecimentos de tôdas as conveniências. Mas 140 anos passados desde que as cartas portuguesas foram escritas, tornam a minha indiscrição muito desculpável. Uma tão velha história já não oferece alimento à maledicência nem à malícia. (BOISSONADE *apud* DELGADO, 1984, p. 7-8, trad. Luciano Cordeiro)

No entanto, o assunto ainda não é de todo esclarecido; há quem acredite nas teses que negam à Mariana a autoria das cartas. Mas, não sendo nosso intento verificar tais condições, o que exigiria outra investigação de crítica documental, pesquisa de outro tónus, nos apoiamos

<sup>7</sup> Os estudiosos Antônio Sardinha, Alfredo Pimenta, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, além de Jean Jacques Rousseau, para quem as cartas não poderiam ter sido escritas por uma mulher, entre outros, estão entre os que negam a tese alcoforadista, que confere à Mariana Alcoforado a autoria das cartas. Posteriormente, diante da nota de Boissonade (1810) que, pela primeira vez, revela o nome da freira portuguesa, e, a pesquisa de Luciano Cordeiro (1888), na qual se comprovou o nascimento e óbito de Mariana, entre outras questões, surge a contestação de F. C. Green, em 1926, e a de J. Rougeot e F. Deloffre, em 1962.

<sup>8</sup> Conferir o *Journal L'Empire* nos anexos (anexo 2).

nas teses clássicas luso-francesas desses historiadores que atribuem a autoria das cartas à Mariana Alcoforado, como acreditamos que ela existiu, e dessa maneira procederemos a pesquisa – nos defrontando com o texto em si através dessa voz autoral e narrativa que lhe dá forma.

As cinco cartas escritas pela freira de Beja são endereçadas ao nobre francês Noel Bouton de Chamilly (1636-1715), “[...] um amante [...] que está na França” (ALCOFORADO, 1992, p. 18)<sup>9</sup>, conde de Chamilly ou conde de Saint-Léger, o referido oficial do exército francês que esteve em terras portuguesas a propósito das Guerras de Restauração, por quem Mariana apaixonou-se por volta de 1663, quando o conhece através de seus irmãos Baltazar e Miguel, que também serviam na guerra. Vale salientar que as lutas pela restauração de Portugal se deram em busca do resgate da independência portuguesa, dado o domínio filipino<sup>10</sup> ao longo dos últimos 60 anos, período conhecido como União Ibérica (1580-1640), que se consolidou a partir da morte do rei Sebastião<sup>11</sup> na batalha de Alcácer-Quibir.

É pertinente ressaltar que tais informações não estão dispostas nas cartas, ou seja, em nenhum momento da narrativa há referência direta e explícita ao nome do conde, ao de seus irmãos etc., logo, faz-se necessário recorrer aos textos extra-literários e paratextos por meio dos quais obtemos tais dados. Como é evidente na escrita das epístolas, ao partir de Portugal, o conde de Saint-Léger provoca um martírio na vida da religiosa, razão esta que a motiva à prática da escrita, inserindo e descrevendo a dor do abandono, os seus mais íntimos sentimentos e as suas angústias, fornecendo um retrato de si, revelando-se discursivamente a si mesma e a quem a lê, rompendo silêncios.

Diante do exposto, a ideia de Michel Foucault (1992) a respeito das estéticas da existência, aquelas nas quais se constrói uma experiência de subjetivação, corrobora de maneira a fazer compreender Mariana como um sujeito que se inscreve e se revela por meio de sua própria escrita epistolar, que constitui uma escrita de si, uma escrita da intimidade. Para Foucault, o cuidado de si e sobre si é uma prática de liberdade, e é nesse sentido que propomos a escrita dessas cartas como um ato de resistência e desclausura<sup>12</sup> subjetiva, daí o nosso tema:

---

<sup>9</sup> Primeira referência ao seu destinatário (cf. primeira carta).

<sup>10</sup> Referimo-nos ao período governado pelos monarcas espanhóis Filipe II, Filipe III e IV de Espanha (I, II e III de Portugal).

<sup>11</sup> A morte do rei Sebastião provocou uma crise sucessória em Portugal entre 1578-1580, posto que não deixando legítimos herdeiros, não havia quem o sucedesse no trono. É por essa razão que, da mesma linhagem genealógica de D. Manuel tal como o rei morto, Filipe II de Espanha assume o governo português, agregando-o aos territórios espanhóis e adotando um regime de monarquia dualista, ou seja, o monarca encarregou-se de administrar ambos os reinos, conforme Saraiva (1986).

<sup>12</sup> Cientes de que a palavra não é frequentemente utilizada no português brasileiro, justificamos o uso. O termo incorpora o vocabulário de *Novas Cartas Portuguesas* (1972) e, feita a referência, o tomamos por empréstimo. No contexto desta pesquisa, a ação de desclausurar diz respeito à atuação da mulher enquanto escritora que a conduz

**“A escrita de si como resistência e desclausura em *Cartas de Amor*, de Sórora Mariana Alcoforado”**, afinal, declara-o a própria Mariana na segunda carta: “Escrevo mais para mim do que para você; procuro apenas me aliviar” (ALCOFORADO, 1992, p. 34).

Logo, o gênero epistolar, ou de correspondência, por sua vez, há muito compreendido como literatura menor pela crítica literária tradicional, sobretudo quando produzido por mulheres, possibilita o conhecimento de uma voz feminina, entre tantas outras, ao romper um determinado pacto de silêncio imposto a inúmeras mulheres de forma involuntária ao longo da história, sobretudo neste caso, tratando-se de uma religiosa enclausurada, condicionada às rígidas regras eclesiais dos conventos. Para além disso, é uma escrita que embora destinada ao *outro*, atua sobre si. Apesar de hoje pertencerem ao cânone literário do período, sendo Mariana “a primeira mulher que teve o nome citado dentre os autores portugueses” (NEVES, 2003, p. 5), as cartas circularam cerca de 141 anos sem identificação de autoria, conforme relata Humberto Delgado (1964), e isso possivelmente se fundamenta nos preconceitos da época, por se tratar de uma figura feminina e religiosa, o que justifica a relevância desse estudo para uma linha de pesquisa voltada ao gênero e à cultura.

A freira de Beja, assim como a abadessa Heloísa d’Argenteuil<sup>13</sup> já no século XII, como um ato de sobrevivência imprime-se sobre o papel, escreve-se. Logo, diante de um denso lapso temporal de silêncio, este é o momento, na verdade, a partir do século XX, no qual tais vozes devem ser resgatadas, discutidas e difundidas, visto que a escrita foi ao longo do tempo um lugar ocupado pelo masculino. Portanto, objetivamos identificar na escrita de Mariana uma voz que se estabelece em meio ao silêncio da clausura, fundamentado pelo patriarcalismo das sociedades, visto que essas falas devem tornar-se parte da história da humanidade, sobretudo da história das mulheres, a fim de promover a construção ou uma melhor representação de uma memória coletiva feminina que inclua as religiosas, dada a heterogeneidade da categoria. Ainda, é nosso intento perceber a fala da sóror<sup>14</sup> como uma fala que merece destaque no cânone cultural, já que ilustra precisamente as vivências religiosas e amorosas das mulheres de então.

---

à libertação (ainda que subjetiva) das estruturas que a enclausuram: não necessariamente o convento, mas, de forma geral, o patriarcalismo. Sórora Mariana faz de suas cartas uma confissão amorosa, aliás, tema proibido se considerarmos sua condição de mulher religiosa, contestando opressões que se inter-relacionam e subvertendo seu lugar social.

<sup>13</sup> Heloísa de Argenteuil (1101 – 1164) foi uma nobre francesa que compartilhou com o filósofo Pedro Abelardo uma das mais trágicas e conhecidas histórias de amor contempladas pela literatura francesa e mundial. A história de amor entre o professor de lógica e teologia e a aluna se desdobrou em pleno século XII, na Alta Idade Média, quando descoberta pelo Cônego Fulbert de Notre Dame, tio de Heloísa e influente membro do Clero, quem havia se encarregado de cuidar da educação da moça. Após o fato, Fulbert providenciou a castração de Abelardo, o que o motivou à tomada do hábito religioso, assim como o fez Heloísa. Sendo assim, ambos passaram a trocar cartas de teor filosófico e teológico, organizadas por Paul Zumthor em *Correspondência de Abelardo e Heloísa* (2002).

<sup>14</sup> Termo de tratamento utilizado para se referir às religiosas. Do latim *soror*, irmã.

Faz-se necessário saber que abordaremos as cartas sob a perspectiva do espaço autobiográfico<sup>15</sup>, no entanto, não pretendemos engendrar a fundo nas discussões teóricas a respeito dos conceitos de autobiografia, texto autobiográfico, autoficção, entre outros, por entendermos que as cartas não constituem um gênero autobiográfico *per si*, dada a ausência de um pacto autobiográfico<sup>16</sup> e outras características pertinentes, como sugere Philippe Lejeune, importante estudioso do tema e autor de *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* (1975), sua obra de maior impacto no assunto. Consideramos que as epístolas de Mariana estão inseridas neste amplo espaço das narrativas de si, que incorpora a autobiografia, o diário, as memórias e outros gêneros da literatura íntima.

A correspondência requer, em termos formais e estruturais, a existência de um remetente e conseqüentemente de um destinatário, um *eu* que escreve para um *outro*. Entretanto, a ideia da *escrita de si* ressignifica esse modelo ao propor um eu que, ao escrever para o outro também escreve para si, não conta sobre si somente ao outro, mas também a si, pressuposto da literatura íntima. Entre a cultura antiga dos gregos e romanos era comum a escrita de cartas endereçadas ao outro, com aspecto narcisista, fazendo uma revisão e avaliação de si, de seus hábitos e virtudes: pôr o *eu* em xeque. Muito embora a definição de escrita de si também incorpore essa perspectiva, superou-a.

As cartas da freira de Beja vão além do clássico narcisismo ético, estão mais propensas a ser um ato de confissão, uma forma de falar aquilo que não se pode reter, ato de sobrevivência e resistência, embora esta não seja declarada e consciente, se levamos em conta a concepção moderna do termo. Portanto, uma maneira de aliviar-se daquilo que lhe pesa, o que configura uma desclausura subjetiva que supera os muros do convento e a faz uma voz conhecida entre tantas silenciadas. Diante de todo o silêncio que a circundava, sobretudo em sua condição de mulher e religiosa, o que caracteriza frequentemente uma dupla opressão, ela fala e fala sobre um tema a ela duas vezes proibido, o amor carnal, que ela mesma experimentou. Portanto, por desclausura entendemos o rompimento das interdições, esse falar que não se cala, esse projetar-se para além dos limites subjetivos e físicos que o convento lhe impunha. Logo, é desta maneira que Mariana Alcoforado oferece-nos, ao seu correspondente e a si um retrato de seu eu,

---

<sup>15</sup> Com base em Armindo da Costa Gameiro (2012), tratamos como espaço autobiográfico a ampla esfera na qual se reúnem e se aproximam os textos escritos em primeira pessoa, como a autobiografia, a autoficção, os diários, as cartas, os romances, etc., sem que, portanto, tenham a intencionalidade e o compromisso de referencialidade entre autor e leitor de que fala Philippe Lejeune quando caracteriza o gênero autobiográfico. No caso das cartas de Mariana, ainda há a problemática autoral que implica na imprecisão de intencionalidade, indispensável ao pacto entre autor e leitor e à sua recepção, o que compromete considerá-lo um texto autobiográfico, sobretudo por não permitir uma relação genuína de identidade entre autor, narrador e personagem principal.

<sup>16</sup> Esse conceito, assim como outros desta esfera teórica, foram discutidos no item 2.2; conferir.

transpassada por episódios de saudade, melancolia e inconformidade, mas resistente.

Dessa maneira, dividimos o trabalho em três capítulos: no primeiro, fizemos um percurso sobre o contexto sociocultural português setecentista e sua respectiva cosmovisão em relação aos papéis de gênero, direcionado para a condição das mulheres religiosas e a sua relação com a cultura letrada da época, a fim de localizar Mariana e a sua escrita, com o intuito de compreender determinadas referências nas epístolas, bem como suas possíveis motivações, e, sobretudo, procurando justificar a resistência e desclausura que acreditamos haver nessa produção que integra uma literatura conventual feminina. Eventualmente perpassamos outras obras que foram produtivas para a leitura do texto literário em foco.

No segundo capítulo, dedicamo-nos à correspondência, ou seja, ao gênero carta. Logo, pretendemos trazer considerações a respeito da epistolografia e de como ela se constituiu ao longo do tempo entre formas e normas, sobretudo por considerarmos a importância estética e literária das cartas, inseridas no barroco português, e por essencialmente serem ponto de partida para a compreensão do funcionamento do romance epistolar de Sórora Mariana, nosso *corpus*. Em vista disso, destacaremos e analisaremos aspectos referentes à tessitura epistolar, de modo a elucidar a textualidade das *Cartas*. Além disso, discutiremos sobre as narrativas de si, inserindo o gênero epistolar nesse debate, sem, contudo, ter por proposta a revisão completa dessa temática, pois isso fugiria ao escopo desse trabalho.

Em seguida, no terceiro capítulo, tecemos as análises das *Cartas* de modo a identificar traços identitários, históricos, religiosos e amorosos presentes da primeira à quinta e última carta. Nesse momento, nos propusemos a verificar minuciosamente as categorias da resistência e da desclausura, descortinando o texto literário em suas múltiplas significações e considerando as manifestações do *pathos*, conceito que, sob a ótica aristoteliana, incorpora “emoções fortes negativas ou positivas, tais quais a cólera, o temor, a indignação, o terror, a inveja, o ódio, a vergonha, a indignação, a piedade, a alegria, entre outros” (JÚNIOR: *Pathos*, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)). Conforme Roland Barthes (1977), são os fragmentos desse discurso amoroso que aqui tentamos perscrutar, construindo nossas análises e conclusões ao final desses capítulos que desenvolvemos. Por fim, informamos que mantivemos a ortografia original das citações em português arcaico e/ou em português lusitano.

## CAPÍTULO 1 – MULHERES RELIGIOSAS E ESCRITA DA INTIMIDADE: VOZES QUE ROMPEM O SILÊNCIO DA CLAUSURA

*Tende-se a pensar que o que não se vê não existe. Que o que não foi dito se apagou, afogado em silêncio.*  
(VANDA ANASTÁCIO, 2013, p. 20)

Considerando que o discurso do *eu*<sup>17</sup> das *Lettres Portugaises (Cartas de Amor)* está inserido em um característico momento social e cultural, o século XVII, acreditamos ser importante localizar a escrita de Mariana nesse contexto e no seio de uma literatura conventual, com foco para a de autoria feminina, produzida desde a Idade Média, atentando para o silêncio contestado e questionado por meio de suas missivas. Desse modo, as constatações aqui feitas contemplam esse recorte temporal. Abrimos um parêntese para frisar que, ao longo da fundamentação deste capítulo, inteiramente dedicado às mulheres, nos utilizamos de referências teóricas cuja autoria é predominantemente (e extraordinariamente) feminina; questão que nos chamou a atenção ao passo que escrevíamos e que, evidentemente, não poderia, de modo algum, passar despercebida.

### 1.1 A condição das mulheres religiosas na cultura letrada de setecentos

A princípio, falar sobre a situação das religiosas e a sua relação com a escrita pressupõe o entendimento do contexto social, histórico e cultural que envolveu a classe das mulheres como um todo, apesar de ser um grupo heterogêneo, posto que há questões gerais sobre a condição feminina importantes de serem discutidas. A propósito, entendemos por condição feminina “a ‘condição’ que determinaria uma identidade comum para as mulheres, com base na biologia ou, melhor dizendo, no fato de terem nascido (se tornado, como diria Simone de Beauvoir) mulheres.” (VEIGA e PEDRO, 2019, p. 130). Além disso, falar sobre a escrita feminina é refletir sobre essa condição no sentido das relações humanas, das questões sociais, filosóficas, culturais, econômicas, intelectuais, linguísticas e geopolíticas, posto que são traços que a determinam e marcam em uma conjuntura específica. Logo, “ela evidencia [...] as relações de gênero e as de poder e, assim, a sua característica como uma espécie de 'impressão digital' sobre os movimentos de seu tempo.” (TAYASSU, 2019, p. 213).

Nesse sentido, vale salientar que a cultura portuguesa esteve apoiada nos preceitos

---

<sup>17</sup> Referimo-nos ao discurso da própria Mariana Alcoforado, autora, narradora e personagem das cartas.

judaico-cristãos e greco-latinos, os quais refletem a polarização entre o masculino e feminino, de modo que, na época (séc. XVII), a divisão binária dos gêneros constituía a matriz do funcionamento da sociedade, conforme Vanda Anastácio (2013). Essa concepção estava fundamentada na hermenêutica do texto bíblico por um viés fundamentalista, a exemplo do Gênesis 3, no qual se entende que a culpa do pecado original está posta sobre a figura feminina, Eva, aquela que comeu do fruto da árvore do conhecimento, logo, “a mulher é a tentação do homem, e é ela que atrai o diabo; a imagem mulher-demônio é uma constante na literatura até quase o século XX” (RECTOR, 1999, p. 171-172). Por essa razão, a desigualdade de gênero era compreendida como natural e justificada pela tradição cristã; logo, as mulheres ocuparam uma posição de subalternidade, de modo que a elas foram designadas tarefas menores.

Por exemplo, deveriam limitar-se aos espaços privados do lar ou do convento, dedicando-se às atividades domésticas, conjugais, à maternidade ou à vida religiosa, enquanto “as actividades do espírito [como a leitura e a escrita] tenderam a ser vistas como ocupações próprias dos homens” (ANASTÁCIO, 2013, p. 30, acréscimos nossos). Portanto, “a aproximação das mulheres ao conhecimento [era] encarada com desconfiança” (ibidem, p. 30, acréscimos nossos). É pertinente observar que, quando as mulheres saem desses ambientes rumo aos espaços públicos, por volta dos séculos XIX e XX, se direcionam para a filantropia, que funciona como uma dilatação de seu trabalho familiar, conforme defende Michelle Perrot (2005, p. 280)<sup>18</sup>. Entretanto, consideramos a relevância desse papel naquele momento, porque deu abertura às conquistas posteriores.

Diante disso é que, falar da inserção das mulheres na cultura letrada do século XVII, é falar sobre o silêncio. No entanto, de que silêncio falamos? De acordo com Anastácio (2013, p. 29), trata-se do

[...] silêncio dos historiadores, que não se referem às obras de autoria feminina, o silêncio das fontes conservadas, nas quais as mulheres se encontram escassamente representadas, o silêncio dos discursos em circulação nesse período, que raramente se lhes referem, e até mesmo o silêncio insistentemente recomendado às mulheres (pelos educadores, pelos moralistas, pelos representantes da ordem monárquica e eclesiástica). Um silêncio tácito, raramente questionado [...].

Daí falarmos, então, de silêncios. Isabel Morujão corrobora: “[...] a identidade da mulher portuguesa construía-se no silêncio, forjada num quadro de valores enraizadamente católico, à

---

<sup>18</sup> Nos utilizamos do texto de Michelle Perrot por considerarmos a relevância de sua contribuição para os estudos sobre mulheres, embora exceda o nosso recorte temporal, visto que se refere às mulheres francesas do século XIX e início do XX. Ademais, porque muitas de suas colocações são aplicáveis ao cenário português de setecentos, o que verificamos nas demais referências bibliográficas que tratam do período.

semelhança da imagem da Virgem que, no Evangelho, só fala por sete vezes” (2011, p. 37). Ainda há que se destacar o silêncio incorporado pelas próprias mulheres, manifestado de diversas maneiras: muitas delas omitiam intencionalmente os seus nomes em seus escritos, evitando a assinatura; os faziam por meio de pseudônimos, de forma a dificultar a identificação de autoria; os queimavam, a fim de não deixar vestígios, sobretudo às vésperas da morte etc., portanto, conforme Eggert e Pereira (2019, p. 302), “serão as mulheres as guardiãs do patriarcado”. Ademais, tais vozes foram “transmitidas ao longo do tempo de forma fragmentada, muitas vezes mediadas e/ou manipuladas por terceiros” (MORUJÃO, 2011, p. 29). Portanto, muito da literatura de autoria feminina se perdeu historicamente, e é nesse sentido que se faz importante o estudo de sua atuação no cenário das letras, neste caso, resgatando a escrita de Sórora Mariana, sob a ótica da resistência e da desclausura.

Para além disso, deve-se considerar que o silenciamento a que muitas escritoras foram submetidas não atingiu de todo o grupo das mulheres, pois o estrato social a que algumas dessas pertenciam lhes conferira privilégios; então, as normas de conduta para as mulheres se fizeram sentir de modos diferentes. No que concerne às atividades do saber, se tratando de rainhas, princesas e senhoras nobres, “a familiaridade com a leitura e com a escrita, o conhecimento do latim e até a aprendizagem de outros idiomas são apresentados como dados adquiridos e vistos como ocupações moralmente inatacáveis” (ibidem, p. 30), então, toleradas e até mesmo apreciadas em mulheres pelos aristocratas da corte. Tratava-se da categoria das mulheres eruditas, bem-vistas na sociedade, e é pertinente destacar que Sórora Mariana foi filha legítima de Francisco da Costa Alcoforado e D. Leonor Mendes, logo, pertencia à nobre e ilustre família portuguesa, a dos Alcoforados, ou, conforme se usava à época, Alcamforados/Alcanforados. De acordo com Luciano Cordeiro (1891, p. 104, grifos do autor), “Os *Alcoforados* constituem na tradição nobliarchica portugueza uma velha arvore genealogica extremamente ramosa e frondente, que mergulha as raizes em tempos anteriores à formação do reino [...]”. Desse modo, a freira de Beja possuía relativas regalias, o que não exclui o entrecruzamento de opressões que a envolveu.

Entretanto, àquelas que faziam parte de classe social hierarquicamente inferior, como as mulheres casadas não alfabetizadas, excedendo os vinte anos de idade, recomendava-se a vivência da oração, da virtude e da devoção, termos recorrentes nos textos que tratam da condição feminina à época, ou seja, palavras-chave que remetem a conceitos-chave na compreensão desse contexto. O Padre Antônio Vieira, renomado escritor do período do barroco português, amplamente conhecido por seus sermões, as aconselhava tais práticas e determinava restrições de cunho religioso. Para ele, deveriam, contudo, “limitar as curiosidades teológicas

e as práticas devocionais às orações do Padre-Nosso e da Ave-Maria” (ANASTÁCIO, 2013, p. 31), de modo que a ignorância era apontada como uma característica intrínseca ao gênero (ibidem, p. 32). Além de Vieira, outros contemporâneos de Mariana reverberam a questão, como Padre Manuel Bernardes, autor de *Exercícios Espirituais* (1707), e Frei António das Chagas, autor das *Cartas Espirituais* (1684), textos que foram largamente lidos pelas religiosas enclausuradas dos setecentos e nos quais as propõem leituras; escopo literário cujo objetivo era o de transmitir a moral teocêntrica e fundamentalista.

Para as freiras, embora estivessem no seio dos ambientes eclesiásticos, também havia limitações severas no campo do conhecimento. A título de exemplo, citamos a aprendizagem do Latim que não se dava de forma efetiva, ainda que fosse a língua oficial utilizada nos rituais da igreja, portanto, eram raras as que o dominassem. Além disso, havia um controle sobre as leituras que faziam no interior do convento e sobre os livros que incorporavam às bibliotecas conventuais, “controlado pela abadessa e pela mestra de noviças, também [...] moldado segundo sugestões do exterior, como as do padre confessor, as do orientador espiritual, etc.” (MORUJÃO, 2002, p. 116). Vale salientar que o mesmo não se aplicava aos mosteiros masculinos, nos quais eram permitidas diversas leituras, até mesmo profanas, segundo a lógica de que “os frades, pela missão de pregação que lhes era inerente, lessem bastante e tivessem muitos livros” (MORUJÃO, 2002, p. 141).

Não obstante, como dito acima, para as esposas de Cristo, livros seculares eram proibidos, sobretudo os “gêneros ditos de entretenimento, como a poesia, os romances de cavalarias, as novelas sentimentais e as histórias de amor” (ANASTÁCIO, 2013, p. 33). Entre os religiosos também se selecionavam alguns, como “a Imitação de Cristo, as Vidas de Santos, as obras de devoção e de História” (ibidem, p. 32-33), além de determinadas leituras bíblicas como o Livro dos Salmos e os Evangelhos (ibidem, p. 32-33). A pesquisadora portuguesa Isabel Morujão (2002), em seu texto, elenca 108 obras recorrentes nos conventos femininos setecentistas que compuseram o seu *corpus*, aquilo que chama de *substrato espiritual modelador básico*, e delineia um histórico da leitura das religiosas à época. Dentre a lista, apenas três volumes são de autoria feminina, *Mística da Cidade de Deus* de Maria de Jesus de Ágreda, *Obras de Santa Teresa*, por ela mesma, e *Desenganos religiosos das almas que tratam virtude* da Madre Maria de la Antigua. Há algumas hagiografias de santas, mas que foram escritas por punho masculino.

A censura justificava-se na premissa de que haviam “textos capazes de elevar a mulher à categoria de santa, e outros passíveis de a corromper e precipitar nos abismos da perdição” (ANASTÁCIO, 2013, p. 32); entretanto, haviam graus de concessão, posto que àquelas em um

nível espiritual mais elevado, distinto, permitiam-se certas leituras (MORUJÃO, 2002). Entre os gêneros mais lidos estão as hagiografias, posto que, verossimilhantes, “têm um cunho didático, pois, ao mesmo tempo que deleitam o leitor, tentam convertê-lo para o caminho do bem” (RECTOR, 1999, p. 168). A vida dos santos e santas, em sua maioria escritos sob a ótica do masculino, reverberam uma perspectiva ideológica que interessava às classes dominantes:

São modelos morais porque enquadram a santa dentro daquilo que a igreja e a sociedade desejam que ela seja e como deve comportar-se desde a mais tenra idade. São modelos didáticos porque sugerem o caminho que as mulheres devem seguir, qual o comportamento ideal e, mais do que punições, mostram o que deixam de alcançar aquelas que não optarem por este caminho (ibidem, p. 181-182).

Nesse sentido, sobre as religiosas (e as mulheres em geral) imprimia-se uma repressão que se manifestava em diversas instâncias do humano: na sexualidade, na subjetividade, nas vestimentas, no modo de agir, no falar etc. Do contrário, a Igreja tinha autorização para reeducá-las ou executá-las, se fosse o caso (EGGERT; PEREIRA, 2019). O corpo é mitificado e concebido como corruptível, capaz de levá-las à perdição; inseparável da sexualidade, “o corpo é pecaminoso, só a mulher incorpórea alcança a eternidade” (RECTOR, 1999, p. 180). Portanto, o hábito religioso assume uma função importante, visto que oculta as formas corpóreas do sujeito, de modo que as religiosas “precisam deixar de existir fisicamente para poderem ser” (ibidem, p. 183). É interessante perceber a relação de oposição que se estabelece entre as estereotipadas imagens das santas e bruxas, perpetradas no imaginário medieval; então remanescentes. A caça às bruxas, iniciada na segunda metade de setecentos pelo Tribunal da Inquisição, levou à condenação inúmeras mulheres inocentes, cujo efeito pragmático consistira em instituir uma ordem social, política e ideológica por meio da supressão de culturas, práticas e religiões não cristãs, fundamentada no dogmatismo religioso, o qual propagava a demonização da mulher e a domesticação do corpo.

Dá a supervalorização da virgindade e de outras virtudes que conduziriam as religiosas à santidade. Muitas delas aniquilavam-se, recolhiam-se, jejuavam durante dias e praticavam duras penitências, em geral sob a tutoria de clérigos, responsáveis pela orientação das freiras, se considerarmos que “todo o poder da instituição feminina estava em mãos masculinas” (RECTOR, 1999, p. 175). É questionável, portanto, a pouca participação das mulheres nas funções de liderança religiosa, as quais são subservientes a um superior, mesmo as que assumem algum papel de maior importância na sociabilidade conventual. Enfim,

[...] a cultura média das religiosas era reduzida, e [...] apesar de ter havido um número significativo de autoras que encontraram na vida religiosa e no espaço

conventual uma via de acesso à escrita e ao estudo, no interior dos mosteiros femininos se dava uma atenção bem maior ao controlo do acesso a livros e a saberes do que à aprendizagem e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais. (ANASTÁCIO, 2013, p. 31).

Essa cosmovisão perpassou de forma geral a doutrina dos conventos portugueses, ainda naqueles de maior prestígio, o caso do Convento da Conceição de Beja, onde esteve Mariana, fundado por D. Fernando e D. Brites, em razão das determinações do Concílio de Trento (1545-1563), mas sobretudo das investidas inquisitoriais<sup>19</sup>, momento no qual “quer o poder régio, quer a hierarquia eclesiástica exerciam uma vigilância apertada sobre todos os escritos em circulação através das várias instâncias da Censura” (ANASTÁCIO, 2013, p. 161). Ademais, o livro era um artefato de luxo, portanto, “os exemplares poderiam vir com os dotes das religiosas, ou [...] serem oferecidos ao convento por estes familiares e devotos, tão ricos e empenhados na prosperidade religiosa do convento” (MORUJÃO, 2002, p. 129), nesse momento em que a vida claustral conheceu notável expressão, visto que “o século XVII abriu as portas à valorização da vida feminina intraclaustral e tornou natural a curiosidade pela vida destas mulheres que viviam retiradas do mundo” (MORUJÃO, 2011, p. 36).

É nesse cenário que, por volta dos 12 anos de idade, Sóror Mariana ingressou no convento, vindo a professar<sup>20</sup> aos 16. A colocação de Monica Rector (1999, p. 164) ilustra a condição da mulher à época e o modo como eram direcionadas à vida religiosa:

As opções eram ilimitadas: (1) o casamento, de escolha dos pais, ou melhor, do pai, geralmente com um homem mais velho e sem consulta prévia à jovem casadoira; ou (2) a solteirice. A mulher solteira era absorvida na casa paterna ou passava a viver com a família de algum parente, que lhe dava cama e comida em troca de seus serviços domésticos – uma empregada não remunerada vista mais como um estorvo. A outra opção era entrar no convento. Um dote assegurava o ingresso à mulher, que podia continuar a administrar seus bens, receber visitas, e até levar consigo empregados, de acordo com sua situação financeira.

Desse modo, a vida religiosa nem sempre era uma opção. Para Mariana, acreditamos não ter sido. Na verdade, opondo-se ao ideal de vocação natural, tratava-se de uma questão de conveniência e convenção social, estruturas reforçadas por um machismo moralista e fundamentalista, naquele momento ainda um “problema sem nome”, nos utilizando do vocabulário de Betty Friedan<sup>21</sup>, em outro contexto. Posto que eram atraídas, ou compelidas,

<sup>19</sup> Referimo-nos ao momento da Inquisição moderna em Portugal, entre os séculos XV e XIX.

<sup>20</sup> Fazer os devidos votos no momento em que se consagra a uma determinada Ordem Religiosa.

<sup>21</sup> Afirmamos isso entendendo que as primeiras indagações feministas (ou pré-feministas) surgiram por volta do século XIX, trazendo à tona questões como o machismo e o patriarcalismo, termos antes não teorizados. No que concerne ao moralismo, é uma corrente filosófica que se organizou a partir do século XIX, enquanto o fundamentalismo, como movimento religioso, surgiu entre os protestantes estadunidenses no século XX. Em

mais pela necessidade que por razões genuinamente espirituais, destacamos as seis razões elencadas por Rector (1999, p. 176) que explanam essas circunstâncias:

Havia vários motivos: (1) por vocação, (2) para renunciar ao mundo e ter uma vida mais tranqüila e contemplativa; (3) por segurança, no caso de mulheres cujos maridos se deslocavam para além-mar ou em outras funções militares; (4) para ter um lugar por ser solteira; (5) por um casamento desfeito; (6) para obter autonomia e poder, o que não seria factível na sociedade civil masculina. Portanto, o ingresso na vida religiosa tinha a função de resolver problemas pessoais, familiares, ou seja, sociais em primeiro lugar.

Sendo assim, é apropriado pôr em questão a vocação da freira de Beja, sobretudo por meio das referências ao convento encontradas em suas *Cartas*, nas quais exprime a contravontade à vida religiosa: “Minha família, meus amigos e este convento são insuportáveis” (ALCOFORADO, 1992, p. 27), e ainda, “Eu era jovem, ingênua; fecharam-me neste convento desde menina [...]” (ibidem, p. 57). Não obstante refere-se lhe como uma “clausura infeliz” (ibidem, p. 20). Ademais, em razão do contexto de guerra, o seu pai teria se encarregado de enviá-la à clausura de modo a assegurar-lhe boa educação, a “fazer-se com esmero no meio d’aquella azafama bellicosa que logo seguiu a revolução” (CORDEIRO, 1891, p. 147), segundo uma lógica educacional patriarcal e teocêntrica, pois eram os espaços preferíveis à instrução e educação feminina, já que mesmo com “a consolidação das universidades como centros de conhecimento por excelência, a educação monástica continuou tendo relevância para as mulheres” (BELLINI, 2007, p. 210).

Diante do exposto, a respeito do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, Alfredo Saramago (*apud* Bellini, 2007, p. 215) alude ao fato de que “o ingresso na casa estava condicionado ao nome, à riqueza, e à influência, e muito do prestígio do mosteiro devia-se a uma política bem-sucedida de troca de favores com notáveis [...]”. Logo, isso reitera a contestação à vocação de Mariana, posto que fez parte deste grupo de nobres mulheres, para as quais os conventos portugueses da época reservaram vagas. Isso acontece, neste período, sobretudo em razão das Guerras da Restauração, período no qual muitas famílias nobres se deslocaram para Madrid ou para a zona rural, restando às moças solteiras, não designadas ao casamento, o ingresso às casas monásticas, concordando com Bellini (2007). Para além disso, é pertinente considerar que, em se tratando da família dos Alcoforados, renomada em Portugal, “o convento podia servir como uma solução para as preocupações patrimoniais das classes

---

*Mística feminina* (1963) Betty Friedan discute algumas inquietações e problemáticas comuns a mulheres por ela entrevistadas, que confinadas às atividades de donas-de-casa nos anos 1940 e 1950 no contexto estadunidense, relataram aquilo que chama de “problema sem nome”. Sua obra está inserida na denominada segunda onda feminista.

abastadas que, destinando filhas à vida monástica, evitavam os elevados dotes maritais requeridos para casamentos com indivíduos de igual *status*” (BELLINI, 2007, p. 214). Desse modo, segundo o

preceito medieval que permanecia em vigência, determinado *aut maritus aut murus*, o destino das mulheres que não constituía casa na vida laica era o convento, ou ao menos a condição de beata, membro de uma ordem terceira (BELLINI, 2007, p. 213).

Logo, Sórora Mariana assumiu as funções de vigária, porteira<sup>22</sup> e escritã e tais incumbências provavelmente lhe facilitaram o acesso à leitura e, conseqüentemente, o desenvolvimento da escrita, levando em consideração aquilo que Morujão (2002, p. 140) coloca:

[...] os testemunhos a que tivemos acesso apresentam-nos o livro nos conventos como algo de acesso reservado, confiado a religiosas no exercício de cargos de responsabilidade, a que a generalidade das religiosas só teria contacto pela mediação de mestras de noviças, prioresas, confessores, etc.

Não obstante,

as determinações de Trento que proibiam as religiosas de possuir nas suas celas material com que pudessem escrever não se fizeram sentir em Portugal da mesma forma que, por exemplo, em Roma, Bolonha ou Milão. A distância da Cúria romana favorecia talvez este clima de maior contacto com a leitura e a escrita, sobretudo porque os documentos que nos chegam [...] parece indicar, por parte da Igreja portuguesa, uma preocupação maior em controlar as contas, as eleições, os directores espirituais dos conventos, do que propriamente controlar isoladamente esta ou aquela religiosa. (MORUJÃO, 2002, p. 131)

No entanto, a constatação de que a aplicabilidade das regras estabelecidas a partir do Concílio de Trento se deu com menos rigor nos mosteiros portugueses, que naqueles mais próximos de Roma, não anula a existência de limitações severas para a vida religiosa em Portugal, sobretudo em Beja, um dos mais influentes da época. Não obstante a própria Mariana refere-se “à severidade das leis deste país contra as religiosas” (ALCOFORADO, 1992, p. 38). Nesse sentido, é interessante compreender que a clausura, em seu sentido canônico, oriundo da Idade Média, de acordo com Maria Eugénia Matos Fernandes (1989, p. 140), se define como o

[...] conjunto de leis que limitam ou restringem a entrada de estranhos neste espaço reservado e a saída de religiosos e de religiosas para fora deste espaço, sendo os seus principais objectivos o recolhimento, a guarda da castidade, a oração como principal elo de ligação a Deus e a conservação do espírito ao abrigo das tentações do mundo.

---

<sup>22</sup> Cf. quarta carta.

Essas condições incorporavam os votos perpétuos professados pelas religiosas no momento de sua consagração, de modo que se firmava um acordo de obediência à Igreja. Portanto, Sórora Mariana prometeu obediência, castidade, pobreza e clausura, conforme exigia a Ordem Religiosa de Santa Clara, da qual fazia parte, sobretudo neste momento, visto que “a partir do início do século XVII, a vida monástica feminina passou a assentar, quase única e exclusivamente, na clausura” (FERNANDES, 1989, p. 142), acentuada pelo Concílio de Trento. A castidade, considerada a “carta de entrada” dos mosteiros, era exigida somente para as mulheres, de acordo com Eggert e Pereira (2019, p. 300). De acordo com Fernandes (1989, p. 152), “Estas mulheres deveriam entrar acompanhadas de um dote, fazer um ano de noviciado, formulando os seus votos com um mínimo de dezasseis anos de idade, altura em que prometiam obediência, pobreza, castidade e clausura”.

Cabe salientar que, inicialmente, os conventos femininos se reuniram em torno de três regras religiosas: a de São Bento, a de Santo Agostinho e a de São Francisco, na qual se baseou a regra de Santa Clara, vigente no Convento de Beja. Afinal, após o IV Concílio de Latrão, em 1215, quando se pôs a questão da profissão de regra, “todas as novas Ordens eram obrigadas a adoptar uma das Regras já existentes” (Escritos de Santa Clara de Assis, p. 9). Dentre as prerrogativas, destacamos uma, comum a todas: a proibição da entrada de mulheres, ainda que religiosas, nos mosteiros e comunidades religiosas masculinas. No entanto, a entrada de homens nas comunidades religiosas femininas não era proibida, mas, seguia determinados protocolos, sendo permitida aos confessores, pregadores, visitantes, capelães, médicos sangradores e outros seculares, como coloca Fernandes (1989). No entanto,

[...] apesar de as ordens religiosas femininas terem tido uma origem muito idêntica à das masculinas, as prescrições relativas às religiosas não foram uniformes, sobretudo devido ao facto de o clima vivido nos mosteiros de mulheres se ter caracterizado muitas vezes por uma certa desordem; desta situação resultaram, frequentemente, medidas de reforço disciplinar. (FERNANDES, 1989, p. 141).

Em vista disso, no que diz respeito à Regra de Santa Clara, foi elaborada e adotada no século XIII, após aprovação do Papa Inocêncio IV em 1253, sendo a primeira escrita por uma mulher, denominada Primeira Regra da Ordem, visto que dez anos mais tarde, em 1263, o Papa Urbano IV aprovou a Segunda Regra da Ordem, uma reformulação da primeira, feita por um cardeal. Vale salientar que outras mulheres também escreveram Regras; no entanto, não obtiveram aprovação, como é o caso de Santa Gertrudes e Santa Eustáquia. Daí então concluir que Santa Clara foi uma “mulher influente de seu tempo” (Escritos de Santa Clara de Assis, p. 6).

Conforme os *Escritos de Santa Clara de Assis* (p. 13, acréscimos nossos), ela “[...] soube adaptá-la [a Regra] às exigências da psicologia feminina e da vida contemplativa”. O texto da Segunda Regra é explícito quando se refere à necessidade crucial do isolamento das religiosas, imprescindível à purificação do espírito, ainda em casos de emergência, nos quais “estas [as religiosas] apenas estão autorizadas a fazê-lo depois de obtida licença para sair e de se haverem comprometido a procurar um refúgio em local igualmente seguro do ponto de vista dos respectivos votos [...]” (FERNANDES, 1989, p. 144, acréscimos nossos). Sendo assim, é possível pensar que, os furtivos encontros de Sórora Mariana com o conde de Chamilly aconteceram no interior do convento, como revelam as *Cartas*: “Será que todo o meu desejo foi inútil, então, e que jamais verei você de novo em meu quarto, cheio do ardor e do êxtase que me mostrava?” (ALCOFORADO, 1992, p. 42). Então, supomos que Chamilly teria entrado sob disfarce, visto que, também aos operários de construção e manutenção do edifício do convento, bem como aos transportadores de mercadorias, em suma, seculares, era permitida a entrada, conforme previa a Regra (FERNANDES, 1989), muito embora houvesse rigorosa vigilância.

Ademais, tais normas eram reforçadas pelas *Constituições* particulares de cada mosteiro que se elaboravam com base nas determinações da Regra. Entretanto, a clausura física não era o suficiente para garantir um total isolamento das religiosas, por isso recomendava-se a vivência de uma clausura subjetiva e espiritual, segundo a qual deveriam guardar-se completamente das coisas do mundo. Daí a formulação de normas extremamente minuciosas, que lhes direcionavam à vida contemplativa, não obstante a clausura absoluta tenha sido uma utopia, dada a “impossibilidade material de estabelecer barreiras inultrapassáveis entre o exterior secular e o interior monástico” (FERNANDES, 1989, p. 152).

Por fim, em razão dessa conjuntura, Sórora Mariana representa “o arquétipo da alienação e da clausura feminina no seio da sociedade patriarcal” (BESSE, 2006, p. 16), pois, quando não enclausuradas em um convento propriamente dito, as mulheres eram reféns do patriarcado, sistema que as confinou a determinados estereótipos e lugares, que as limitou e privou de tantas atividades; algumas aqui discutidas. De modo geral, “deparamos assim com figuras femininas marcadas por condicionalismos de vária ordem, maltratadas, enclausuradas, casadas à força, enganadas, exploradas [...]” (BESSE, 2006, p. 16) etc. No entanto, considerando que “a vida nos mosteiros femininos aconteceu para além das dogmáticas previstas nos minuciosos textos escritos pelos homens com poder da época” (EGGERT; PEREIRA, 2019, p. 307), entrevemos a atuação das mulheres religiosas na cultura letrada de setecentos, escrita que constitui um discurso de autoafirmação e de insurreição. Portanto, à palavra das monjas dedicamos o próximo tópico.

## 1.2 A palavra das monjas: entre o místico e o profano

Refletir sobre a palavra das religiosas implica reconhecer o oceano de silêncio no qual as escritoras foram mergulhadas ao longo do tempo (PERROT, 2005), como discutimos no tópico anterior. Desse modo, a ele associava-se a contemplação, a oração, o recolhimento, a virtude, a devoção etc., características indispensáveis às indignas esposas de Cristo, sobretudo na Idade Moderna, momento em que a clausura “conheceu recrudescida expressão e significado” (MORUJÃO, 2011, p. 36). Em razão dos poucos vestígios explícitos, e a escassez de informação sobre essas mulheres, muitas das quais permanecem desconhecidas, boa parte dos relatos não contemplam sua participação na História. No entanto, estar fora dos relatos não quer dizer estar fora dessa História. Os motivos que justificam essa “ausência” também foram explorados; portanto, assinalamos que “entre as religiões e as mulheres, as relações têm sido, sempre e em toda parte, ambivalentes e paradoxais. Isso porque as religiões são, ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres” (PERROT, 2008, p. 83). Partindo dessa premissa é que pensamos a literatura monástica feminina, sobre a qual aqui nos propomos a falar: uma escrita produzida sob os moldes do poder, mas que, simultaneamente, o contrapõe.

Uma considerável parte da historiografia, da iconografia, da literatura e demais registros da época reforçam as estruturas do silêncio, reverberando um estereótipo de mulher de poucas palavras, espelhada na Virgem Maria, também denominada Virgem do Silêncio. Não por acaso “os manuais sobre perfeição religiosa, as regras monásticas, os tratados de moral, a sermonária e alguns escritores de um modo geral sublinhavam essa virtude no feminino, constituída pela escassez de palavras” (MORUJÃO, 2011, p. 37). Essa condição se impôs mediante a pressuposição de que a mulher é “pecadora por natureza” (RECTOR, 1999, p. 172). Portanto, “a espiritualidade das monjas é mais ideológica do que religiosa” (ibidem, p. 179). Em vista disso, a prática da escrita, como uma manifestação do falar, bem como a da leitura, eram vigiadas severamente pelos confessores, diretores espirituais e/ou abadessas; na verdade, atividades confiadas e permitidas a poucas religiosas, o que é interpretado, por vezes, “como uma marca de distinção espiritual e [...] sinal de virtude ou, até, de santidade” (ANASTÁCIO, 2013, p. 32). Não obstante interpretou-se o contrário; é o caso das místicas condenadas por heresia, tal como Marguerite Porrete (1250-1310), uma beguina<sup>23</sup> cuja obra *O Espelho das*

---

<sup>23</sup> As beguinas constituíram uma comunidade independente de mulheres que, como afirma Perrot (2008, p. 88), “viviam juntas, num mesmo abrigo, de esmolas, mas principalmente dos salários ganhos pelo trabalho de cuidar de doentes ou pelo ofício de tecelãs”. Elas não estavam ligadas a nenhuma ordem religiosa, razão pela qual foram perseguidas pela Inquisição, cujo exemplo de Marguerite Porrete citamos.

*Almas Simples e aniquiladas e que permanecem somente na vontade do desejo do Amor* foi acusada pela Inquisição, de modo que foi queimada viva em 1310, em Paris.

Em vista disso, em alguns casos

[...] o silêncio em que poderiam ter guardado as suas emoções religiosas dá lugar ao ciclo contínuo e sistemático das conversas no confessionário, de onde muitas vezes viria o incitamento, sob preceito de obediência, a que as religiosas passassem as suas experiências para o papel, escrevendo a sua autobiografia; ou a que dessem, por carta, conta detalhada das suas vivências interiores e espirituais mais extraordinárias, como visões, conversas com Cristo ou os santos, êxtases, etc. (MORUJÃO, 2011, p. 39)

Essa prática possivelmente tem suas raízes na antiga civilização greco-romana, que precede o Cristianismo, pois, Michel Foucault (1992) registra a ocorrência de uma escrita, a da “notação monástica das experiências espirituais” (ibidem, p. 160), cuja função é de “desentranhar do interior da alma os movimentos mais ocultos, de maneira a poder libertar-se deles” (ibidem, p. 160). Desse modo, ele aponta para uma outra possibilidade a essa escrita, a qual se assemelha ao próprio ato de confissão, por meio da qual se obtém a expurgação das faltas. Ela “constitui uma prova e como que uma pedra de toque: ao trazer à luz os movimentos do pensamento, dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (ibidem, p. 131). Portanto, há um processo catártico, ou de purificação, no sentido apontado por Aristóteles.

No entanto, “muitas religiosas escreveram por impulso próprio, e ainda, no âmbito de uma prática de sociabilidade que ligou muitas vezes os mosteiros à cidade” (MORUJÃO, 2011, p. 40-41). Desse modo, vislumbramos o desvelamento de uma expressiva literatura conventual de autoria feminina em setecentos, a qual carece de maior investigação, que incorpora gêneros diversos e que versam sobre a relação íntima com o divino, experiências místicas e outros temas. Portanto, foram textos que emergiram de um contexto não literário, segundo Morujão (2011). Ademais, há uma correlação entre as prerrogativas do Concílio de Trento e a culminância dessa literatura, posto que preconizou “uma vasta produção biográfica” (ibidem, p. 41), na intenção de “glorificar as ordens religiosas, e, simultaneamente, propor imagens modelares e ideais do mundo conventual” (ibidem, p. 41), em reação ao movimento reformista.

Portanto, utilizando o termo de Perrot (2008, p. 31), elas foram consideradas as “pioneiras da escrita”, de modo que “as vozes de mulheres foram, de início, vozes místicas” (ibidem, p. 84). Vale salientar que, com base em Nogueira (2015), por mística entendemos a relação íntima, profunda e subjetiva entre o humano e o divino, pautada na contemplação e na experiência, muito embora não esteja necessariamente relacionada à religião. A mística está no cerne de uma espiritualidade particular, *sui generis*, a princípio condenada, pois

nossas pensadoras falam, com propriedade, de um conhecimento íntimo de Deus, de uma união entre o humano e o divino que se funde numa só forma e que pode, por isso, abrir mão das hierarquias eclesiais e até mesmo das virtudes, constituindo-se, assim, para o poder religioso estabelecido, uma perigosa forma de falar sobre o sagrado (NOGUEIRA, 2015, p. 96)

No entanto, ela também perpassa a religiosidade, posto que esta também compreende aquela relação e daí surge, ainda que posteriormente, uma teologia cristã mística. De um modo geral, as místicas foram

[...] almas femininas numa época em que não cabia às mulheres o dom de pregar, ensinar ou escrever, sobretudo o que pregaram, ensinaram e escreveram. Logo, suas vozes e suas escritas soam como uma espécie de transgressão, aliás, de uma tripla transgressão: uma transgressão de gênero (mesmo que não deva ter o peso do sentido moderno do termo); uma transgressão contra a ortodoxia da Igreja (quando criticam explicitamente ou veladamente alguns dos seus hábitos) e uma transgressão dos limites da relação entre o humano e o divino (quando a alma e Deus se tornam um só). (NOGUEIRA, 2015, p. 97)

É pertinente frisar que as assertivas de Nogueira consideram o contexto medieval, o qual agrega um repertório de escritoras que, em sua maioria, não estavam vinculadas ao Catolicismo, doutrina religiosa hegemônica naquele momento, motivo pelo qual foram vistas com certa suspeição e até perseguidas, para aqui, ampliando nosso alcance, citar a brasileira e negra Rosa Egipcíaca (1719-1778), autora de *Sagrada Teologia do Amor Divino das Almas Peregrinas*, a propósito “a primeira afro-brasileira a escrever um livro” (MOTT, 2005, p. 4). Entretanto, no seio desta literatura apreciamos as contribuições de Catarina de Siena (1347-1380), santa canonizada em 1461 por Pio II e proclamada doutora da igreja por Paulo VI, epistológrafa e autora de *Diálogo sobre a Divina Providência*, obra na qual relata algumas de suas experiências místicas, além de reverberar suas questões teológicas.

Enfim, diante do exposto, as religiosas não tinham a liberdade de falar sobre determinados assuntos, sobretudo os públicos, como a política e a economia. Entre outros, também sobre o amor, exceto sobre o divino, muito embora o fizessem com receio, posto que

A consciência de ser mulher, e logo, inferior, juntamente com a consciência que a vida religiosa fazia crescer cada dia nas monjas de serem as mais indignas servas de Cristo, levava as religiosas a terem dúvidas quanto ao mérito de lhes poder suceder qualquer experiência mais íntima, profunda ou intensa de presença de Deus. (MORUJÃO, 2011, p. 40)

Uma outra razão é também apontada por Morujão (2011, p. 52):

[...] a inquietação experimentada tantas vezes por algumas religiosas face à

sua atividade poética parece sintomática de uma ainda hesitante condição de escrita, quer feminina, quer conventual, ou, talvez melhor, de uma ainda não esclarecida posição face a eventuais conflitos entre a vida consagrada a Deus e a prática da escrita.

Nesse sentido, considerando a escrita de Sórora Alcoforado, considerada esposa de Cristo, único amor pelo qual deveria dedicar tudo de si, era inconcebível falar sobre o amor carnal, por ela provavelmente experimentado. Em suas *Cartas*, por vezes nega o divino, blasfema; move-se entre a religiosidade e a heresia. É nesse sentido que é subversiva, além de ir contra os princípios de pobreza, castidade e obediência; votos por ela professados, como escreve Mariana em explícitos termos: “Com certeza você teria encontrado nesse país alguma mulher mais bonita, com quem pudesse gozar do mesmo **prazer** – afinal o que você procurava era mesmo essa **vulgaridade**” (ALCOFORADO, 1992, p. 25, grifos nossos). Aqui opomos a pobreza ao amor como luxúria, ou prazer carnal.

A esse propósito, Morujão (2011) frisa uma biografia de Sórora Mariana da Purificação, contemporânea de Mariana Alcoforado, intitulada *Memorial das Instrutivas Palavras e Edificantes Obras da Muito Virtuosa Madre Mariana da Purificação* e editada por Frei Miguel de Azevedo, a qual evidencia “uma prática de escrita por carta que se pode, por isso, supor bastante corrente no ambiente claustral português” (ibidem, p. 43), de modo que o silêncio conventual é rompido. Para além disso, é preciso considerar que parte dessa literatura reverbera o olhar do homem sobre a mulher, de modo que, como observa María-Milagros Rivera Garretas (1995, p. 21), as escritoras parecem insistir em mencionar “sua ignorância, [...] sua fraqueza e [...] sua escassa competência intelectual [...]”<sup>24</sup>. Bellini (2007) afirma o mesmo. A esse propósito, citamos um trecho das *Cartas*: “Imploro que me ajude a superar a fraqueza típica do meu sexo” (ALCOFORADO, 1992, p. 39). Portanto, Garretas acredita que isso se dá em razão do “esforço extraordinário”<sup>25</sup> (ibidem, p. 21) que a escrita lhes custou, de forma a funcionar como estratégia que lhes garantisse espaço numa cultura letrada majoritariamente masculina, posto que “uma parte [...] dos escritos das mulheres seria perdida por ser relegada, por razões de estilo, conteúdo ou simples misoginia”<sup>26</sup> (ibidem, p. 20). Ademais, conquista no leitor certa benevolência que o compele à compaixão, portanto, à aceitação de tal produção. A esse respeito, Garretas (p. 27) assinala que

[...] a insistência das mulheres em sua própria ignorância é uma espécie de feitiço, um rito de passagem que as ajuda a cruzar o limiar da cultura

<sup>24</sup> “su ignorancia, [...] su debilidad y [...] su escassa competencia intelectual”.

<sup>25</sup> “esfuerzo extraordinário”.

<sup>26</sup> “una parte [...] de los escritos de mujeres se perdería al quedar relegados, por motivos de estilo, de contenido o por simple misoginia”.

dominante, na qual, sem aquela frase consagrada, ou não entrariam ou entrariam seguramente com o pé esquerdo.<sup>27</sup>

Diante disso, retomamos o paradoxo do poder sobre as mulheres e poder das mulheres, se considerarmos que a literatura monástica feminina foi diretamente influenciada pelos homens. Eles colaboraram para o seu florescimento, e, ao mesmo tempo, o interromperam. Note-se que foi por recomendação dos confessores que muitas religiosas transpuseram para o papel suas experiências, assim como por eles também foram aconselhadas a aniquilar os seus escritos, quando não “incorporando, às vezes sem nenhuma informação ou escrúpulo relativamente a essa apropriação, fragmentos textuais de religiosas em textos de autoria masculina” (MORUJÃO, 2011, p. 47). Ademais, foram eles que significativamente editaram obras femininas e/ou escreveram hagiografias sobre personalidades femininas. Isso se justifica mediante a coexistência de posicionamentos ambivalentes em relação à prática da escrita: “o apreço e a desconfiança, a necessidade e a condenação” (ibidem, p. 48). Desse modo, essa literatura foi encarada como uma faca de dois gumes.

Em vista disso é que a “escrita monástica feminina não constituía norma consensual entre os mosteiros portugueses, pois de outro modo não teriam existido tantos escrúpulos, hesitações, dúvidas e polêmica em relação a ela” (ibidem, p. 47), afinal, trata-se de um texto produzido por mulheres, substancialmente condicionado a uma recepção hostil num contexto eminentemente misógino. Por isso, a aproximação entre a escrita feminina e os gêneros privados, ditos íntimos, dada a confidencialidade que lhes é típica. Desse modo, “correspondência, diário íntimo, autobiografia não são gêneros especificamente femininos, mas se tornam mais adequados às mulheres justamente por seu caráter privado” (PERROT, 2008, p. 28), além de que demarcam um determinado espaço. Concordando com Deplagne (2017, p. 97), trata-se da “afirmação de uma voz marcadamente feminina na construção de um espaço de autoridade no campo das Letras”. No entanto, é necessário questionar se existem gêneros propriamente femininos e até mesmo problematizar o próprio termo “escrita feminina”. Em relação a isso, Anastácio (2013, p. 284) diz que

[...] há géneros literários – e entendemos a palavra no sentido amplo de associação entre uma estrutura formal fixa e uma temática –, que parecem ter sido da predilecção das mulheres dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII: as cartas, os prólogos e dedicatórias, a poesia lírica, a autobiografia ou as vidas exemplares de santos e figuras femininas, os diários, as máximas, as novelas alegóricas, as regras de vida, as orações, os textos de edificação.

<sup>27</sup> “[...] la insistencia de las mujeres en su propia ignorancia es una especie de conjuro, um rito de paso que las ayuda a cruzar el umbral de la cultura dominante, en la que, sin esa frase consagrada, o no entrarían o entrarían seguramente con mal pie.”

Sendo assim, não há gêneros femininos ou masculinos, mas há gêneros que lhes foram mais estimados, uma vez que “a sua relação com o espaço em que habitavam tornou-se, pois, muitas vezes, determinante da sua atividade literária” (MORUJÃO, 2011, p. 47). Em razão disso é que, em nossa compreensão, o uso da expressão “escrita feminina” não se justifica mediante uma distinção em relação a uma outra “escrita masculina”, afinal, não se fala em escrita masculina, logo, o termo não implica uma classificação hierárquica de importância ou qualidade. No entanto, trata-se de particularizar, sem circunscrever, visto que o universal é masculino, de modo que termos como “literatura” ou “escrita” são masculinizados, daí a necessidade de demarcar um específico lugar de fala, o da mulher. Nesse sentido, a colocação de Garretas (1995, p. 20, acréscimos nossos) é pertinente: “as mulheres escreveram tanto e tão bem quanto os homens [, e vice-versa], superando heroicamente as restrições impostas pela gestação e exercício frequente da maternidade ou por seu precário controle das instâncias de poder”<sup>28</sup>.

Em vista disso é que as mulheres, sobretudo as religiosas, se aproximaram do que se chama de escrita da intimidade, a qual engloba gêneros “menos conflitivos com as concepções dominantes da feminilidade” (ANASTÁCIO, 2013, p. 283), visto que se davam no âmbito do privado. Daí a relação dessa produção com a escrita de si, sobre a qual discutiremos no tópico posterior. No entanto, vale salientar que o caráter íntimo dessa escrita é, por vezes, por ela desconstruído, uma vez que os “conteúdos veiculados, [são] eivados de apreciações de alcance geral e defendendo pontos de vista de interesse alargado (ou público) acerca da sociedade e da política” (ibidem, p. 284, acréscimos nossos). Em vista disso, nas *Cartas* entrevemos alguns posicionamentos de Mariana sobre questões sociais, políticas e culturais, a exemplo de quando se questiona: “Por que não nasci em outro país?” (ALCOFORADO, 1992, p. 34), certamente por se sentir oprimida e/ou limitada de algum modo. Ademais, percebemos que ela se manteve informada sobre o que acontecia fora do convento: “O seu tenente acaba de me dizer que um temporal obrigou vocês a arribar no reino do Algarve” (ibidem, p. 23), e ainda, “Um oficial francês teve a caridade de me falar de você durante três horas essa manhã. Ele me disse que a França já está em paz” (ibidem, p. 45). Logo, percebemos que Mariana tinha consciência de sua condição de tal modo que se posicionou com certa criticidade em relação a isso. Sendo assim, a escrita parece neutralizar a passividade feminina (BESSE, 2006).

Desse modo, deve-se considerar a contribuição de Santa Teresa de Ávila (1515-1582) e

---

<sup>28</sup> “[...] las mujeres escribieron tanto y tan bien como los hombres, superando heroicamente las restricciones impuestas por la frecuente gestación y ejercicio de la maternidad o por su precario control de instancias de poder.”

sua obra, a exemplo de *Obras Completas, Cartas e Libro de la Vida*, a qual “permitiu a afirmação de uma referência incontornável neste terreno, pela associação entre literatura e espiritualidade” (MORUJÃO, 2011, p. 48). Não obstante, as escritoras religiosas produziram uma amplitude de gêneros, dentre os quais citamos as memórias, biografias, autobiografias, hagiografias, poesia, prosa mística, prólogos, dedicatórias, máximas, regras de vida, ficção narrativa, epístolas, diários e sermões, muito embora sejam menos frequentes no âmbito do feminino, quase raros, por serem mais associados aos clérigos, os quais eram responsáveis pelas pregações. Aliás, porque “implicava uma gestão de saberes vários que não eram adequados a senhoras e que, por isso, relegavam a sermonária para a esfera do múnus sacerdotal” (MORUJÃO, 2015, p. 65).

Ainda sobre isso, destacamos que entre as monjas havia o hábito de comentar os sermões, seja para criticá-los ou prestigiá-los, o que demonstra o peculiar florescimento intelectual dessas mulheres. Entre elas estão Sórora Maria do Céu e Sórora Violante do Céu, contemporâneas de Alcoforado, as quais também apresentam uma produção literária diversa e que incorpora alguns tipos discursivos. Por exemplo, de que temos conhecimento, Sórora Maria do Céu (1658-1753) escreveu máximas, *Máximas do Século*, ficção narrativa, *A Rosa*, cartas, *Carta da Madre Maria do Céu religiosa do Convento da Esperança*, e possivelmente também sermões, *Sermão de Santo Aleixo*, como aponta Morujão (2015). Assim ocorreu a tantas outras, à mesma época, por motivações nem sempre tão claras e desvendáveis, muitas vezes de caráter visceral.

Em relação a escrita biográfica, é pertinente destacar que “as biografias que algumas escreveram para deixar memória de companheiras a quem reconheceram especial virtude e santidade resultaram, sobretudo da estima e veneração com que pretenderam glorificar a sua comunidade e a sua ordem” (MORUJÃO, 2011, p. 48). A título de exemplo, a biografia que escreve Sórora Maria Benta do Céu (fl. 1766) sobre a vida de Madre Custódia Maria do Sacramento, intitulada *Em que se trata da vida, e morte da serva de Deus a Madre Custódia Maria do Sacramento, Religiosa da Ordem da Conceição no Convento de Braga*:

Frequentava os Sacramentos amiúdo, guardava quasi sempre silêncio, e não falava mais que o preciso. Repetia muitas vezes os exercícios de Santo Inácio: era mui frequente na oração, penitência, disciplina e cilícios; jejuava todas as sextas e sábados, e usava de uma camisa de grossos tomentos sobre a carne; e, por evitar todo o ócio, até se ocupava em remendar, pelo amor de Deus, as moças do Convento. (CÉU, 2013, p. 396)

Note-se que, no excerto, se sobressaem as qualidades (leia-se virtudes) que são relevantes para a legitimação da santidade da biografada, as quais revelam uma genuína

vivência espiritual que nos parece inata, pois, em um outro trecho diz que “logo nos primeiros anos de sua infância deu a conhecer qual seria o feliz êxito de sua santa vida” (ibidem, p. 395). Logo, são características que a fizeram ser digna da própria obra. Para além disso, verifica-se a influência da vida dos santos e santas tanto na conduta das monjas, quanto em sua escrita, neste caso, Santo Inácio. Não obstante, é pertinente colocar que essa produção impacta a vida da biógrafa, de modo que reflete as boas condutas de sua semelhante, as quais podem ser imitadas.

Por conseguinte, destacamos a poesia. Segundo Morujão (2011, p. 48), ela “existiu por necessidade do coração recluso e orante”, de modo a externar os movimentos do espírito e do coração, tal como a poesia profana o faz. Portanto, “em moldes poéticos vertia a profusão de sentimentos, as contradições da alma, os pensamentos mais recônditos” (ibidem, p. 48). Nesse sentido, aproximamo-nos das *Cartas*, visto que, de igual modo, elas exprimem os movimentos da alma de Mariana, tomando por empréstimo o termo de Foucault (1992). Enfim, trazemos a *Décima*, de Sórora Violante do Céu (1601-1693):

Contradizer a um Doutor/Bem sei, que é temeridade,/Porém com uma verdade  
Quero pagar um louvor:/Nem instrumento, nem flor/Sou, porém se o posso  
ser,/Ninguém trate de emprender/O que não há-de alcançar;/Pois nenhum me  
há-de tocar,/Pois nenhum me há-de colher. (CÉU, 2013, p. 533).

O poema citado funciona como resposta *A um Doutor, que chamou à Autora em uns versos que lhe fez, Viola flor, e instrumento*, como a própria Sórora destaca em uma dedicatória anterior à *Décima*, como consta na antologia de Vanda Anastácio (2013). Ademais, é interessante perceber que ela se autorrefere como autora, determinando esse lugar e se autoafirmando enquanto tal, e, nessa condição, ousa contestar aquilo que sobre ela foi dito por um “doutor” (verso 1), ainda que reconhecendo a “temeridade” (verso 2) da atitude. Por fim, legitima a sua posição enquanto religiosa nos versos 9 e 10. Vale ressaltar que Sórora Violante do Céu está entre as escritoras que profusamente produziram literatura monástica, além de ser uma das mais conhecidas e prestigiadas, cuja obra é amplamente estudada.

Em suma, a ampliação dessas produções também se justifica mediante a curiosidade externa em relação à vida claustral que conheceu o século XVII, além de uma notável reputação, de forma que a população vivia, com frequência, “solicitando máximas, conselhos, normas e modelos” (MORUJÃO, 2011, p. 52). A esse propósito, Bellini (2007, p. 211) comenta sobre o estreitamento das relações conventuais com a Corte, de modo que “a origem conventual das produções lhes conferia grande credibilidade nos círculos sociais da Corte”. Portanto, “daí nascerá uma vasta produção impressa, cujos textos preliminares denunciam uma relação de expectativa e retorno entre a corte e os conventos” (MORUJÃO, 2011, p. 52). Não obstante,

Os conventos [...] nem sempre olharam da mesma maneira a atividade literária das suas religiosas, que escreveram por motivos variados e com finalidades diversas. Pela escrita colocavam ordem nas suas emoções e organizavam interiormente as suas próprias experiências. Pela escrita expressaram o inefável e construíram memória coletiva. Pela escrita responderam às necessidades espirituais de uma sociedade que procuravam rumos para se orientar num mundo estranho, em mutação e quantas vezes contraditório em si mesmo. (MORUJÃO, 2011, p. 49-50)

Numa linha tênue entre a hostilização e a aceitação, é inquestionável o fato de a literatura monástica feminina em setecentos agregar um frutífero acervo de produções, cuja variedade de gêneros, estilos, temáticas, estruturas, motivações etc. surpreende-nos e chama a atenção, de modo que, concordando com Paiva e Duarte (2009), apreciamos a exímia atuação e dedicação de mulheres às letras. Além disso, consideramos que “será talvez no gesto de escrever, mais do que no resultado dele, que deveremos procurar o traço determinante de toda a produção literária feminina conventual” (MORUJÃO, 2011, p. 52). Evidentemente, esta escrita marca um espaço identitário tão caro à história das mulheres religiosas e tão elucidativa, porque também foi denunciativa. A esse propósito, Maria Graciete Besse (2006, p. 16) reitera:

O estatuto da mulher no pensamento patriarcal foi sempre definido pela marginalização, pela estigmatização e pela domesticação. Dependentes e submissas, vítimas do amor ou da paixão, as mulheres foram durante séculos o verdadeiro Outro do homem, o “continente negro” que Freud assumia como inacessível. Num contexto cultural marcadamente “falocêntrico”, como diria Derrida, a escrita constitui para elas uma forma de afirmação identitária. Durante muito tempo, a epistolografia, gênero considerado “menor”, conotado com o feminino, revelou-se um fértil espaço de interrogação e de reflexão. Também o convento funcionou paradoxalmente como espaço de libertação, constituindo uma forma de escapar ao casamento imposto pela família.

Isso posto, compreende-se a relação entre o discurso de intimidade do eu e a epistolografia feminina da época. O amor, neste caso, a dor de amar, se estabelece como o tema mais recorrente na literatura ao longo do tempo. Portanto, parece ser o tema preferido da escrita produzida por mulheres (BESSE, 2006), quer seja por afirmação ou negação, se pensarmos, por exemplo, nas cartas de Heloísa de Argenteuil (século XII); Madame de Sévigné (século XVII), contemporânea francesa de Sórora Mariana; Marquesa de Alorna (século XVIII), entre outras. Nesse sentido, “esta forma literária permite facilmente opor [e conhecer] dois mundos: o convento e a sociedade, o espaço feminino e o universo masculino, a clausura e a aspiração de liberdade” (BESSE, 2006, p. 18, acréscimos nossos). Em razão disso, e compreendidas as relações culturais e sociais que envolveram Mariana e sua escrita, enquanto mulher religiosa, é que dedicamos o próximo capítulo ao gênero epistolar e às narrativas de si.

## CAPÍTULO 2 – CORRESPONDÊNCIA: DIÁLOGO *PER ABSENTIAM*<sup>29</sup>

*[...] escrever cartas é a grande vitória das narrativas de si: os textos escritos para um determinado destinatário; um texto explicitamente desejando a leitura; um texto perverso, porque a correspondência para existir precisa de distância e ausência, e a privacidade, intimidade [...].*

(RAMOS, 2008, p. 164)

Ao longo do tempo as intenções, motivações e funções da epístola variaram. Por exemplo, na antiguidade ocidental, contemplamos aquelas nas quais se buscava um aperfeiçoamento do eu, sobre as quais falaremos neste capítulo (cf. 2.2). Não obstante, na contemporaneidade, face ao imediatismo das redes de comunicação social, a carta tomou novos contornos. Em vista disso, procuramos discorrer sobre esse histórico, até o século XVII, na intenção de possibilitar uma visão panorâmica sobre o assunto, muito embora ele seja inesgotável e se renove continuamente, o que é natural aos objetos de estudo. Para além das conotações comunicativas e informativas que adquire o gênero progressivamente, sobretudo quando em seu ápice, propomos uma leitura a respeito da epistolografia em setecentos, na qual se situam as cartas de Sórora Mariana Alcoforado, posto que, entre os epistológrafos barrocos, ela é a mulher que se destaca, cujo nome incorpora os manuais de Literatura Portuguesa. Aliás, como se sabe, houve uma prática epistolar recorrente nos mosteiros femininos, mas que não gozou de tanto prestígio. Ademais, cremos que porque as *Cartas* mais se aproximam da prática epistolar profana, pois são de um outro teor, o qual foge da esfera do religioso/sagrado. Destarte, sendo as cartas uma narrativa de si, perpassamos a discussão sobre essa categoria, tomando como base a perspectiva de Michel Foucault que, ao partir da análise das cartas trocadas entre os filósofos gregos, formula o seu conceito de escrita de si.

### 2.1 A epistolografia e a carta: entre formas, funções, estilos, nomenclaturas e técnicas

A carta existe diante de uma ausência, logo, há um remetente que escreve para um destinatário que não está presente espacialmente ou temporalmente. Portanto, a carta, do grego *khártēs* e do latim *charta*, é a princípio compreendida sob a perspectiva primordial de comunicar, *communicare*, assim como a epístola, do grego *epistolē*. Dessa maneira, ambos os termos carta e epístola, assim como missiva, referem-se ao meio pelo qual se realiza a

---

<sup>29</sup> A expressão latina tem origem nas premissas do filósofo antigo Marco Túlio Cícero acerca da epístola e significa “diálogo entre ausentes” (MUHANA, 2000, p. 329).

comunicação à distância entre semelhantes, de acordo com André Crabbé Rocha (1965), e assim procedemos ao longo do texto, entendendo-os como sinônimos, e não como zonas de confronto, embora em um determinado momento se tenha feito a distinção, por exemplo, a missiva estaria relacionada ao envio, como aponta Haroche-Bouzinac (2016). Estabelece-se, portanto, uma primeira característica essencial do gênero carta que é “[...] constituir um meio de comunicação entre pessoas que não estão fisicamente em contato, para as quais é necessário escrever as idéias a fim de fazê-las chegar ao seu interlocutor ausente, de quem se espera uma resposta” (SÁNCHEZ, 2011, p. 38, tradução nossa<sup>30</sup>)<sup>31</sup>, ou seja, diálogo *per absentiam*. De acordo com Muhana (2000, p. 331),

Ausente o recurso da presença física entre o que fala e o que escuta, aquele que escreve não pode fazer uso nem da *actio* nem da *pronuntiatio* para atenuar ou realçar os elementos que mostrem a feição própria das coisas. Tudo se passa na escrita. Fala ausente, para ausentes, de ausentes. É apenas pela escolha e combinação das palavras que o escritor irá mostrar ao leitor o seu pensamento sobre as coisas, mostrando as coisas sobre as quais se fala sob uma certa luz.

Portanto, a necessidade de correspondência entre ausentes acompanhou o surgimento da escrita, por volta de 4.000 a. C. Aliás, tal prática, frequente desde a Antiguidade Tardia, era, inicialmente, oral (PEREIRA, 2008), logo, as primeiras cartas foram transmitidas por meio de um mensageiro, de modo que “[...] esta transmissão oral é acompanhada de documentos escritos que são lidos em voz alta ao destinatário” (ibidem, p. 349)<sup>32</sup>. Diante disso, ele mediava a relação remetente-destinatário ao transportar as epístolas, o que posteriormente motivou a criação de sistemas que garantissem a confidencialidade das cartas, como a assinatura e o selo, como aponta Sánchez (2011), exceto em caso de cartas públicas.

Logo, escrever cartas é uma prática humana desde a antiguidade ocidental que perpassa funções, temas e estilos formalizados por manuais, também conhecidos como *Secrétaires*, e tratados de epistolografia, ou, a arte de escrever cartas. Portanto, essa modalidade de comunicação escrita desempenhou importante papel social e político, tal como o exemplo da escrita de si, comum entre os gregos e romanos (cf. tópico 2.2). Ademais, observamos a relação entre a escrita de cartas, compreendida como uma arte, e a retórica, da qual fazia parte e segundo a qual regras se moldavam, concordando com Muhana (2000, p. 330), “a redação das cartas

---

<sup>30</sup> Assim como as demais traduções ao longo desta dissertação.

<sup>31</sup> “[...] constituir un medio de comunicación entre personas que no están físicamente en contacto, por lo cual les es necesario poner por escrito las ideas para hacerlas llegar a su interlocutor ausente, de quien se espera una respuesta”.

<sup>32</sup> “[...] esta transmisión oral se acompaña de documentos escritos que son leídos de viva voz al destinatario”.

constitui uma arte, à qual são aplicáveis os preceitos da antiga oratória”. Portanto, classificava-se como um subgênero retórico (ibidem).

Nesse sentido, o gênero assemelha-se à conversa ou ao diálogo, daí que a carta se molda conforme o destinatário, tal como o orador pensa no seu público quando prepara o seu discurso, utilizando-se de técnicas e estratégias que corroboram a argumentação. A partir dessa relação se supõe que a resposta à carta é o próprio ato de escrita que move o narratário a estabelecer uma correspondência. Conforme Muhana (2000, p. 331), “A carta exige o prosseguimento alternado e sucessivo das escritas. O destinatário é sempre o próximo remetente. Pelo contrário, o ato de não escrever, equivalente ao de silenciar, relegaria o correspondente ao papel de um monologante insensato”. Aqui, aproximamo-nos das *Cartas*, uma vez que não conhecemos as possíveis respostas de Chamilly. Então, para a retórica, a não-correspondência consiste em um falar “para ninguém” (ibidem, p. 332), porque a presença do interlocutor é indispensável. Contudo, ainda que não tenhamos acesso ao que ele pode (ou não) ter respondido, como instância do diálogo ele existe, sendo figura estimuladora dos conteúdos tratados.

Ainda, de acordo com Muhana (2000), Poliziano e Tasso, no contexto renascentista, consideram a missiva metade de um diálogo, haja vista que não dispõe da *actio* e *pronuntiatio*, como citamos anteriormente. Condicionada por regras da retórica, as quais eram ensinadas, precisava fazer uso de uma linguagem clara e explícita, evitando ambiguidades, e tomava como necessidade primordial a transmissão de informações relevantes (SÁNCHEZ, 2011, p. 38). A esse propósito, Miriam Álvarez (*apud* Sánchez, 2011, p. 39, grifos do autor) destaca alguns elementos que eram comuns à sua macroestrutura, tomando como exemplo as epístolas dos antigos: Cícero, Sêneca e Plínio, o Jovem, com exceção do post scriptum (P.S.), que é mais recente:

**Data:** momento de escrita da carta. **Saudação (exórdio):** fórmulas de tratamento protocolar ou de familiaridade entre remetente e destinatário. **Introdução (captatio benevolentiae):** (optativa): serve como um exórdio para captar a atenção ou benevolência do destinatário. **Corpo da carta (narratio):** exposição do motivo que origina a carta, desenvolvimento do assunto (narratio, petitio, conclusio). **Despedida:** representa o fechamento da carta, exprimem-se emoções, sentimentos, saudações, desejos através de fórmulas de cortesia, mostra o grau de familiaridade ou da relação entre remetente e destinatário. **Assinatura:** consiste no nome (ou selo) do remetente, com o qual afirma que é ele quem escreve. **Post scriptum, notas (parte acessória):** é colocado se um dado interessante foi esquecido no corpo da carta ou se há algum esclarecimento de algum ponto que se fez obscuro.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> **Fecha:** momento de escritura de la carta. **Encabezamiento (exordio):** fórmulas de tratamiento protocolario o de familiaridad entre destinador y destinatario. **Introducción (captatio benevolentiae):** (optativa) sirve a modo de exordio para captar la atención o la benevolencia del destinatario. **Cuerpo de la carta (narratio):** exposición del motivo que origina la carta, desarrollo del asunto (narratio, petitio, conclusio). **Despedida:** representa en cierre

No entanto, é pertinente considerar que não constituíam partes formais do gênero, pois ainda não existia teoria epistolar. Desse modo, para Haroche-Bouzinac (2016, p. 12), a carta é flexível em todas as instâncias, de seu conteúdo à sua forma, a qual é “diferenciada dentro de seus próprios limites” (ibidem, p. 12) e que “caracteriza-se pela instabilidade de suas formas e flexibilidade de seu uso” (ibidem, p. 12). Em suma, um gênero fronteiro. Por isso, ela elenca dois elementos fundamentais e universais às escritas epistolares: a destinação e a subscrição, categorias que são suficientes para distingui-la de outros tipos discursivos (ibidem). No tocante à teoria, em Roma, somente por volta de IV a. C. surge a *Rethorica* de Julio Victor, breve manual epistolar. Na Grécia, o manual *Sobre el estilo* de Demétrio, datado entre os séculos I a. C e I d. C fazia menção a características fundamentais do gênero, conforme Pereira (2008, p. 3):

[...] próxima ao diálogo, porém mais elaborada; estilo simples; clareza e brevidade; estrutura flexível; contraposição a outros gêneros: discurso; temas próprios, utilização de máximas e expressões de amizades; adequação ao destinatário.<sup>34</sup>

Em suma, a composição epistolar era regada com base nas obras dos autores antigos e suas epístolas. Em Roma, se tomava como ponto de partida os escritos ciceronianos, que até hoje gozam de notável atenção, enquanto na Grécia, o estilo de Demétrio. Os elementos encontrados na obra de ambos e demais escritores, assim como os supracitados por Álvarez, compõem a base dos posteriores tratados e manuais de epistolografia, ainda que o gênero tenha sido compreendido como literatura menor ou marginal, sequer incorporada aos gêneros literários gregos, como assinala Sánchez (2011). Entretanto, o hispano-romano Marco Fábio Quintiliano antecipa uma classificação, dividindo os gêneros literários em quatro grupos: épico-narrativos; poético-líricos; dramáticos e didático-ensayísticos. Logo, a epístola, enquanto subgênero, inseria-se na categoria dos poético-líricos e dos didático-ensayísticos, a depender “[...] se a missiva for escrita em verso, ou se um poema for escrito em forma epistolar” (SÁNCHEZ, 2011, p. 39)<sup>35</sup>. Aqui estamos diante de uma distinta modalidade epistolar, a qual, segundo Lajolo (2002, p. 61), “define-se como poema (geralmente em versos hexâmetros)

---

de la carta, se expresan emociones, sentimientos, saludos, deseos a través de fórmulas de cortesía, muestra el grado de familiaridad o de relación entre destinatador y destinatario. **Firma:** consiste en el nombre (o sello) del destinatador con el que hace constar que es él quien escribe. **Posdata, notas (parte accesoria):** se coloca si se ha olvidado un dato de interés en el cuerpo de la carta o si se hace una aclaración de algún punto que haya quedado oscuro.

<sup>34</sup> “Próxima al diálogo, pero más elaborada. Estilo simple. Claridad y brevedad. Estructura flexible.” Contraposición a otros géneros: discurso. Temas propios. Utilización de las máximas y de las expresiones de amistad. Adecuación al destinatario.”

<sup>35</sup> “[...] si la misiva es escrita en forma de verso, o si un poema es escrito en forma epistolar.”

dirigido a um amigo, amante ou mecenas, a partir de Horácio quase sempre em tom familiar, versando assuntos sentimentais e românticos ou filosóficos e morais”.

A questão classificatória tem uma relação direta com o próprio conceito de Literatura, pois, ao passo que ele evolui, considera a carta como texto literário, embora tardiamente, por volta do século XX (BARBOSA, 2011), haja vista que no século XVII ela ainda não constituía uma arte literária, embora conheça maior reconhecimento enquanto produção letrada (MUHANA, 2000). Então, apesar da classificação quintiliana, a carta ocupou um lugar à margem do cânone literário, não sendo a epistolografia bem definida na Antiguidade Greco-Romana, apesar de boa parte das referências sobre escrita epistolar serem encontradas neste período, sendo “os primeiros teóricos da literatura epistolar [...] o orador ateniense Demétrio de Falero (*De elocutione*), o sofista Filostrato (*Typi epistolares*) e o neoplatônico Proclo (*De forma epistolari*)” (MIRANDA, 2000, p. 43).

Apesar de na Idade Média, após a queda do Império Romano do Ocidente no século V d. C, em 476, a prática ter usufruído de maior prestígio e expansão com a *ars dictamini*, sendo a Alta Idade Média a Idade de Ouro da epistolografia medieval (PEREIRA, 2008), é somente após o Renascimento que alcança o seu ápice, de modo que “escrever cartas é uma das ações praticadas e esperadas do homem cortês dos séculos XVI e XVII” (MUHANA, 2000, p. 329-330). A esse propósito, de acordo com Sánchez (2011, p. 44)<sup>36</sup>, “a epistolografia medieval é regida pelos *ars dictandi* ou *ars dictaminis*, que se torna a cristalização retórica que regula o estilo normativo e epistolar na Idade Média e estabelece uma série de modelos ou fórmulas, por meio das quais as letras devem ser compostas”.

É pertinente colocar que, na era medieval, há uma formalização da carta, o que leva à retomada de algumas preceptivas antigas, aquelas que “[...] estavam mais ligadas aos assuntos públicos que aos privados” (PEREIRA, 2008, p. 373)<sup>37</sup>, uma vez que “[...] as cartas medievais parecem ter sido redigidas para serem lidas por mais de uma pessoa. Foram escritas mais para serem corretas e elegantes do que originais e espontâneas, e seguiram, com frequência, a forma e o conteúdo dos modelos de cartas dos formulários” (ibidem, p. 373)<sup>38</sup>. Por conseguinte, na transição para a Idade Moderna, sob a influência do pensamento humanista e renascentista, a carta familiar, tipologia apontada por Cícero – *familiare et iocosum*, desfrutou da “atenção da

<sup>36</sup> “La epistolografia medieval está regida por el *ars dictandi* o *ars dictaminis*, el cual se convierte en la cristalización retórica que regula la normativa y el estilo epistolar en la época media y establece una serie de modelos o *formulae*, mediante los cuales se deben componer las cartas.”

<sup>37</sup> “[...] estaban más ligadas a los asuntos públicos que a los privados.”

<sup>38</sup> “[...] las cartas medievales parecen haber sido redactadas para ser leídas por más de una persona. Estaban escritas más para ser correctas y elegantes que originales y espontâneas y siguieron, con frecuencia, la forma y el contenido de los modelos de cartas de los formularios”.

maior parte dos preceptistas dos séculos XVI e XVII” (MUHANA, 2000, p. 333), a qual será posteriormente classificada como carta literária, como aponta Muhana (2000, p. 333):

Tais epístolas de gênero “familiar” referem-se a todas aquelas que são escritas não a parentes, ou nem só a eles, tratando de assuntos domésticos, mas a todos aqueles chamados “amigos” [...], quais sejam as cartas de novas, consolação, recomendação, agradecimentos, queixas, desculpas e graça. É todo esse variado âmbito de assuntos éticos, civis e epidíticos, que visa deleitar (recrear para a vida) e ensinar (consolar da vida), que mais tarde será englobado pelo termo, não presente no século XVII, de “cartas literárias”.

Desse modo, alguns manuais sistematizaram algumas características epistolares, de forma a normatizar essa escrita, ainda tomando como base os fundamentos da retórica, assim como as concepções ciceronianas. Entre eles, citamos *Le grand et vrai art de pleine rhétorique* (1521), de Pierre Fabri; *De conscribendis epistolis opus* (1522), de Erasmo de Rotterdam e *De conscribendis epistolis* (1534), de Luis Vives, sobre os quais nos debruçaremos brevemente, haja vista que suas contribuições influenciaram a epistolografia portuguesa. De acordo com Muhana (2000, p. 334), o tratado de Fabri classifica as cartas em 1) elevadas ou graves; 2) medianas ou familiares; 3) baixas ou humildes. Cada categoria volta-se para um destinatário distinto, bem como trata de um tema específico e, diante disso, faz uso de estruturas e linguagem específicas, isto é,

substâncias graves, medianas e baixas pedem respectivamente termos altos, médios e pequenos, quando se dirigem a destinatários elevados, como o papa, o imperador ou o rei; medianos, como sacerdotes e burgueses; e baixos, como servos, lavradores, etc. (ibidem, p. 334).

Vale salientar que a posição social do remetente determina a classificação do destinatário em elevado, mediano ou baixo. Nisso consiste a adequação ao destinatário de que fala Pereira (2008), no universo da antiguidade clássica, uma característica propriamente discursiva, remanescente no campo da epistolografia, que afeta principalmente o estilo e a linguagem epistolar, assim como a inscrição (*inscriptio* ou *salutatio*) e a subscrição (*subscriptio*) (PEREIRA, 2008). Daí, convencionou-se o uso de “fórmulas de saudação e cortesia” (ibidem, p. 363)<sup>39</sup>, as quais se ajustam de acordo com o grau de intimidade e afetividade entre os correspondentes (ibidem).

Por sua vez, Erasmo, em seu tratado, também divide as epístolas em três macrogrupos, inspirado em uma classificação aristoteliana no âmbito da oratória, a saber, 1) demonstrativas; 2) deliberativas e 3) judiciárias. Ainda, incorpora a carta mista e “subdivide esses quatro

<sup>39</sup> “[...] fórmula de saludo y cortesia [...]”.

gêneros em 21 espécies (de acusação, de informação, de encorajamento, de justificação, reprovação, invectiva, etc.)” (MUHANA, 2000, p. 336), elencando uma variedade de formas, estilos e funções. Enfim, entre os três manuais, o de Vives é, certamente, o que mais rigorosamente segue as “regras” de Cícero, se é que assim podemos denominá-las. Portanto, divide as missivas em 1) familiares e 2) severas, como aponta Muhana (2000). Vives e Fabri concordam quanto à adequação ao destinatário de que falávamos há pouco. Além disso, ele reitera a ideia da clareza e simplicidade linguística, premissas ciceronianas. Em suma,

o único modo de o escritor se mostrar verdadeiro é utilizar uma linguagem cuja aparência de simplicidade cause o efeito de naturalidade, e nunca de artifício – artifício este que em toda a retórica é prova de disfarce, logo artimanha, logo falácia. (MUHANA, 2000, p. 337).

Considerando que o gênero tem intenção à “verdade”, o cuidado na escolha e na combinação das palavras encontram justificativa. Ainda, em relação às cartas familiares, a autora coloca que devem adotar como “principal adoro a simplicidade, e seu maior ornamento – o único ornamento que a verdade tolera – será a ausência de ornamentos” (MUHANA, 2000, p. 337), portanto, trata-se de um discurso não ostensivo. Sobre isso, é interessante o diálogo com Haroche-Bouzinac (2016), quando fala sobre o mito da sinceridade epistolar (cf. tópico 2.1.1), haja vista que, para ela, “a carta [não tem] compromisso com a autenticidade” (p. 196, acréscimos nossos). No tocante ao debate acerca da ficcionalidade das cartas, conferir o tópico 2.2. Enfim, no que concerne à suposta veracidade, Muhana (2000, p. 341) coloca que ela é “parcial, relativa aos destinatários”, além de que está desvinculada da primeira pessoa gramatical.

Diante do exposto, reservamo-nos à discussão sobre a epistolografia portuguesa. Em Portugal, a carta foi um gênero em profusão em setecentos, seguida por escritores como Padre Antônio Vieira, D. Francisco Manuel de Melo, Frei Antônio das Chagas e Cavaleiro de Oliveira, contemporâneos de Sórora Mariana Alcoforado, aliás, uma epistológrafa cujos escritos conhecem notável atenção a nível de cânone, o qual, à época, era predominantemente masculino. Contudo, sabe-se que houve uma prática epistolar feminina frequente em setecentos (cf. tópico 1.2), sobretudo no âmbito religioso. Por conseguinte, Rodrigues Lobo em dois diálogos da *Corte na Aldeia* (1619) foi o primeiro a discutir sobre a epistolografia portuguesa, seguido por Francisco José Freire (Cândido Lusitano) somente no século XVIII. Na obra do precursor, “o substantivo ‘carta’ designava muito simplesmente o seu tipo mais comum: a missiva. Fórmulas judiciais requeriam, por outro lado, a distinção de adjetivos. Assim, haveria as precatórias, as demissórias, as citatórias, de liberdade e de venda – entre outras.”

(MIRANDA, 2000, p. 47). Além disso, estabelece normas estruturais e formais para o gênero, como o uso de letras juntas, papel limpo, dobras iguais, bem como regras gerais: a brevidade, a clareza e a propriedade (MIRANDA, 2000). Entre a categoria das missivas estão as cartas familiares, de foro íntimo, aquelas nas quais se tratam assuntos pessoais, da vida e estado do indivíduo.

É nesse momento que a carta se ocupa da função de “informar acerca da vida pessoal ou alheia, e fazer comentários” (MOISÉS, 2013, p. 132). Para além dos epistológrafos portugueses do período, é pertinente destacar a contribuição de Madame de Sévigné (1626-1696), nobre e renomada escritora francesa cuja produção se avalia em torno de 1500 cartas que, em sua maioria endereçadas à sua filha Françoise-Marguerite, fornecem um retrato da época, fazendo dela uma “repórter de seu tempo” (AMARAL, 2000, p. 21). A escrita de Sévigné inova e rompe com os modelos composicionais do gênero, ao passo que as suas cartas apresentam uma originalidade que lhe é espontânea e natural.

Dessa forma, para Andréa Rocha (1985)<sup>40</sup>, a carta comporta cinco elementos fundamentais, os quais interferem na textualidade epistolar, de modo a enquadrar a sua substância propriamente dita, que é o conteúdo. Para estabelecê-los parte da sequência *quando?, onde?, a quem?, o quê?, por quem?*, perguntas que correspondem aos elementos *lugar, data, destinatário, conteúdo e assinatura* (grifos nossos). Entre eles, o conteúdo é elencado como elemento principal, enquanto os demais são secundários, no entanto, têm sua importância. Portanto, trataremos de cada um deles de modo particular, sobretudo a fim de evidenciar a sua presença e/ou ausência nas *Cartas*.

O *lugar* não diz respeito somente a uma instância física, mas, ao lugar de fala do signatário (remetente) em relação ao seu narratário (destinatário). Neste caso, o lugar de fala de Sórora Mariana em relação a Chamilly, que se revela um lugar de ausência. A carta sendo a substituta da “presença corpórea” (ROCHA, 1985, p. 14), é motivada por “qualquer motivo ponderoso [que] torna esse convívio impossível – clausura, prisão, doença. Nesse caso multiplicam-se as mensagens que o avivam e prolongam” (ibidem, p. 14, acréscimos nossos), ou seja, esta escrita funciona como uma extensão de um convívio que se supõe impossível. Logo, se a ausência precisa existir para haver correspondência, há a necessidade de o remetente se localizar, através da demarcação do lugar a partir do qual escreveu ao seu destinatário.

---

<sup>40</sup> Em *A Epistolografia em Portugal* (1985), a pesquisadora se debruça sobre a epistolografia portuguesa, a fim de “dar uma visão de conjunto da actividade epistolar dos escritores portugueses” (p. 9). Para isso, faz uma introdução e a divide em 12 pontos, nos quais discorre sobre aspectos estruturais e formais da carta, em geral, sobre a textura do gênero. Em seguida, fornece uma compilação dos epistológrafos portugueses em geral e suas respectivas obras.

Nas *Cartas*, não há indicação do lugar em que foram escritas, mas a informação está inscrita de forma implícita e indireta, se as interpretamos à luz de informações para e extratextuais: “Se me fosse possível sair dessa **clausura** infeliz, eu não ficaria esperando aqui em **Portugal** pelo resultado de suas promessas.” (ALCOFORADO, 1992, p. 20, grifos nossos), e ainda, “Minha família, meus amigos e este **convento** são insuportáveis” (ibidem, p. 27, grifos nossos). Portanto, ela escreve do interior de um convento, em Portugal, que veio a ser identificado como o Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja, a um amante francês que se aproveitou “de todos os pretextos que encontrou para voltar à **França**” (ibidem, p. 26, grifos nossos). Em relação ao lugar da ausência, destacamos: “Sua **ausência** cruel, e talvez definitiva, não diminui em nada o êxtase do meu amor.” (ibidem, p. 45, grifos nossos). Logo, ela a reconhece e assume a posição por meio da qual escreve.

Por conseguinte, a *data*. Geralmente, a carta vem acompanhada de datação, a fim de localizá-la temporalmente. No entanto,

[...] nem todos os escritores observaram rigorosamente o preceito da datação. Ou porque, na azáfama duma correspondência sobrearregada, a esqueçam; ou porque o assunto não mereça tal consagração temporal [...]; ou porque, desvairados com a sua própria angústia, percam a conta ao calendário. (ROCHA, 1985, p. 17)

O mesmo acontece nas *Cartas*, pois não há datação em nenhuma delas, sequer na sua edição princeps. Os motivos para isso, no entanto, não somos capazes de esclarecer. A ausência de um elemento como a data, e outros, acarreta relativizações a respeito de determinadas informações textuais, bem como da autoria, da veracidade e da legitimidade de tal produção. Entretanto, há algumas referências no texto que permitem localizá-las no respectivo contexto histórico, a exemplo de quando Sórora Mariana faz menção a oficiais e a um tenente, bem como ao serviço de seu amado ao Rei (cf. cartas 2 e 4), permitindo-nos subtender que Chamilly foi um oficial francês que serviu nas Guerras da Restauração em Portugal. Salientamos que chegamos a esta conclusão pela associação entre o ano em que surgiu a primeira publicação das cartas e o respectivo contexto, como destacam os estudiosos das *Lettres Portugaises*.

Em seguida, o *destinatário* ou narratário, aquele que está ausente e a quem se dedicam as cartas. Nas palavras de Rocha (1985, p. 17), “a carta dirige-se normalmente, a um leitor vivo e único. Não se escreve aos mortos: a carta implica a presença viva de quem a recebe, como de quem as redige”. É nesse sentido que pensar no destinatário significa modelar a carta e o seu conteúdo, ou seja, a escrita é ajustada estilisticamente de acordo com ele. Deve-se considerar também a recepção deste leitor, visto que a ele se confia determinado assunto de caráter íntimo

e pessoal. Em se tratando das *Cartas*, são pensadas para (e destinadas ao) o conde de Chamilly, o amado, embora não haja referência textual direta e explícita ao seu nome. O narratário aqui representa o elemento propulsor desta escritura, pois, todo o seu conteúdo lhe é dedicado e representado de forma intensa, muito embora atue sobre o signatário: “Quando lhe escrevo, parece que estou falando com você, e que você está um pouco mais presente” (ALCOFORADO, 1992, p. 33).

Sobre o *conteúdo*, é pertinente considerá-lo variável e dinâmico, dada a natureza multifacetada do gênero. Neste caso, mediante cartas amorosas, as ridículas cartas de amor de que fala Fernando Pessoa e palavra de luxo para Adélia Prado, nos deparamos com a escrita de uma paixão que se converte na dor de amar, na dor do abandono, no sofrer de amor junto à rememoração do passado dos amantes, o que desperta em Sórora Mariana sentimentos de saudade, angústia, melancolia e tristeza, por sua vez, contraditórios:

Eis que os meus [olhos] é que foram privados da única luz que os animava. Não lhes resta senão as lágrimas. E eu não os tenho empregado em nenhum outro objetivo que o deste choro ininterrupto – depois de compreender que você se decidiu por um afastamento tão insuportável para mim que me fará morrer em pouco tempo. Mas parece que eu tenho uma fixação qualquer até mesmo por essa infelicidade de que você é a única causa. Assim que o vi, entreguei-lhe minha vida; e sinto mesmo algum prazer em sacrificá-la por você. (ALCOFORADO, 1992, p. 18-19, acréscimos nossos)

Por fim, a *assinatura*. De acordo com Rocha (1985), a carta deve vir assinada, assim como a pintura e outras artes, fato que lhes confere maior valor material, histórico e social. Para além disso, a assinatura compromete jurídica, moral e literariamente o seu autor, no sentido empírico do termo. A ausência deste elemento relativiza a autenticidade da produção, de modo que a “responsabilidade artística do signatário” (ibidem, p. 19) é desconsiderada. Assim acontece com as *Cartas*, visto que não dispõem da assinatura do remetente. Na textualidade epistolar, é evidente que se trata de uma escritura cunhada por uma freira portuguesa, cujo nome aparece duas vezes, mas, somente os paratextos, que acompanham edições posteriores à princeps, e outros recursos extraliterários o “confirmam”. Na verdade, o evidenciam, pois levantam a possibilidade da autoria de Sórora Mariana Alcoforado, signatária das cartas, o que é contestado. Isto porque “queremos que numa carta a assinatura faça fé, como a palavra dada. E isto só vem confirmar o alto valor atribuído ao *eu* que subscreve” (ibidem, p. 20).

Ademais, é pertinente observar que o conjunto das *Cartas* não pode ser considerado uma correspondência, dada a ausência de respostas do destinatário, que só existem no plano diegético. Logo, está mais propenso a ser um solilóquio, que um colóquio. Para Calas (*apud* LIMA, 2014), isso constitui uma relação monofônica; o narratário não se faz completamente

presente, mas semipresente ou pseudopresente, embora nas cartas haja menção a possíveis respostas do conde de Chamilly: “eis que sua última carta [...]” (ALCOFORADO, 1992, p. 19); “não preencha mais suas cartas [...]” (ibidem, p. 20); “[...] me escrevendo cartas frias, repetitivas [...]” (ibidem, p. 28). No entanto, até o momento não há conhecimento palpável a respeito das cartas de Noel, além da evidência textual, ainda que se tenha publicado uma versão apócrifa<sup>41</sup> de tais respostas, que obteve pouca repercussão, “por figurarem mais como um recurso mercadológico para aproveitar o logro editorial da publicação das cinco epístolas do que um efeito de resposta” (LIMA, 2014, p. 83).

Para além disso, Rocha (1985) discorre a respeito de outros aspectos que fazem parte do universo epistolar, como o segredo e o valor biográfico e/ou estético. O segredo, materialmente representado pelo selo ou lacre, evidencia o aspecto confidencial ou secreto da mensagem que se confia ao destinatário, não obstante isso tenha sido desconstruído pelas escritas declaradamente autobiográficas (cf. tópico 2.2). A esse respeito, “a carta, dirigida a um ser eleito, a um *alter ego* digno da confiança que se deposita nele, usa de maior franqueza” (ibidem, p. 20), amenizado o receio de violação. Quanto ao valor biográfico e/ou estético, a omissão intencionada ou não intencionada de elementos basilares à macroestrutura da carta, sobretudo da assinatura, abre lugar para pensá-la um desabafo individual desresponsabilizado por tais evidências (ROCHA, 1985). Sendo assim, o gênero é permeado por uma efusão íntima, “convívio *dentro do qual o eu se afirma*” (ibidem, p. 28, grifos do autor) discursivamente, e que lhe atribui valor (auto)biográfico. Portanto, a carta constitui uma “revelação da personalidade íntima no que tem de mais superficial como de mais profundo” (ibidem, p. 23) e isto aproxima-nos da ideia de escrita de si e da noção autobiográfica, cuja definição e explicação se encontram no tópico 2.2 deste trabalho. Por enquanto, nos voltemos para o romance epistolar.

### 2.1.1 O romance epistolar

Inicialmente, cabe-nos elucidar o que é o romance epistolar. Num sentido literal, trata-se de um romance, gênero consagrado, que é formado por um conjunto de cartas, mas não necessariamente por uma correspondência, no sentido de reciprocidade que o termo implica. Desse modo, trata-se de uma narrativa ficcional cuja estruturação se constitui em torno de missivas. Para Lajolo (2002), a origem do romance epistolar reside nas epístolas de cunho amoroso e sentimental em forma de poema, a exemplo das *Heroides* de Públio Ovídio Naso,

---

<sup>41</sup> Esta versão surgiu no mesmo ano da edição princeps das Cartas Portuguesas, em 1669.

vulgarmente conhecido como Ovídio. No entanto, a Era Clássica representa um “muito nebuloso nascimento do gênero” (ibidem , p. 61), desse modo, é somente na Era Moderna que esta narrativa começou a tomar formas concretas. Em vista disso, contemplamos algumas obras que são referência neste terreno, dentre as quais destaca-se o nosso objeto de estudo, evidentemente, em sua primeira versão: *Lettres Portugaises Traduites em François* (1669), aliás, considerada o primeiro romance epistolar francês (LIMA, 2014). Ademais, citamos *Cartas Persas* (1721), de Montesquieu; *Pamela* (1740), de Samuel Richardson; *A Nova Heloísa* (1761), de Jean-Jacques Rousseau e *As Ligações Perigosas* (1782), de Choderlos de Laclos.

É notório que, “o surgimento, multiplicação e sucesso do romance epistolar” reside no século XVIII. Uma hipótese apontada por Lajolo (2002, p. 62) é a de que

romances epistolares tenham feito tanto sucesso porque, ao se estruturarem como cartas, tornavam-se bastante familiares a seus leitores, naqueles idos muito envolvidos com envio, recebimento, resposta e comentário de cartas, assunto de que, aliás, sintomaticamente, ocupavam-se com ênfase os igualmente populares manuais de polidez e etiqueta.

Para além disso, é importante considerar que o advento e a difusão da escrita propiciaram um ambiente favorável à proliferação da correspondência epistolar, uma vez que ela constituiu “um dos seus usos mais corriqueiros, para além [...] das esferas da administração, da religião e da alta cultura” (LAJOLO, 2002, p. 62). Ademais, a flexibilização, ampliação e modernização do sistema de carteio promoveram “a infra-estrutura necessária para que a correspondência ficasse ao alcance de (quase?) todos” (ibidem, p. 62). Na Europa, foi a partir dos anos 1600 que se desenvolveram técnicas refinadas de correio, “sendo Londres a primeira cidade servida por correio urbano” (ibidem, p. 63), em 1680. Em Paris, somente em 1760. Já em Portugal, data-se 1853 o ano em que se adotou o uso de selos (LAJOLO, 2002). Em suma,

[...] entre as causas pelas quais o romance epistolar parece ter florescido com tanta facilidade na Europa, talvez se incluam as fortes tintas de moralidade e didatismo de que a tradição da epístola literária desfrutava no mundo antigo: didatismo e moralidade bem podiam servir de compensação à oposição que moralistas e religiosos faziam ao romance, visto como corrompedor de costumes, sobretudo junto ao eleitorado feminino. (LAJOLO, 2002, p. 63)

Desse modo, o romance epistolar ganha notoriedade, acompanhando o sucesso que fazia a prática epistolar na época. Vale salientar que o gênero é, por natureza, dialógico (LAJOLO, 2000), pois implica, de certo modo, uma correspondência, ou seja, uma relação comunicativa entre remetente e destinatário, ainda que fique somente no plano da intenção ou que seja fictícia, como sugere Geneviève Haroche-Bouzinac (2016). Barbosa (2011, p. 336) também menciona

o “caráter dialógico” desta escritura. Sendo assim, “o romance epistolar parece estimular respostas no atacado, o que explica a grande quantidade de intertexto (seqüências, respostas e reescrituras) geradas por cada um dos romances epistolares mais conhecidos” (LAJOLO, 2000, p. 64). Diante disso, torna-se claro o motivo do sucesso editorial que rendeu tantas versões às *Lettres Portugaises*, as quais se multiplicaram amplamente de modo que atravessaram múltiplos territórios e séculos.

Outra característica do romance epistolar apontada por Lajolo (2000, p. 66) é a verossimilhança, a qual “exige que a narrativa epistolar se desenvolva em primeira pessoa”. Levando em consideração a discussão sobre a pessoa gramatical (cf. tópico 2.2), relativizamos essa questão, pois essa escrita pode ser encarada como uma prosa de ficção, afinal, “a carta dissimula tanto quanto revela” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 25). Isto é, “toda carta se torna ficcionalização da vida do epistológrafo” (ibidem, p. 197), posto que “desejar estabelecer critérios para distinguir a carta real da carta fictícia seria o mesmo que tentar distinguir entre a mentira e a verdade” (ibidem, p. 197). Por considerarmos o pressuposto, trataremos as *Cartas* sob a perspectiva da hibridez. Enfim,

o problema das influências entre cartas de ficção e cartas autênticas é mais do que complexo; o mimetismo opera nos dois sentidos. Se as cartas de ficção imitam as cartas verdadeiras, a recíproca também é verdadeira. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 206)

Ainda em relação às *Cartas*, romance epistolar e/ou prosa ficcional, o seu “tom se situa no prolongamento da décima *Heroide* endereçada por Ariadne ao volúvel Teseu” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 207), portanto, é uma composição romântica de “cartas femininas ardentes dirigidas a um ausente quase sempre ingrato” (ibidem, p. 207). Não obstante, citamos a *Correspondência de Abelardo e Heloísa* (2002), texto amoroso que também se articula por meio de cartas, no século XII. O amor de Sórora Mariana é o amor-paixão, categoria estudada por Stendhal (1999), aquele que “arrebata-nos contra todos os nossos interesses” (STENDHAL, 1999, p. 4). Moisés (2013) concorda. Ainda,

a qualquer gênero de amor que devamos os prazeres, uma vez que haja exaltação da alma, eles são fortes e sua lembrança arrebatadora; e nessa paixão, ao contrário da maioria das outras, a lembrança do que perdermos sempre parece estar acima do que podemos esperar do futuro. (STENDHAL, 1999, p. 4-5).

Esta paixão da religiosa portuguesa, “a maior paixão do mundo” (ALCOFORADO, 1992, p. 40), é a fonte propulsora de sua escrita, de seu romance epistolar, uma vez que, concordando com Rezende e Coelho (2010), na cultura ocidental as emoções caracterizam a

natureza humana de modo essencial e singular, e dessa forma são representadas discursivamente em diversas narrativas. Portanto, quanto à sociabilidade dessa produção, Laurent Versini, importante estudioso do gênero, (*apud* HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 211) coloca que

[...] nunca o romance epistolar abandonará, salvo em algumas tentativas paródicas e presunçosas, as conveniências que lhe fornecem seu escopo e sua razão de ser. Honestidade, sociabilidade: o romance epistolar as expressa, veicula, dissemina; com o desaparecimento dessas qualidades em proveito do arrebatamento popular ou do individualismo romântico, o romance epistolar desaparece ou sobrevive a si, tanto assim que esse gênero, expressão de uma sociedade à qual serve de espelho, é um fato de civilização.

Diante do exposto, é pertinente apontar que a nossa leitura das *Cartas* perpassa a descontinuidade de uma correspondência da qual não nos chegaram as respostas, apesar da evidência textual. Sendo assim, assumimos o papel de “reconstruir a identidade do destinatário através de uma parte única do conjunto” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 15), cientes de que estamos diante de “um único ponto de vista, o do remetente” (*ibidem*, p. 15). Em vista disso, “quase sempre incompleto, o diálogo em geral limita-se a uma fala isolada e o leitor limita-se a adivinhar as inflexões da outra voz a partir da carta conservada” (*ibidem*, p. 23). Nesse sentido, em virtude da figuração de uma única voz, o romance epistolar de Sóror Mariana assemelha-se ao monólogo, de modo que “oscila constantemente entre os limites da abertura para outrem e um fechamento sobre si” (*ibidem*, p. 139). No entanto, é interessante observá-lo pelo viés da resignificação, visto que esta escrita assume uma relação de intimidade com o eu que a produz e aqui introduzimos o próximo tópico, que trata da escrita de si.

## 2.2 Breves considerações sobre a escrita de si

Discorrer teoricamente sobre o que se entende por escrita de si leva-nos, primariamente, ao texto de Michel Foucault (1992), vanguardista no sentido de fazer considerações sobre aquilo que posteriormente tomaria contornos e formas próprias, consolidando-se enquanto gênero ou subgênero. Com base nas práticas culturais e filosóficas da antiga civilização, ele aponta para um hábito de escrita cujo objetivo consistia no aperfeiçoamento espiritual do “eu”, aquilo que chama de função etopoiética: “operador da transformação da verdade em *ethos*” (FOUCAULT, 1992, p. 134, grifos do autor). Considerando que os sujeitos antigos eram extremamente éticos e temperantes, a atividade da escrita integrou, ainda que posteriormente, uma série de exercícios, dentre os quais citamos a dieta, as “abstinências, memorizações, exames de

consciência, meditações, silêncio e escuta de outro” (ibidem, p. 132); isso porque acreditavam que “nenhuma técnica, nenhuma aptidão profissional podem adquirir-se sem exercício; também não se pode aprender a arte de viver [...]” (ibidem, p. 132). Essas práticas constituem a *ascese*, ou seja, uma estética da existência, a qual incorpora atividades “relacionais de construção subjetiva como um trabalho ético-político” (RAGO, 2013, p. 44).

A historiadora e filósofa Margareth Rago, em entrevista concedida ao programa Café Filosófico promovido pelo Instituto CPFL em abril de 2018<sup>42</sup>, explica que os gregos buscavam a sapiência via *parresía*, ou seja, se tornar algo através de um trabalho sobre si, o que exige a coragem da verdade. Desse modo,

[...] os gregos e os romanos desenvolveram técnicas de constituição de si baseadas em práticas da liberdade que envolviam a conquista da temperança, isto é, do equilíbrio entre o lado racional e o emocional do indivíduo por um meticuloso trabalho cotidiano de autotransformação. [...]. Nem tirano, nem escravo, o indivíduo deveria ser capaz de governar-se a si mesmo para tornar-se um ser político apto a participar da vida na pólis. Na Antiguidade, a vontade de ser um indivíduo ético estava ligada, pois, à afirmação da própria liberdade e ao desejo de constituir uma vida exemplar, que pudesse ser reconhecida no presente e na posteridade. (RAGO, 2013, p. 45)

Portanto, partindo do pressuposto, no que diz respeito à escrita, desponta por meio de dois gêneros: os *hypomnemata* e a correspondência. Entre as duas, interessa-nos a segunda. No entanto, cabe uma breve distinção. Os *hypomnemata*

não constituem uma ‘narrativa de si mesmo’; não têm por objetivo trazer à luz do dia as *arcana conscientiae* cuja confissão – oral ou escrita – possui valor de purificação. O movimento que visam efectuar é inverso desse: trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si. (FOUCAULT, 1992, p. 137).

Em contraposição à contemporânea sociedade do ter, a civilização clássica considerava que a natureza humana era o ser, e nessa premissa se apoiava a sua cultura, entendendo-a como resultado do *ethos*. Por contraste, no trecho já se define a escrita de si, naquele contexto. Em outras palavras, uma escrita que, naturalmente endereçada ao outro, reflete-se sobre si. Foucault (1992, p. 145) reitera:

A carta enviada actua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como actua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe. Essa dupla função faz com que a correspondência muito se aproxime dos

<sup>42</sup> Disponível em URL < <https://www.youtube.com/watch?v=PDxkX6UPKKE&t=1136s>>. Acesso em 10 jul. 2018.

*hypomnemata* e com que a sua forma frequentemente lhes seja muito vizinha.

Nesse sentido, vale salientar que a carta, como uma narrativa de si, é inicialmente pensada sob a perspectiva do aconselhar o outro para quem se escreve. Assim, encontramos exemplos na literatura de Epicuro e de Sêneca. No entanto, reveste-se de uma função reflexiva, pois ao passo que direciona algum conselho, recomendação, exortação e/ou admoestação ao destinatário, mutuamente o remetente rememora tais questões e isso constitui um modo de exercitar a sua subjetividade, daí que a carta “na sua qualidade de exercício, labora no sentido da subjectivação do discurso verdadeiro, da sua assimilação e da sua elaboração como ‘bem próprio’” (ibidem, p. 151). Por conseguinte, destacam-se duas características recorrentes: a) relatar com frequência aspectos relativos à saúde. Conforme Foucault (1992, p. 153), “adquirem a dimensão de uma descrição detalhada das sensações corpóreas, das impressões de mal-estar, das diversas perturbações que se terão podido experimentar”; b) relatar o dia, apresentando-se o remetente ao longo de seu dia, ou seja, “a missiva se faz narrativa de um dia vulgar” (ibidem, p. 157), no dizer de Sêneca, tratava-se de “passar em revista o seu dia”. Esta última constitui uma forma de exame de consciência.

Em relação às características citadas, verificamos nas *Cartas* traços remanescentes dessa prática apontada por Foucault, a exemplo de quando a Sórora relata ao seu amante aspectos relativos ao seu estado de saúde: “Depois que você partiu, eu não tive um único instante de saúde” (ALCOFORADO, 1992, p. 45), e ainda, “Depois desse desmaio, tive várias diferentes indisposições – mas como poderia eu não adoecer se não o verei mais?” (ibidem, p. 19). Muito embora não constitua o cerne de sua escrita, ela com certa frequência o faz, elucidando que são estados consequentes do abandono pelo qual passou. Para além disso, paulatinamente informa sobre os seus dias e sobre sua rotina, a qual é permeada pela vivência de uma coita amorosa, ou seja, num sentido trovadoresco, sofrer de amor:

Dona Brites insistiu, esses últimos dias, para que eu saísse do meu quarto. Acreditando me divertir, ela me levou para passear na varanda, de onde se avista Mértola. Aceitei acompanhá-la, mas logo fui ferida por uma lembrança cruel, que me fez chorar o resto do dia. Ela me levou de volta, e eu me atirei na cama, pensando em como tenho pouca esperança de me curar um dia. (ibidem, p. 28-29)

Desse modo, é pertinente pensar sobre o modo como o eu discursivamente se oferece ao seu destinatário e, simultaneamente, a si. Sobre isso, Foucault (1992, p. 150) coloca que a escrita de si supera a concepção do “adestramento de si próprio pela escrita”, como já esclarecemos, portanto,

[...] ela constitui também uma certa maneira de cada um se manifestar a si próprio e aos outros. A carta faz o escritor ‘presente’ àquele a quem a dirige. E presente não apenas pelas informações que lhe dá acerca da sua vida, das suas actividades, dos seus sucessos e fracassos, das suas venturas ou infortúnios; presente de uma espécie de presença imediata e quase física.

Nesse ponto, nos aproximamos de uma característica fundamental do gênero carta, numa função comunicativa, que é estabelecer um diálogo entre ausentes. No entanto, a ideia da narrativa de si redimensiona essa concepção ao passo que agrega o ensimesmamento do eu, e isso considera a possibilidade de uma escrita que não seja necessariamente direcionada a um leitor; é a escrita da intimidade. Aqui, lembramo-nos do diário, da memória e de outros gêneros autobiográficos. Em relação a isso, destacamos o estudo de Philippe Lejeune em *O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet* (2014), no qual trata de tais categorias, mais precisamente da autobiografia, que se desenvolveu a partir do século XVIII, mas que passou a ser amplamente estudada no século XIX, momento em que contemplou grande expansão e expressão, face à pós-modernidade.

Portanto, a autobiografia se define como uma “narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (2014, 16). Então, partindo do pressuposto de que na autobiografia autor, narrador e personagem principal são a mesma pessoa, estabelecendo uma relação de identidade, o gênero assume um contrato entre autor e leitor, o chamado pacto autobiográfico, que consiste na “afirmação, no texto, dessa identidade, remetendo, em última instância, ao *nome* do autor, escrito na capa do livro” (2014, p. 30). Logo, como afirma Eurídice Figueiredo (2013, p. 26), se trata de um “pacto de referencialidade, de fidelidade ao acontecido entre autor e leitor. Isto se exprimiria, do ponto de vista formal, por uma identificação entre o nome do autor tanto na capa/página de rosto quanto no interior do livro, ou seja, autor, narrador e personagem seriam um só, a pessoa que narra seria ao mesmo tempo o autobiógrafo e o autobiografado.” (2013, p. 26).

Para um melhor entendimento, destacamos as características indispensáveis à autobiografia elencadas por Lejeune (2014, p. 16-17). São elas: 1) quanto à forma da linguagem: narrativa em prosa; 2) quanto ao assunto tratado: vida individual ou história de uma personalidade; 3) quanto à situação do autor: identidade do autor (cujo nome remete a uma pessoa real) e narrador; 4) quanto à posição do narrador: a) identidade do narrador e do personagem principal, b) perspectiva retrospectiva da narrativa. No entanto, alguns desses elementos podem variar e admitem graus, mas dois deles “é tudo ou nada” (ibidem, p. 17): 3 e 4 (a). Portanto, “para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima),

é preciso que haja relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem*” (ibidem, p. 18, grifos do autor).

Sendo assim, dada a ausência de um pacto autobiográfico e de tais condições primordiais (3 e 4), como sugere Lejeune (2014), frisamos que as *Cartas* de Sórora Alcoforado não constituem uma autobiografia, haja vista a problemática em torno da autoria, assim como a imprecisão das informações sobre, algumas das quais discutiremos no capítulo seguinte, o que compromete a intenção autoral que deve existir no caso desta escritura e que é elemento indispensável à sua contextura. Não obstante, acrescentamos que, em torno dessas produções, existe a dúvida da publicação, posto que estão na esfera do confidencial, sob o signo do segredo, com exceção daquelas que declaradamente se destinam ao mercado editorial.

Por conseguinte, é pertinente perpassar o debate acerca da literariedade e/ou ficcionalidade das cartas versus a historicidade. Para alguns, como Käte Hamburger (*apud* RAMOS, 2008, p. 163), “a correspondência é sempre um documento histórico que abriga testemunhos pessoais, sendo igualmente histórico o sujeito dessa enunciação”. Para outros, ela constitui um texto híbrido em que ficcionalidade e historicidade se entrecruzam, considerando que “escrever cartas é [...] um pequeno ofício ‘literário’ no sentido mais restritivo e convencional desse termo, pois ao escrever uma carta não se pode fugir a um código que modela e altera o que tão simplesmente queremos e gostaríamos de dizer” (RAMOS, 2008, p. 163). Desse modo, o gênero ocupa um entrelugar entre o real e o ficcional, e o pensamos sob esse aspecto híbrido que, em nossa concepção, lhe é intrínseco, no entanto, desviamos-lo da categoria de literatura menor que por muito tempo lhe foi atribuída. Assim sendo, destacamos o que apresentam Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib em *Prezado senhor, Prezada senhora* (2000):

Situada no terreno intermediário entre o ficcional e o histórico, entre o prosaico e o poético, a literatura epistolar traz à tona perfis que vão sendo desenhados com a caligrafia daqueles que teimam em driblar as distâncias determinadas pela comunicação escrita. Auto-retratos, sem dúvida, mas também relevo de relações pessoais e cenários de época [...].

Em vista disso, Foucault (1992) coloca que a correspondência permite o desvelamento da alma daquele que a escreve. Esse sujeito desnuda-se diante de si, e de seu correspondente, mediante um exercício introspectivo e subjetivo. Portanto, o eu das *Cartas* é um eu que discursivamente se faz conhecer contraditório, intenso, radical, vacilante etc., dada a necessidade de completude diante da falta:

Contraditória que sou, vivo fazendo tanto para conservar minha vida quanto

para perdê-la. Eu morro de vergonha. Meu desespero estará só nas minhas cartas? Afinal, se eu amasse você tanto quanto já disse mil vezes, já não estaria morta há muito tempo? Enganei você. Você é que devia se queixar de mim. Por que não se queixa? Vi você partir, mas não tenho esperança de vê-lo voltar; mesmo assim, continuo a respirar. Traí você, e peço perdão por isso. Mas não me perdoe. Seja duro comigo. Você não acha que meus sentimentos são muito exagerados? Você promete que vai ser mais exigente? Promete me mandar dizer que quer que eu morra de amor por você? (ALCOFORADO, 1992, p. 39-40)

Trata-se de um eu que, em seus episódios de angústia, se faz presença à sua própria solidão, que se oferece generosamente e se constrói subjetivamente ao falar em primeira pessoa, visto que “a vivência da intimidade é uma garantia de autenticidade num tempo em que a vida pública se tornou uma espécie de ‘teatro do mundo’” (GAMEIRO, 2012, p. 21). Por isso, “a escrita do *eu* pode assim ser encarada como uma forma de salvação” (ibidem, p. 21, grifos do autor). Nesse sentido, as *Cartas* tomam o rumo de uma confissão declaradamente apaixonada e ardente, seguindo o curso dos próprios sentimentos de Mariana e experimentando as sensações que eles lhe causam, portanto, “Contar-se, dizer-se, não obedece a qualquer cronologia mais ou menos ordenada. Nem sequer pertence ao que normalmente se chama texto narrativo: o que o autor pretende não é contar nada que lhe tenha acontecido, mas sim expor o seu *eu*.” (ibidem, p. 24, grifos do autor).

Trazemos a citação de Gameiro com certa cautela, posto que concordamos com a perspectiva expositiva que perpassa a escrita de si, o que também aproxima as *Cartas* de um autorretrato, por meio do qual Sórór Mariana se revela; no entanto, consideramos que essa narrativa não se limita a isso, pois, primordialmente permite-nos ver o eu, mas também o outro e uma série de imagens. Aqui, retomamos o pressuposto de que as *Cartas* são híbridas e “permitem o acesso a experiências compartilhadas, ao universo dos afetos e das emoções, assim como aos climas de época e a diferentes formas de intercâmbio de idéias e debate intelectual” (GALVÃO; GOTLIB, 2000). Contudo, salientamos que o autor (assim como outros que aqui citamos: Figueiredo (2013), Arfuch (2010), Rago (2013) etc.) se apoia no que chama de literatura autobiográfica para elencar as suas questões, por isso, fazemos a ressalva. Não obstante, consideramos o seu texto, pois a correspondência e a autobiografia apresentam características em comum; afinal, estão inseridas no espaço das narrativas de si, eis o motivo pelo qual vez ou outra retomamos a fala sobre os textos autobiográficos.

Na verdade, para esses autores, o que aqui determinamos escrita de si corresponde ao que denominam “espaço autobiográfico”, “literatura autobiográfica” etc. No entanto, preferimos o uso do termo “escrita de si” por três razões que se complementam: 1) porque nos parece mais elucidativo, uma vez que em torno dos gêneros autobiográficos figuram

construções teóricas que por vezes se confrontam, de modo que não há “coincidência de opiniões nas definições dadas” (GAMEIRO, 2012, p. 30); 2) porque nos aproxima, essencialmente, da concepção foucaultiana sobre esta escrita, a qual nos parece mais coerente no tratamento do nosso objeto de estudo e de suas respectivas implicações; 3) porque se apresenta de forma mais ampla e abrangente.

Em vista disso, salientamos que as *Cartas*, enquanto uma narrativa pessoal, se insere no grupo das narrativas de si, o qual incorpora também o diário, a memória, o autorretrato, a biografia, a autobiografia, o romance etc. Em suma, tais gêneros constituem o que aqui chamamos de escrita de si ou escrita da intimidade, ou seja, “a narração da própria vida como expressão da interioridade e afirmação de ‘si mesmo’” (ARFUCH, 2010, p. 35). Desse modo, consideramos que essa produção “é particularmente relevante para se conhecer as ideias, as opiniões, a interlocução, intelectual, amorosa ou de amizade que cada escritor manteve com seus pares e familiares” (FIGUEIREDO, 2013, p. 39), além de que nos possibilita o conhecimento de uma mulher que se retrata como um sujeito que, embora religioso, é amante, o que encerra uma dicotomia, posto que são perfis naturalmente opostos, considerando que aqui tratamos de um amor carnal<sup>43</sup>, para Moisés e Stendhal (2013; 1999), uma paixão.

No tocante ao sujeito, Lejeune (2014) fala sobre o sujeito da enunciação (quem fala) e o sujeito do enunciado (de quem se fala), os quais correspondem à mesma pessoa: ao remetente, Sórora Mariana. Diante disso, é interessante observar a escolha da pessoa gramatical na tessitura epistolar, pois remete-nos à identidade requerida, da qual falávamos anteriormente. Logo, as *Cartas* fazem uso de pronomes de primeira pessoa, os quais “marcam a *identidade* do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado” (ibidem, p. 23, grifos do autor). Dessa forma, destacamos os únicos momentos, ao longo das cinco cartas, em que Mariana revela-se como o eu das cartas, por meio do nome próprio, embora nos trechos citados refira-se a si em 2ª e 3ª pessoa, respectivamente: “pare, Mariana, sua louca, pare de se consumir em vão” (ALCOFORADO, 1992, p. 18); “Sua pobre Mariana já não agüenta mais” (ibidem, p. 46). Portanto, a autoidentificação é explícita e isto, para Lejeune, sela aquela identidade.

No entanto, a questão do eu nessas narrativas é problemática, assim como a relação desse eu com o autor empírico, em outras palavras, o autor real. Os pressupostos desta discussão se encontram naquilo que teóricos consideram a “morte do autor”, em dois textos particularmente importantes, que são *A morte do autor* (1968), de Roland Barthes, e *O que é*

---

<sup>43</sup> Salientamos que por vezes nos referimos ao amor de Mariana como um “amor carnal”, não para anular o amor enquanto sentimento sublime que ela intensamente sentiu, no qual cremos, mas para melhor construir o nosso argumento, isto é, torná-lo mais claro.

*um autor?* (1969), de Foucault. Sob uma perspectiva estruturalista, os autores preconizam que a vida do autor é irrelevante diante de sua obra, sendo necessário desvincular o texto de sua voz autoral, e isso atinge diretamente a crítica biográfica, posto que pensada sob este prisma seria uma aporia (FIGUEIREDO, 2013). Daí, então, que se considera a existência de um escritor empírico, que remete à pessoa real, e do escritor-criador, instâncias que implicam em diferentes sujeitos, os quais eram frequentemente confundidos. Em relação a isso, trazemos a fala de Figueiredo (2013, p. 15): “a crítica biográfica tentava detectar a voz do autor, que faria confidências de maneiras mais ou menos disfarçadas pela ficção. É contra a escuta dessa voz que se colocou Barthes [...]”.

Em vista disso, para Barthes e Foucault, “a partir do momento em que o narrado se torna texto e é dado ao público, começa a morte do autor” (ibidem, p. 16). Portanto, ao passo que o autor sai de cena, o leitor assume, cada vez mais, um papel fundamental no processo de atribuição de sentidos ao texto. Vale salientar que o próprio conceito de “obra” é problematizado pelos teóricos, uma vez que o termo remete a um autor, na condição de seu proprietário. Por isso, preferem o uso do “texto”, o qual “é lido sem a inscrição do Pai, numa relação com outros textos (intertextualidade)” (ibidem, p. 17), além de que é mais plural. Desse modo, contemplamos uma escrita mais ou menos autossuficiente, em virtude da dessacralização do autor (FIGUEIREDO, 2013), segundo a qual os sentidos textuais fogem ao seu controle; é a imanência do texto.

Por conseguinte, retomamos a ideia do escritor empírico versus escritor-criador, visto que Foucault chama a atenção para a função autor, a qual “surgiu no fim do século XVIII quando se instaurou um regime de propriedade dos textos” (ibidem, p. 17), mas o “esvaziaram [...] de sua carga de sujeito pleno e detentor da origem e do sentido do texto” (ibidem, p. 18). Para Lejeune (2014, p. 27), “o autor se define como sendo simultaneamente uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso”. Sendo assim, Barthes e Foucault acreditam haver signos textuais que remetem à função autor: os pronomes são exemplo disso. Mas, antes de adentrar o debate sobre as pessoas gramaticais, é pertinente destacar que o tema do autor em sua relação com a obra é relativamente recente, haja vista que desde a Idade Média até a Idade Moderna, mais precisamente até o Renascimento, os textos circulavam muitas vezes sem designação de autoria, de modo que não representava uma figura de importância. Naquele momento, a figura do editor era mais relevante e gozava de determinada ascensão, tanto que a primeira publicação das *Cartas* traz o nome de Claude Barbin, seu provável editor, como se observa no frontispício da edição (cf. anexo 1).

Diante do exposto, voltemos às pessoas. Antes de mais nada, reconhecemos que “são sinuosos os caminhos da primeira pessoa” (GAMEIRO, 2012, p. 22), posto que o emprego do eu aponta para uma identidade, a qual também se manifesta pelo tu e pelo ele, que constituem o “*outro* do mesmo” (ibidem, p. 23, grifos do autor). Entretanto, conforme Lejeune (2014, p. 19), “é perfeitamente possível que haja identidade entre o narrador e o personagem principal sem o emprego da primeira pessoa”; portanto, não haveria aí um problema de identidade, sobretudo quando ela se exprime pelo uso do nome próprio, como já exploramos. Não obstante, não se pode desconsiderar que a “totalidade do eu é impossível” (GAMEIRO, 2012, p. 24). Em razão disso é que nos propomos a desvendar o discurso amoroso de Sórora Mariana por meio dos fragmentos, na direção apontada por Barthes (1977), analisando-o enquanto prosa de ficção, em que o sujeito enuncia e testemunha as suas experiências, a partir do viés da resistência e desclausura.

### CAPÍTULO 3 – “TODAS AS CARTAS DE AMOR SÃO RIDÍCULAS”?<sup>44</sup>

*Querer escrever o amor é enfrentar a desordem da linguagem: essa região tumultuada onde a linguagem é ao mesmo tempo demais e demasiadamente pouca.*  
(BARTHES, 1981, p. 93)

Inicialmente, frisamos que falar sobre o discurso amoroso requer a consciência indispensável de estar-se arriscando nos terrenos do indizível, do indescritível, do indefinível e, por vezes, indecifrável, tal como o próprio amor, inefável. Como afirma Barthes (1981), a linguagem é insuficiente para exprimir tão sublime sentimento, daí a natureza fragmentária de sua obra. Portanto, nos aventuramos a delinear análises, sem a ambição de chegar a conclusões precisas, posto que estamos diante de um texto tão paradoxal e contraditório, afinal, intitula-se *Cartas de Amor*, porque simultaneamente vazias e expressivas (BARTHES, 1981). Sendo assim, estamos no entremeio de limites e possibilidades. Ademais, é pertinente dizer que nos referimos ao romance epistolar, ou melhor, àquilo que dele emerge. Desse modo, o sujeito que o produziu nos interessa à medida que o seu texto nos permite pensá-lo, por meio do ensimesmamento discursivo. Em vista desses pressupostos, num primeiro momento procuramos dissertar sobre as categorias que norteiam nosso exercício analítico, a saber, a resistência e a desclausura, as quais movem o sujeito a uma experiência subjetiva. Por conseguinte, investigamos a narrativa epistolar valendo-nos das figuras de Barthes (1981), a partir do conteúdo e da forma das cartas de Alcoforado.

#### 3.1 Uma nota: a resistência e a desclausura como categorias de análise

Primeiramente, é preciso trazer à tona uma discussão acerca do que seria a resistência e a desclausura no contexto dessa escrita, para posteriormente, ocupar-se de como elas se manifestam textualmente. Aliás, tratando especificamente da resistência, a necessidade de uma prévia explanação justifica-se mediante a frequência com que o termo é empregado no campo dos Estudos Culturais e de Gênero e dos Estudos Feministas. Sendo assim, como ponto de partida, elencamos algumas definições basilares fornecidas pelo *Dicionário Michaelis* (versão online), as quais interessam ao nosso recorte: 1) ato ou efeito de resistir; 2) capacidade que uma força tem de se opor a outra; 3) defesa contra uma investida; 4) recusa do que é considerado

---

<sup>44</sup> Tomamos por empréstimo os versos de Álvaro de Campos, heterônimo do poeta Fernando Pessoa, retirados do poema *Todas as cartas de amor são Ridículas* (1944).

contrário ao interesse próprio; 5) não aceitação da opressão. Os significados listados consistem em chaves de leitura, os quais se complementam de modo que nos levam ao seguinte conceito: “Nas Ciências Humanas e Sociais [...] a noção de resistência está geralmente associada à de poder ou de opressão, significando as forças ou ações que se opõem ao exercício do poder na sociedade, ou à opressão social” (WOLFF, 2019, p. 647). Em suma, o conceito é utilizado “para designar ações de oposição à dominação e opressão de gênero” (ibidem, p. 647). Portanto, é evidente que a resistência implica a existência da opressão, e conseqüentemente, de um poder dominante, sobretudo se considerarmos que “todas as relações sociais são permeadas por relações de poder” (ibidem, p. 648). Quem resiste através de um texto, colocando-se nas páginas em que constrói sua forma de ver uma história, é um eu que tenta ganhar voz, que busca ser lido e ouvido por aquele que receberá suas palavras. A resistência em forma de carta pode surgir como a imposição de um diálogo negado, a permanência da relação, nem que seja em forma de papel. Portanto, iremos indicar nesse capítulo as formas pelas quais a enunciadora nessas cartas nega-se a desaparecer, resistindo através do que recorda ou imagina.

Já quanto ao termo *desclausura*, como a palavra indica pelo uso do prefixo ‘des’, o ato de (des)clausurar, está ligado a arrancar algo ou alguém do claustro, do internamento, do encerramento em que esteve confinado, estando também relacionado à opressão, mas como uma busca de rompimento com essa. Na *clausura* qualquer elemento estranho é o outro que, a princípio, não foi convidado a entrar por não ser membro ou não compartilhar dos princípios filosóficos do grupo separado. Portanto, o *desclausurar* pode ser lido como um ato de aproximar-se desse outro, do que está fora, abrindo inclusive mão do pertencimento ao grupo ilhado. É, assim, um movimento de abertura, de descompactação. Portanto, tanto a resistência como a *desclausura* podem estar atreladas ao movimento de ruptura e rebeldia por alguém tomado como pacífico dentro de um sistema de poder, o que acreditamos ser exatamente o caso do eu que se mostra nas cartas que analisamos.

Nesse sentido, o texto *A dominação masculina* (2012), de Pierre Bourdieu, é, a nosso ver, de fundamental importância para a compreensão de como o poder, e de forma particular, esse poder ligado às relações entre gêneros, se articula num nível simbólico e de como ratifica as práticas opressivas; logo, entendê-lo acarreta a legitimação de uma resistência feminina em muitas esferas, aqui, atentando-nos para o espaço da escrita. Por isso, versamos sucintamente sobre o tema. O sociólogo francês parte de uma inquietação interessante: como a ordem social, a qual se estrutura de acordo com a dominação masculina, se estabelece e se perpetua com tanta facilidade, ao longo de séculos e em locais diferentes? Salientamos que a dominação a que se refere o autor se apoia numa tendência androcêntrica, segundo a qual tudo se molda conforme

a figura do homem. Em relação a isso, Bourdieu (2012, p. 7) coloca:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Então, trata-se de um poder velado, o qual se organiza por meio de estruturas de pensamento que veiculam no imaginário social e que reverberam as categorias da masculinidade e da feminilidade, estabelecendo entre os gêneros uma relação de dominante e dominado, respectivamente. Isso também muito se afina com o que defendeu Teresa de Lauretis, em seu texto *A tecnologia do gênero*, publicado no Brasil por Heloisa Buarque de Hollanda em 1994. Ali Lauretis aponta a quase inevitabilidade da existência de um sistema de gênero, pois todos sujeitos sociais se relacionariam dentro desse espectro. Na verdade, o problema são as constantes tentativas de manter a organização dos lugares sociais dentro desse sistema estanques, sem mobilidade. Bourdieu chama atenção para a naturalização desse sistema que é culturalmente arbitrário, por isso fala em “dimensão simbólica da dominação masculina” (2012, p. 9), a qual é absorvida pelas mulheres (e homens) de forma inconsciente. No entanto, a dominação não se limita ao campo sógnico: partindo dele, ela se materializa, se enraíza e se reproduz socialmente: daí as assimetrias entre gêneros. Em vista disso é que o processo de resistência começa pela descolonização do pensamento, que leva ao desmonte de estruturas de poder, de forma que “[...] as mulheres, operários, escravos, indígenas, loucos, todos podem ser sujeitos de história, sujeitos de relações de poder, sujeitos de resistência” (WOLFF, 2019, p. 648). Desse modo, “ela permite enxergar o protagonismo das mulheres em situações em que normalmente elas são pensadas como não sujeitos” (ibidem, p. 648).

Partindo dessa premissa, consideramos que as *Cartas* são produto de um exercício de resistência no que se refere a esse sistema restrito de gênero, embora inconsciente, pois partem de um não lugar e inclinam-se a uma autoafirmação identitária; é a mulher religiosa escritora. Para além disso, versam sobre um tema proibido, o amor (que não é o divino, sendo, portanto, proibido), se considerarmos que “uma freira não deve ser amada” (ALCOFORADO, 1992, p. 52; 5ª carta), muito embora nossa atenção deva se voltar mais para a importância do ato da escrita que para o seu conteúdo/produto (MORUJÃO, 2011). No entanto, destacamos que não estamos depreciando o conteúdo das *Cartas*, aliás, que são de uma eloquência desmedida, daí falar-se em escrever à portuguesa. A expressão foi inaugurada e se convencionou a partir da

publicação das cartas, em 1669, para se referir ao modo intenso e expressivo de escrever o amor, como coloca Moisés (2013, p. 133, grifos do autor): “[...] o seu *tônus* identifica-se perfeitamente com a índole literária portuguesa”. Lima (2014, p. 155) acrescenta: “[...] torna-se um sinônimo de uma escrita passional, intensa e apaixonada dos afetos, em especial do amor”. Aliás, estilo que será incorporado pela poetisa portuguesa Florbela Espanca em seus sonetos, em outro contexto e época, no século XX. Para Haroche-Bouzinac (2016, p. 37), trata-se de uma “tendência portuguesa”, em que “a aparente desorganização das partes expressa os sobressaltos contraditórios da paixão, [e] o tema é por vezes percebido como um valor estético e afetivo que garante a autenticidade dos sentimentos” (ibidem, p. 37, acréscimos nossos).

No que diz respeito à desclausura, é pertinente assinalar que é formada por prefixação, logo, o prefixo “des-”, de origem latina, é de negação, portanto, estabelece uma relação de oposição com a palavra na qual se acopla. Indica, então, uma ausência de clausura, uma não clausura, conforme dito anteriormente. Cientes dessa definição, assinalamos uma conotação particular para o termo: trata-se da experiência da escrita que, em um contexto marcadamente masculino e religioso, projeta Sórora Mariana para além de seu tempo e de sua realidade, uma vez que se torna escritora e o seu registro a eterniza. Além disso, sua produção é um gesto de insurreição, afinal, declara: “Escrevo mais para mim do que para você; procuro apenas me aliviar” (ALCOFORADO, 1992, p. 34; 2ª carta), definindo um lugar específico nas escritas de si. Então, observamos que, pela escrita, ela ultrapassa os muros conventuais, ou seja, sai de um espaço circunscrito, por vezes escapando até ao amor que supõe sentir na busca por si própria.

Considerando o exposto, é coerente destacar que a desclausura é subjetiva: o corpo encontrava-se enclausurado, mas sua subjetividade não. Ela não se permite enclausurar, pois fala, na verdade, esbraveja. É o grito do amor. Desse modo, vislumbramos um sujeito amoroso que não se entrega, de fato, ao sofrimento amoroso: ele reage, questiona: “Não ousou chamar você de mil nomes carinhosos, nem a me entregar completamente a tudo o que estou sentindo” (ALCOFORADO, 1992, p. 34; 2ª carta). É evidente que diante disso possa haver contradição, afinal, o próprio amor é contraditório, não por acaso afirma-se ser “indissociável do ódio” (MILAN, 1983, p. 15).

Aliás, quando falamos em subjetividade, referimo-nos àquilo que é íntimo e particular ao sujeito. No caso de Sórora Mariana, falamos de uma experiência introspectiva de desclausura que a escrita promove. De modo geral, a subjetividade “é entendida como aquilo que pertence ao sujeito, que é pessoal, individual, particular, que manifesta as ideias ou preferências da

própria pessoa” (COLLING, 2019, p. 672); no entanto, para alguns autores<sup>45</sup> ela é socialmente construída, em detrimento das relações de poder que buscam moldá-la a fim de estabelecer um padrão hegemônico de comportamento que deve ser seguido; trata-se da instituição de uma disciplina social, que adota medidas “[...] neutralizadoras da diferença e do heterogêneo” (ibidem, p. 674). É nesse sentido que se fala em “submissão da subjetividade” (ibidem, p. 674). Uma vez que o sujeito é movido por mudanças ao longo da vida, através das quais se modifica e estabelece novos referenciais, preferiu-se considerar a existência de subjetividades, porque múltiplas. Então, a subjetividade não é imutável, ela se constrói.

Em razão disso é que Foucault (1992), quando disserta sobre as escritas de si, refere-se a modos de subjetivação ou, concordando com Colling (2019, p. 675), “processos de individuação ou de subjetivação”, como um exercício de produção de subjetividade que se realiza sobre si. Então, se considerarmos essas proposições, veremos que, mais uma vez, a desclausura subjetiva se reafirma, porque Mariana é autora de sua subjetividade, subvertendo uma ordem preestabelecida, ao passo que tende a “[...] deslocar-se radicalmente de um modelo identitário e representacional” (COLLING, 2019, p. 675). Enfim, destacamos que a subjetividade, em nossa concepção, está vinculada à identidade.

A resistência e a desclausura também encontram fundamento na perspectiva denunciativa das *Cartas*, haja vista que enunciam assimetrias, silêncios, coerções, inibições, subjugações etc., como afirma Tayassu, depositando um olhar retroativo sobre o que as mulheres escreveram e escrevem (2019, p. 214-215):

A escrita feminina atravessou assim o longo e delgado fio do tempo. Superou seus riscos e os limites geopolíticos. Ultrapassou os obstáculos linguísticos. Saltou as muralhas religiosas e uma série de contingências sociais [...]. A sua existência ou resistência fez-se possível porque tal escrita ultrapassou as contradições culturais presentes em cada sociedade. Refiro-me, por exemplo, aos preconceitos raciais, às conjunturas sociopolíticas, às normas e arbitrariedades de cunho religioso, às imposturas intelectuais e, assim, como uma escrita sobrevivente, ela, pode narrar uma outra historiografia sobre a literatura feminina e o mercado que ela conseguiu criar.

Vale mencionar que o olhar da crítica de cunho feminista que, a partir de determinado momento histórico, optou por voltar seu olhar analítico para aquilo que as mulheres produziam literariamente, o que ficou conhecido como ginocrítica<sup>46</sup>, colaborou no sentido de desempenhar

<sup>45</sup> Gilles Deleuze e Felix Guatari; Foucault; Nicolas Rose etc. – alguns que cita Ana Maria Colling.

<sup>46</sup> Termo pensado e inaugurado pela estudiosa Elaine Showalter (1981), o qual diz respeito à “Teoria feminista de inspiração anglo-americana que defende que as mulheres têm um processo de leitura e escrita diferentes do homem, por força das diferenças biológicas e das formações culturais da categoria de gênero.” (CEIA: Ginocrítica, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)).

um “trabalho arqueológico de resgate dessas pioneiras ocidentais e de revelação da variedade de seus escritos”, como coloca Deplagne (2017, p. 98). Entre esses resgates de vozes que ficaram às margens dos estudos literários por muito tempo, podemos citar as *Cartas* como relevante objeto de estudo, porque são precursoras no campo do romance epistolar, consideradas o primeiro texto do gênero na França (LIMA, 2014), onde se deu a aparição da publicação princeps, em 1669. Ademais, através desse estudo crítico-literário temos a oportunidade de destacar mais uma “pioneira ocidental” entre as mulheres que escreveram e escrevem.

Uma última observação a ser feita, é que o trabalho com as nossas categorias de análise parte do reconhecimento de uma inter-relação dinâmica que há entre elas. Uma promove a outra, e vice-versa; são indissociáveis. A resistência promove a desclausura, haja vista que a desclausura só existe mediante a ação da resistência, a qual “[...] nem sempre se expressa em aberta rebeldia, ela se dá em gestos, muitas vezes introspectivamente, mas permite que o sujeito se afirme mesmo em um contexto de total negação de seus direitos, suas vontades, seus prazeres” (WOLFF, 2019, p. 648-649). Logo, estamos diante de “Uma forma, mesmo velada, de resistir a uma submissão total, gesto que somado a outros vai possibilitando uma reconstrução da personagem enquanto sujeito, de vítima a protagonista” (ibidem, p. 648), levando-nos a retomar aqui o que discutimos acerca da subjetividade.

Portanto, quando nos propomos a rever a atuação das mulheres na História e na Literatura, não se pode desconsiderar “esta visão mais ampla da ideia de resistência” (ibidem, p. 649), na qual nos apoiamos substancialmente. Enfim, esclarecidos os eixos que conduzem metodologicamente a nossa atividade analítica, passemos à investigação do texto das *Cartas*, nosso corpus.

### **3.2 “Só as criaturas que nunca escreveram/Cartas de amor/É que são/Ridículas”**

Será o amor um discurso ultrapassado, um arcaísmo? Será ele sempre piegas? Ou talvez obsoleto, em decadência? Um discurso fracassado, fadado à morte? As cartas de amor são, de fato, ridículas? Preferimos crer na assertiva do poeta. Enfim, o que é o discurso amoroso e o que ele nos revela? Força, fragilidade ou ambas? Começamos por delinear alguns (muitos) questionamentos que direcionam o que neste momento nos propusemos a fazer: descortinar o texto literário em sua plurissignificação. Gostaríamos de salientar, contudo, que esse tópico foi o propulsor de todo nosso estudo, que ele conduziu cada opção teórica desde o início de nossa pesquisa. Para isso, nos apoiamos em uma fonte que essencialmente conduziu a redação deste

último tópico, além de que nos serviu de inspiração, necessária no tratamento de um tema tão nobre: *Fragmentos de um discurso amoroso* (1981), de Roland Barthes.

É pertinente colocar que Barthes não se propõe a teorizar acerca do amor ou do sujeito enamorado desvinculados da linguagem; é sobre a linguagem que o amor inspira de que ele trata, afinal, uma constante na literatura. Portanto, é na relação entre o sujeito e o seu discurso que reside o cerne da discussão, mais precisamente na sua esfera linguística. Sendo assim, encontramos em seu texto um conceito norteador. Trata-se de “minha própria lenda local, minha historinha santa que declamo para mim mesmo, e essa declaração de um fato consumado (imóvel, embalsamado, afastado de todo prazer) é o discurso amoroso” (BARTHES, 1981, p. 82). O distanciamento do sujeito amado<sup>47</sup> e do “fato consumado” parece definir essa produção, tal como se verifica nas *Cartas*. É a ausência que separa, mas, paradoxalmente, aproxima pelo discurso as duas pontas desse amor que se diz no papel:

Será que essa ausência – à qual minha dor, por mais complexa que seja, não consegue dar um nome amargo o suficiente –, será que me privará para sempre de olhar nesses olhos em que eu via tanto amor, que me moviam, que me enchiam de alegria, que me valiam por todas as coisas e que, enfim, me bastavam? (ALCOFORADO, 1992, p. 17; 1ª carta).

É importante observar-se que aqui o eu que enuncia pede por seu direito de olhar, sentindo-se privada do ato de ver, de mirar, e não de ser vista. Já isso indica uma exigência bastante ativa, incomum aos padrões de gênero à época. As mulheres eram as musas, não sujeitos que apreciavam claramente o ver, o desejar pelos olhos. Além disso, o emprego do pretérito imperfeito<sup>48</sup> nas formas verbais *via*, *moviam*, *enchiam*, *valiam* e *bastavam* sugere um saudosismo em relação aos tempos de outrora, momento em que os amantes se entregaram à euforia da festa que é o encontro, como propõe Barthes (1981, p. 113): “o sujeito apaixonado vive cada encontro com o ser amado como uma festa”. Aquela que escreve não se exime de anunciar o gozo no qual deleitaram-se mutuamente: “Você que me consumiu com sua insistência, que me inflamou com sua excitação, me fascinou com sua delicadeza e me fez confiar em suas promessas. Minha violenta atração me seduziu” (ALCOFORADO, 1992, p. 24;

---

<sup>47</sup> Barthes (1981) distingue o sujeito amado do sujeito enamorado, os quais são, respectivamente, por quem se sente e quem sente. Evidentemente, o movimento, quando recíproco, acontece em via dupla, é variável, uma vez que se define de acordo com a realização discursiva. Logo, o sujeito amado pode vir a ser o sujeito enamorado, se ele passa a ser o emissor, e vice-versa.

<sup>48</sup> Pereira (2008, p. 359) aponta o emprego do pretérito imperfeito como característica da epístola romana na antiguidade, indicando “simultaneidade com o momento da emissão. A razão se deve ao fato de o autor da carta, ao escrevê-la, se colocar no momento em que o destinatário a lê.” Há, portanto, um distanciamento temporal na *diegese*. Texto original: “[...] simultaneidad con el momento de la emisión. La razón se debe a que el autor de la carta se sitúa al escribirla en el momento en el que el destinatario la lee.”.

2ª carta), aliás, dispondo da força de um enunciado que é “violentamente” expressivo, mordaz e erótico, como se fosse o próprio corpo que, mediante a falta do toque, estivesse a falar. O toque, aliás, é um gesto permeado de sentidos.

Há outras ocorrências textuais que evidenciam o contato sexual entre os sujeitos: “Conhecendo-me profundamente, e a meu carinho mais íntimo” (ibidem, p. 27; 2ª carta), fala Sórora Mariana. E ainda, refere-se à sua “total entrega” (ibidem, p. 30; 2ª carta), na qual se ofereceu “sem reservas” (ibidem, p. 33; 2ª carta). Tudo aqui sugere que houve contato corporal, sexual de fato entre seu amado e a Sórora, pois, concordando com Moisés (2013, p. 133), “[...] o sentimento expresso contém na raiz um avassalador ímpeto carnal”, condizente com o estilo propriamente barroco. Não é coincidente o fato de todas essas citações fazerem parte da segunda carta, é a mais longa dentre as cinco, e em termos de eroticidade, a mais eloquente. No entanto, na quarta carta verificamos:

Durante aqueles momentos tão felizes, eu devia ter apelado à razão e moderado o fatal exagero da delícia do prazer, e me prevenido contra tudo que hoje sofro. Mas eu me entregava tão inteiramente a você que não tinha condição de pensar em nada que fosse destruir minha alegria e me impedir de gozar plenamente o testemunho ardente de sua paixão. (ALCOFORADO, 1992, p. 42; 4ª carta)

Então, concordando com o que defendeu anos mais tarde Betty Milan (1983, p. 92), “não é sempre que o erotismo, na literatura e nas artes em geral, se vale de disfarces tão elaborados [...] para se expressar”. Essa escrita é, então, linguisticamente irreverente, em seu “gozo narrativo” (BARTHES, 1981, p. 85), atentando para a condição do sujeito que a conduz: mulher e religiosa. Ainda sobre o encontro dos amantes, é marcado por uma lembrança que “se refere ao tempo feliz que se seguiu imediatamente ao primeiro rapto, antes que nascessem as dificuldades do relacionamento amoroso” (ibidem, p. 84), por isso, retrospectiva. A memória, nesse sentido, funciona como lenitivo à dor sentida após o abandono, mas, contraditoriamente leva a narradora-personagem a se debater contra sua realidade, que lhe é odiosa:

Minha família, meus amigos e este convento são insuportáveis. Odeio tudo o que sou obrigada a ver, e tudo o que faço por necessidade. Tenho essa espécie de ciúme de minha paixão por você, como se todas as minhas atitudes, e todas as minhas obrigações devessem dizer respeito a você. (ALCOFORADO, 1992, p. 27; 2ª carta)

Logo, trata-se de um “sentimento de ausência, fuga da realidade experimentada pelo sujeito apaixonado, diante do mundo” (BARTHES, 1981, p. 75). Em vista disso é que se considera fora do mundo, em uma outra realidade, imaginária e utópica, porque inspirada pelo

amor. A sensação é de alheamento, pois ao outro confia-se a responsabilidade da própria vida, uma vez que, conforme Milan (1983, p. 14), “[...] o outro é a condição mesma do meu ser, [...] para existir dependo sobretudo do seu amor”. A partir de então, estabelece-se um vínculo de dependência afetiva: “Fiquei tão abalada por todas essas emoções violentas que perdi os sentidos por mais de três horas. Era o modo de eu me proteger, de não ter que voltar a uma vida que devo perder por você, já que não posso mais conservá-la para você.” (ALCOFORADO, 1992, p. 19; 1ª carta). A vida só faz sentido sob a díade amorosa. Racionalmente, soa como futilidade, mas “no terreno amoroso, a futilidade não é uma ‘fraqueza’ ou um ‘ridículo’: ela é um signo forte: quanto mais fútil, mais isso significa e mais se afirma como força” (BARTHES, 1981, p. 72).

Ainda, a dependência é definida como “a verdadeira condição do sujeito apaixonado, escravo do objeto amado” (BARTHES, 1981, p. 72), condição em que o assujeitamento promove o outro, de modo que “o outro está destinado a um habitat superior, um Olimpo, onde tudo se decide e de onde tudo desce sobre mim” (ibidem, p. 72). No entanto, essa entrega absoluta e atemporal é contestada, sobretudo na quinta carta, dentre as cinco a mais agressiva: “Faça o que você quiser. Meu amor não depende mais da maneira como você me trata” (ALCOFORADO, 1992, p. 45; 4ª carta). Aqui, o sentimento se expande, uma vez que se desprende da figura amada. Além disso, o emprego do eufemismo em “perdi os sentidos” marca a ocorrência de um provável desmaio, símbolo que reitera o desejo de fuga à vida, geralmente associado à morte, pois, de acordo com Barthes (1981, p. 185), “é frequente a vontade de se suicidar no terreno amoroso: uma coisa à toa a provoca”.

O abismo marca essa condição, haja vista que dialeticamente se define como “lufada de aniquilamento que atinge o sujeito apaixonado por desespero ou por excesso de satisfação” (ibidem, p. 11). No contexto das *Cartas*, caracteriza-se pelo desespero. No entanto, verificamos que apesar da noite existencial (BARTHES, 1981)<sup>49</sup> ser um dado frequente na narrativa, ela leva a um “acúmulo de sofrimentos amorosos”, que “explode neste grito: ‘Isso não pode continuar’” (BARTHES, 1981, p. 132). Trata-se de uma confissão que assegura ao sujeito enamorado a sobrevivência, ou ao menos, o limiar de uma esperança: “Não posso ficar por muito mais tempo no estado em que me encontro; qualquer mudança me fará bem” (ALCOFORADO, 1992, p. 32; 2ª carta), e ainda, “Quero ainda lhe escrever uma outra carta, para lhe mostrar que, daqui a algum tempo, estarei mais tranqüila” (ibidem, p. 56; 5ª carta). A constatação do insuportável move o sujeito à decisão, ao passo que o leva a “[...] significar que

---

<sup>49</sup> Ele a define como sendo “todo estado que suscita no sujeito a metáfora da obscuridade (afetiva, intelectual, existencial) na qual ele se debate ou se acalma” (BARTHES, 1981, p. 152).

é preciso sair disso, de qualquer maneira [...]” (BARTHES, 1981, p. 132). Parece um comentário que busca tranquilizar quem escreve mais do que o suposto leitor, dizendo que, cedo ou tarde, tudo voltará ao normal.

Nesse ponto encontramos fundamento para as possíveis motivações narrativas da quinta carta: soa-nos como um grito da personagem que, no limite de seu sofrimento, deseja renunciar ao amor, ou melhor, ao sofrimento que ele lhe causa; enfim, ao “estado insuportável” (ALCOFORADO, 1992, p. 40; 3ª carta) no qual se encontra, reconhecendo agora o não-diálogo como possibilidade dessa realização: “Creio mesmo que não voltarei a lhe escrever” (ibidem, p. 58; 5ª carta). É pertinente observar essa questão sob o aspecto estrutural da obra, sendo a quinta carta também a última e a segunda mais extensa<sup>50</sup>, funcionando como uma palavra final: “Preciso deixá-lo, e nunca mais pensar em você.” (ibidem, p. 58; 5ª carta). Além disso, a frequência com que a Sóror enuncia o desejo de uma ruptura nessa carta se sobrepõe às vezes em que a contradiz, uma vez que o reafirma repetidas vezes durante sua argumentação, conforme o exemplo: “Escrevo-lhe pela última vez” (ibidem, p. 47; 5ª carta). A insistência é o prelúdio de uma provável convicção: “Devolvo-lhes suas cartas, exceto as duas últimas que me escreveu e que guardarei cuidadosamente. Quero relê-la mais vezes ainda do que li as primeiras, para evitar uma recaída.” (ibidem, p. 57; 5ª carta). Trata-se de uma virada dramática, a qual marca um “processo de enlutamento”, como bem observou Carlos Adriano Ferreira de Lima (2014, p. 93), especialista no estudo das *Cartas*.

Aliás, essa postura havia sido previamente anunciada nas outras cartas, como se pressupõe na terceira carta, quando diz “Cheguei mesmo a traçar alguns planos inconsistentes de fazer todo o esforço de que sou capaz para me curar [...]” (ALCOFORADO, 1992, p. 35), movida por um (quase) convencimento de que o abandono que lhe aflige foi premeditado: “[...] você se decidiu por um afastamento tão insuportável para mim (ibidem, p. 17; 1ª carta)”; “você decidiu me deixar” (ibidem, p. 41; 4ª carta). O verbo decidir é forte nesse sentido. Por conseguinte, o enlutamento ou a “morte simbólica da relação” (LIMA, 2014, p. 154) que tem início na quinta carta perpassa “[...] o desapego dos artefatos físicos, memórias materiais dessa malfada história” (ibidem, p. 154), de forma que Sóror Mariana confia a Dona Brites a tarefa de se desfazer de tais pertences, devolvendo-lhes a Chamilly:

Enviarei, pois, na primeira oportunidade, tudo o que me resta de seu. Não tema que eu ainda vá lhe escrever. Não colocarei sequer seu nome no pacote. Encarreguei Dona Brites de todos esses detalhes, ela que já estava se acostumando a outro tipo de confidências, tão diferentes disso. As

<sup>50</sup> Na versão que utilizamos, a ordem decrescente das cartas por tamanho é: 2ª carta; 5ª carta; 3ª carta; 4ª carta e 1ª carta.

providências dela serão menos suspeitas que as minhas. Ela tomará o cuidado necessário para garantir que você receba o retrato e as pulseiras que me deu. (ALCOFORADO, 1992, p. 47; 5ª carta)

Sobre isso, frisamos que os presentes amorosos, como Barthes (1981) prefere chamá-los, levam à lembrança; logo, constituem uma “reminiscência feliz e/ou dolorosa [...]” (ibidem, p. 140), haja vista que “todo objeto tocado pelo corpo do ser amado torna-se parte desse corpo e o sujeito se liga a ele apaixonadamente” (ibidem, p. 155). De forma metonímica ou fetichista, podem expressar presença ou ausência, a depender de suas motivações: “Se penso estar a ponto de transbordar, o objeto será favorável; se me vejo abandonado, ele será sinistro” (ibidem, p. 155).

Sóror Mariana refere-se lhes como “[...] provas de amor que já me foram tão queridas” (1992, p. 47; 5ª carta). Portanto, é diante de uma situação de abandono que os objetos geram lembranças tristes; logo, encorajam-na ao desvencilhamento:

Pus tudo nas mãos de Dona Brites. Quantas lágrimas me custaram essa decisão! Depois de mil impulsos e mil incertezas que você nem imagina, e que não vou lhe explicar, implorei a Dona Brites que não me volte a falar nelas, que nunca mais me entregue nenhuma delas, mesmo que eu peça para vê-las só mais uma vez, e, por fim, para enviá-las sem me avisar. (ALCOFORADO, 1992, p. 48; 5ª carta)

Admitir o tremendo esforço que precisou empregar na tarefa, ou melhor, na tomada da decisão, não significa fraqueza. A narradora não encobre suas emoções e sentimentos, ela desnuda-se linguisticamente diante do amor que sente. Apaixonada, rasga o véu da censura ou da falsa sinceridade. Não há reservas em sua escrita, está despida de ressalvas, ainda que correndo o risco da depreciação e da ridicularização, sintomas de uma sociedade que certamente não compreenderia e renegaria a confissão explícita de um amor profundamente sentido e vivido por uma freira.

Compreendidas tais questões, chegamos a um ponto importante da discussão, que é a contrariedade típica do discurso amoroso. Luíz Vaz de Camões, em seu célebre soneto lírico *Amor é fogo que arde sem se ver*, propõe o debate:

Amor é fogo que arde sem se ver,/é ferida que dói, e não se sente;/é um contentamento descontente,/é dor que desatina sem doer./É um não querer mais que bem querer;/é um andar solitário entre a gente;/é nunca contentar-se de contente;/é um cuidar que ganha em se perder./É querer estar preso por vontade;/é servir a quem vence, o vencedor;/é ter com quem nos mata, lealdade./Mas como causar pode seu favor/nos corações humanos amizade,/se tão contrário a si é o mesmo Amor.

De igual forma o faz, séculos mais tarde e em outro continente, Vinícius de Moraes em

seu *Soneto de fidelidade*, mais precisamente nos seguintes versos: “E rir meu riso e derramar meu pranto/Ao seu pesar ou seu contentamento”. Dispensando uma interpretação minuciosa, limitamo-nos a dizer que ambos poetas verbalizam a inefabilidade do amor, que, conforme Milan (1983, p. 14) “apresenta-se como um enigma e nunca se deixa decifrar inteiramente”. Em detrimento disso, consideramos as contradições da escrita de Sórora Mariana como expressões legítimas das oscilações que tocavam o seu coração, agitado pelo vaivém de sentimentos confusos, paradoxais e, sobretudo, intensos: “Que você me ame sempre. E me faça sofrer ainda mais.” (ALCOFORADO, 1992, p. 21; 1ª carta). E ainda: “O que seria de mim sem esse ódio e sem esse amor que afinal me enchem o coração?” (ibidem, p. 28; 2ª carta). É pertinente observar que o ódio e o amor, nesse discurso, estão lado a lado, compartilham o mesmo espaço. Talvez aqui tenhamos um exemplo da contradição mais expressiva das *Cartas* e isso se justifica quando, concordando com Milan (1983, p. 14), entendemos que “Odeio no lugar de amo é o que há de mais corriqueiro, como se o ódio fosse a cara-metade do amor.”.

A contradição é um traço determinante da literatura barroca, e, sobretudo, do discurso amoroso. Ela exprime um conflito interno que é experimentado incessantemente pela Sórora: a razão, que a compele à repulsa diante do ser amado, já que esse não se compromete de forma alguma, como se observa explicitamente na quinta carta, *versus* a emoção, que lhe conduz à lembrança do passado de ambos na condição de amantes, e, conseqüentemente, à imersão num sofrimento latente. Nas *Cartas*, ela o reconhece diversas vezes: “Contraditória que sou, vivo fazendo tanto para conservar minha vida quanto para perdê-la.” (ALCOFORADO, 1992, p. 38, 3ª carta); “Estou despedaçada por mil sentimentos contraditórios.” (ibidem, p. 37, 3ª carta); assim como refere-se à “[...] contradição de meus sentimentos” (ibidem, p. 31; 2ª carta). Os trechos sinalizam uma autoconsciência enunciativa da complexidade do sentimento que toca Mariana, afinal, ela menciona que a isso “não consegue dar um nome amargo o suficiente” (ibidem, p. 17; 1ª carta), o que nos aproxima do que dissemos acerca da inefabilidade do amor (ou, talvez, do sofrimento amoroso).

No entanto, esse sujeito não se apresenta somente mediante contradições; há momentos em que verbaliza sua franca lucidez, como se observa no trecho a seguir:

Mil vezes ao dia envio na sua direção os meus suspiros; eles procuram você por todos os lugares e, como recompensa para tanta ansiedade, não me trazem senão a mais franca advertência da minha má sorte – ela que é cruel o bastante para não tolerar que eu me iluda, e que me diz a todo momento: pare, Mariana, sua louca, pare de se consumir em vão, de procurar por um amante que você não verá nunca mais, que atravessou os mares para fugir de você, que está na França mergulhado em prazeres, que não pensa um único instante nessas suas

dores, e que, ingrato, dispensa todo esse seu delírio. (ALCOFORADO, 1992, p. 18; 1ª carta)

Sóror Mariana protesta o abandono, uma vez que o reconhece como decisão, não como imprevisível, como afirma: “Propositalmente você traçou um plano para me enlouquecer; você nunca considerou minha paixão senão como uma vitória, e seu coração nunca foi profundamente tocado por ela.” (ibidem, p. 36; 3ª carta). É um discurso introspectivo que se faz conhecer, que enuncia um alguém que deseja viver e que, para isso, precisa passar pela experiência do convencimento, daí as vezes em que se refere a si mesma ao longo da narrativa em primeira pessoa (o pronome ‘eu’ se repete constantemente em todo o texto, são 108 ocorrências ao todo), como nesta, de forma explícita ao citar seu nome próprio. Isso também se exprime por meio de questionamentos: “Imploro que me diga por que insistiu em me seduzir daquela forma, se já sabia que teria de me abandonar. Por que tanta obstinação em me causar infelicidade? Por que não me deixou em paz na minha clausura? Que mal fiz a você?” (ibidem, p. 21; 1ª carta). Ela clama por respostas, exige explicações para a injustiça que é o amor não vingado, embora o merecesse por sua “total entrega” (ibidem, p. 30; 3ª carta). Por essa razão, ela enaltece a si: “Orgulho-me de tê-lo conduzido a um estado tal que **somente comigo** você experimente o **prazer perfeito** [...]” (ibidem, p. 43; 4ª carta, grifos nossos). Em oposição, ele é lascivo, negligente, desprezível: “Sua situação é mais lamentável do que a minha; é melhor sofrer tudo o que sofro do que gozar dos **prazeres insípidos** que suas amantes lhe proporcionam aí na França” (ibidem, p. 43; 4ª carta, grifos nossos). Logo, as queixas da ausência e o sofrimento que dela emergem são sensações que permeiam a retórica da religiosa, e que reiteram tais ideias, as quais se intensificam por meio de hipérboles, que enriquecem estilisticamente o texto, tal como verificamos mais acima em “mil vezes ao dia” (ibidem, p. 18; 1ª carta).

Ao passo que escreve, o eu também testemunha experiências, nas quais só aparentemente se anula; pois, continua a insistir no cuidado do eu, nas justificativas que ele tem necessidade de conhecer:

O seu tenente acaba de me dizer que um temporal obrigou vocês a arribar no reino do Algarve. Você deve estar sofrendo muito no mar, e essa preocupação tem me ocupado a tal ponto que **já não penso mais no meu próprio sofrimento**. Percebeu que até mesmo seu tenente participa mais do que eu de tudo o que lhe acontece? Por que ele é mais informado que eu? E por que você não me escreveu? (ALCOFORADO, 1992, p. 23; 2ª carta, grifos nossos).

O trecho em destaque acaba por perder sua força de expressão, uma vez que, logo em seguida, a narrativa é redirecionada para os questionamentos do eu: ‘Por que... por que... por

que?’, os quais invalidam, amenizam, ou, ao menos, tiram o foco da afirmação anterior, pois as inquietações da enunciativa se sobressaem pela ênfase e repetição, aliás, em todas as cartas. Ou talvez, porque haveria dúvidas maiores do que as certezas. Sobre isso, Barthes (1981, p. 161) diz que os ‘porquês’ se traduzem no obsessivo desejo de saber o motivo de não ser amado, mas, paradoxalmente, isso implica a crença implícita de que “na verdade o objeto amado o ama, mas não o diz” (ibidem, p. 161), como podemos observar:

Se você não estava cego como eu, por que então permitiu que eu chegasse ao estado em que me encontro? O que você esperava de um impulso que não lhe poderia ser senão muito incômodo? Você sabia muito bem que não ficaria muito tempo em Portugal... Então por que escolher a mim para deixar aqui tão infeliz? (ALCOFORADO, 1992, p. 25; 2ª carta).

Sóror Mariana pede por respostas, reclama por uma correspondência, por um diálogo que funciona como substituto da presença física até certo momento. Ela insiste:

Por que você me fez conhecer a imperfeição e o desencanto de uma união que não duraria eternamente, e a angústia que resulta de um amor violento que não é correspondido? E por que uma vontade cega e um destino cruel insistem quase sempre em nos ligar àqueles que só por outros se interessam? (ibidem, p. 51; 5ª carta).

Então, observamos no trecho citado a fala de um sujeito que reconhece que “[...] tudo que não é total me parece parcimonioso [...]” (BARTHES, 1981, p. 161). No terreno amoroso, a parcimônia não lhe serve, haja vista que é tudo ou nada. Ela rechaça um amor que se alimenta do pouco, de migalhas: “Nada quero de você que não seja espontâneo, e recuso todas as provas de amor que sejam forçadas.” (ALCOFORADO, 1992, p. 45; 4ª carta). Portanto, constatamos o desejo de um amor gratuito, livre. Embora as *Cartas* façam referência a possibilidade de resposta do conde de Chamilly, como já destacamos anteriormente, ela refere-se às suas missivas como “[...] frias, repetitivas, com metade do papel em branco [...]” (ibidem, p. 28; 2ª carta), portanto, verificamos a evidência de que seus questionamentos não são respondidos, numa “[...] atitude indelicada de quem parece estar morrendo de vontade de terminá-las.” (ibidem, p. 28; 2ª carta). Nesse sentido e nessa direção asseveramos que, em tese, há um não diálogo ou um pseudo diálogo. Em vista disso, ela reivindica, com autoridade: “Não preencha mais suas cartas com coisas inúteis, nem me diga mais para eu me lembrar de você” (ibidem, p. 20; 1ª carta), o que implica um certo poder que a escrita lhe confere, o poder pela palavra, forma de resistir e transgredir, uma vez que qualquer tipo de poder era negado às mulheres setecentistas.

Relacionado a isso, também acreditamos que o episódio amoroso entre a sóror e o oficial

francês revela, de certa maneira, a resistência dela a uma autêntica vida religiosa, visto que, em suas *Cartas*, diviniza o seu amado colocando-o acima de Deus, a quem deveria amar sobre todas as coisas. Ela faz de Chamilly o seu Deus: “E já que cheguei a esse ponto, que minha honra e minha religião só me sirvam para amar você perdidamente por toda a minha vida.” (ALCOFORADO, 1992, p. 44-45; 4ª carta). Nesse sentido, é interessante o diálogo com as cartas de Heloísa a Abelardo, que também invertem os papéis religiosamente consagrados entre o amado e Deus: “Foi a ti mais do que a ele, que temi ofender; foi a ti mais do que a ele que procurei agradar.” (HELOÍSA, 2002, p. 121). Desse modo, Barthes (1981, p. 25) aponta que o ser amado é definido pelo ser enamorado como atopus, ou seja, inclassificável:

É atopus o outro que amo e que me fascina. Não posso classificá-lo, pois ele é precisamente o Único, a Imagem singular que veio milagrosamente responder à especialidade do meu desejo. É a figura da minha verdade; ele não pode estar contido em nenhum estereótipo.

Em virtude disso, cria-se aquilo que chama de Imaginário, ou seja, uma imagem extraordinária e ideal do outro, ou seja, “o sujeito apaixonado percebe o outro como um Tudo” (BARTHES, 1981, p. 14). No entanto, o Imaginário das *Cartas* é desconstruído progressivamente ao passo que Sórora Mariana amargamente o critica, com veemência, como quando se refere a ele, já em sua primeira carta, como um “ingrato” (ALCOFORADO, 1992, p. 18). Em sua segunda carta, coloca: “Seu comportamento é mais próprio de um tirano interessado em perseguir do que de um amante que só deveria pensar em agradar.” (ibidem, p. 26). Na terceira, diz conhecer a “[...] falsidade das suas intenções” (ibidem, p. 36). Em seguida, na quarta missiva declara: “Não invejo sua indiferença, e você me dá pena” (ibidem, p. 43). Concordando com Barthes (1981, p. 19), a narrativa é atravessada por momentos de alteração, definida como “produção momentânea, no terreno amoroso, de uma contra-imagem do objeto amado”, que ocorre “no decorrer de incidentes ínfimos ou de ligeiras características” (ibidem), nas quais “o sujeito vê a boa Imagem repentinamente se alterar e se inverter” (ibidem).

Por tais motivos, ela exprime sua satisfação em, ao menos, não ser como ele, medíocre: “[...] devo ao menos estar satisfeita por não ter sido infiel a você, e por não ter desejado, por nada nesse mundo, fazer uma coisa tão perversa.” (ibidem, p. 27; 2ª carta). Aqui, há uma autoafirmação de alguém que se considera superior ao outro e em melhores condições, por ter sido absolutamente fiel ao amor sentido, como também se observa no trecho: “Sua situação é mais lamentável do que a minha; é melhor sofrer por tudo o que sofro do que gozar dos prazeres insípidos que suas amantes lhe proporcionam aí na França [...]” (ibidem, p. 43; 4ª carta). Portanto, ao ser amado é negado o lugar de importância que antes ocupava, o qual passa a ser

tomado por esse sujeito cada vez mais ensimesmado, visto que

O discurso amoroso, ordinariamente, é um invólucro liso que adere à Imagem, uma luva suave envolvendo o ser amado. É um discurso devoto, bem-pensante. Quando a imagem se altera, **o invólucro da devoção se rasga**; um tremor revira minha própria linguagem. (BARTHES, 1981, p. 21, grifos nossos).

Por fim, em sua quinta e última carta declara: “[...] sua atitude indigna tornou você odioso para mim.” (ALCOFORADO, 1992, p. 49). E ainda, “Seu comportamento não é o de um homem honesto. Seria preciso que você tivesse por mim uma **aversão natural** para não ter me amado perdidamente. Deixei-me fascinar por qualidades muito medíocres” (ibidem, p. 54, grifos nossos). Aqui, ela faz uma denúncia, que se traduz na hostilidade com que é tratada por ele, pelo que percebemos no trecho das *Cartas* que citamos. Na verdade, é uma interpretação que Mariana faz das atitudes de Chamilly, a qual toma para si. Trata-se de um falar emergente, que aponta toda uma sociedade, sem receio de retratação e sem censuras. A problematização do assunto é potencializada quando Sórora Mariana menciona a “severidade das leis deste país contra as religiosas” (ibidem, p. 38; 3ª carta), assim como a “fraqueza típica do meu sexo” (ibidem, p. 39; 3ª carta), uma colocação que, além de denunciar, demonstra o potencial retórico de sua escrita, assim como sua erudição, pois como assinala Garretas (1990, p. 27),

[...] a insistência das mulheres em sua própria ignorância é uma espécie de feitiço, um rito de passagem que as ajuda a cruzar o limiar da cultura dominante, na qual, sem aquela frase consagrada, ou não entrariam ou entrariam seguramente com o pé esquerdo.<sup>51</sup>

Diante disso, concordamos com Garretas (1990, p. 27, acréscimos nossos) quando diz:

Minha hipótese é que elas [as escritoras] não se consideram medíocres, fracas ou carentes de inteligência e talento (o orgulho por terem começado a escrever sempre aparece), mas simplesmente deslocadas, excluídas pela cultura patriarcal dos espaços sociais em que o texto é produzido e apreciado.<sup>52</sup>

Daí que ela repudia a clausura conventual, quando diz “Se me fosse possível sair dessa clausura infeliz, eu não ficaria esperando aqui em Portugal pelo resultado de suas promessas” (ibidem, p. 20; 1ª carta), num pedido por liberdade, por ir em busca daquele que ama, como forma de gozar de seu livre-arbítrio, uma vez que afirma: “[...] detesto a tranquilidade em que

<sup>51</sup> “[...] la insistencia de las mujeres en su propia ignorancia es una especie de conjuro, un rito de paso que las ayuda a cruzar el umbral de la cultura dominante, en la que, sin esa frase consagrada, o no entrarían o entrarían seguramente con mal pie.”

<sup>52</sup> “Mi hipótesis es que ellas no se consideran a sí mismas ni medicoras ni endebles ni carentes de inteligencia y de talento (el orgullo por haberse lanzado a escribir despunta siempre), sino simplemente desplazadas, excluidas por la cultura patriarcal de los espacios sociales em los que se produce y se disfruta el texto.”

eu vivia antes de conhecer você” (ibidem, p. 40; 3ª carta). Em nossa leitura, ela parece-nos amar o amor, não o próprio Noel, como coloca Barthes (1981, p. 23): “[...] por uma perversão propriamente amorosa, é o amor que o sujeito ama, não o objeto.”. Diante disso, há um deslocamento entre perfis; a religiosa passa a ser, sobretudo, amante. É uma rebelde que vive no interior do ambiente conventual, contestando e atacando suas próprias estruturas. Portanto, foge aos estereótipos e inaugura uma forma de representação identitária, determinando um lugar particular.

Nessa direção, a narradora parece exilar-se de seu Imaginário, pois ao passo que a imagem dele é abreviada, ela nutre sua própria existência. De acordo com Barthes (1981, p. 104), trata-se de querer “[...] renunciar ao estado amoroso”, visto que “[...] a imagem morre para que [o] eu viva” (ibidem, p. 105, acréscimos nossos), como se percebe no trecho: “Não posso me repreender por querer, durante um único momento, deixar de amar você.” (ALCOFORADO, 1992, p. 43; 4ª carta). Isso se dá de forma que, embora afirme estar decidida a adorar Chamilly por toda sua vida (ALCOFORADO, 1992), ela cogita a possibilidade de amar outro homem: “Estou certa de que encontraria aqui no meu país um amante melhor e mais fiel.” (ibidem, p. 50; 5ª carta). A fala leva-nos a crer que, de fato, ela ama o amor. Há, pois, uma ambição por felicidade que se sobressai ao estoicismo e que perpassa o desprendimento da figura amada, sem o peso da culpa. Assim sendo, a narrativa intensifica-se por momentos de alteração, no sentido apontado por Barthes (1981), como já comentamos: “Propositalmente você traçou um plano para me enlouquecer; você nunca considerou minha paixão senão como uma vitória, e seu coração nunca foi profundamente tocado por ela.” (ibidem, p. 36; 3ª carta). Ela o acusa de forma a legitimar as razões que a movem ao desejo de desvencilhar-se, haja vista que as faltas provocam fissuras na Devoção (BARTHES, 1981). É certo que, para isso, a sóror enfrenta as sensações diversas que o coração lhe desperta, afinal, ela ama.

Sobre o tema, Barthes (1981, p. 60) afirma que o termo coração equivale a “todas as espécies de movimentos e de desejos”, sendo ele o “órgão do desejo” (ibidem, p. 60), responsável pelos impulsos que acompanham a diegese epistolar, tal como é enunciado: “[...] absolutamente não me queixo de toda a violência dos impulsos de meu coração” (ALCOFORADO, 1992, p. 27; 2ª carta). Assinalamos também, mais uma vez, o episódio do desmaio que, acompanhado de uma palpitação intensa, é desencadeado pelo recebimento de uma carta de Chamilly: “Eis que sua última carta reduziu-o a um estranho estado: ele palpitava tão exaltado que parecia se esforçar para se separar de mim e ir ao seu encontro. Fiquei tão abalada por todas essas emoções violentas que perdi os sentidos por mais de três horas.” (ALCOFORADO, 1992, p. 19; 1ª carta). O eufemismo permite pensar um aspecto subjetivo da

condição amorosa, o da repercussão. De acordo com Barthes (1981, p. 171), trata-se do modo como “[...] uma palavra, uma imagem repercutem dolorosamente na consciência afetiva do sujeito.”. Aqui, poderíamos acrescentar também os gestos, neste caso, que obrigam os sujeitos a remar para lados opostos, estabelecendo uma cisão entre aqueles que outrora estiveram em união amorosa, almejada até certo ponto.

Definida como o “sonho de total união com o ser amado” (BARTHES, 1981, p. 194), a união requer a oportunidade do encontro, do toque, da presença, do olhar. No entanto, diante da impossibilidade desse feito, pois o ser amado “[...] está na França [...]” (ALCOFORADO, 1992, p. 18; 1ª carta), o papel no qual se escrevem as *Cartas* é o espaço em que simbolicamente acontece e se materializa a relação, como se verifica no trecho a seguir: “Mas confesso que surpreendi em mim uma onda de alegria quando meu irmão permitiu que eu escrevesse a você, e que isso conteve por algum instante a angústia em que eu me encontro” (ibidem, p. 21; 1ª carta). Trata-se de uma forma de prolongar a vivência amorosa, de estabelecer contato, ainda que, para isso, a narrativa precise ser um tanto ascética. Conforme Barthes (1981, p. 24), a ascese acontece quando “seja por se sentir culpado em relação ao ser amado, seja por querer impressioná-lo com sua infelicidade, o sujeito apaixonado esboça uma conduta ascética de autopunição [...]”. Diante disso, verificamos esta ocorrência: No final, voltei a mim, ainda sem querer, eu que já me vangloriava de sentir que **morria de amor**. (ALCOFORADO, 1992, p. 19; 1ª carta, grifos nossos). O “morrer de amor” é, de modo geral, um símbolo no discurso amoroso, pela frequência com que é enunciado por uma infinidade de sujeitos apaixonados, por vezes de forma figurada, mas não é sempre. Neste caso, porque relacionado a um desmaio, é empregado em seu sentido denotativo. Mas, é pertinente observá-lo sob a perspectiva da ascese, a qual sugere que esse uso funciona como uma estratégia textual de conquistar a atenção do ser amado, a fim de despertar-lhe a tomar alguma atitude em seu favor. É uma forma de persuadir, logo, atrair por meio da compaixão: “Está vendo a que meu destino me reduziu? Adeus.” (ibidem, p. 34; 2ª carta). Nesse ponto, aproximamo-nos do heroísmo dos mártires, os quais sacrificaram a própria vida por uma causa maior.

Sóror Mariana é, então, a mártir da relação amorosa: “Assim que o vi, entreguei-lhe minha vida; e sinto mesmo algum prazer em sacrificá-la por você” (ibidem, p. 18; 1ª carta). Ela, com autonomia e vontade, faz-se símbolo das paixões intensas e dos afetos profundos, cuja imagem é imponente na história do amor. Em seu discurso, afirma-se em gestos introspectivos de resistência e desclausura, pois quer amar e ser amada, fazendo opções linguísticas ricas em preciosismos e ornamentos. Para Barthes (1981, p. 142), trata-se da loqüela, ou seja, “o fluxo de palavras através do qual o sujeito argumenta sem cansar, na sua cabeça, sobre os efeitos de

uma ferida ou as consequências de uma conduta: forma enfática do ‘discorrer amoroso’”. Nesse sentido, a narrativa subverte as próprias configurações do gênero epistolar, posto que exige uma linguagem clara, breve, sem exuberâncias e ausente de cultismos, como podemos observar nos trechos: “[...] você nunca considerou minha paixão senão como uma vitória, e seu coração nunca foi profundamente tocado por ela.” (ALCOFORADO, 1992, p. 36; 3ª carta); “A paixão em que você depositava tantos planos de alegria não lhe causa hoje senão extrema angústia, só comparável à própria crueldade da ausência que ela mesma provoca.” (ibidem, p. 17; 1ª carta). Daí a expressão “escrever à portuguesa”, como comentamos anteriormente (páginas 60 e 61; tópico 3.1).

As *Cartas* são, portanto, um espaço em que uma fala emerge, em que uma voz se ergue e se faz conhecer, sobretudo porque concordamos com a proposição segundo a qual “[...] a sentimentalidade do amor deve ser assumida pelo sujeito apaixonado como uma forte transgressão [...]” (BARTHES, 1981, p. 157). Por nela acreditarmos, procuramos ao longo deste último capítulo fundamentar a ideia, exemplificando com trechos do próprio texto. Nessa direção, contemplamos a atuação de uma pioneira ocidental no âmbito da cultura letrada, precisamente ao inaugurar o gênero de ficção epistolar, rompendo silêncios e quebrando paradigmas, falando sobre o amor de um homem, de uma forma particularmente visceral. Enfim, como ela coloca: “Escrevo mais para mim do que para você; procuro apenas me aliviar.” (ALCOFORADO, 1992, p. 34; 2ª carta). Sóror Mariana, em sua afirmação, assim como ao longo de suas missivas, procura resistir e desclausurar a si, assim como reitera que sua produção é uma escrita confessional, que lhe conforta. Ela goza, então, dos privilégios da escrita de si, sua companheira inseparável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que, originalmente e em seu suporte comum, as cartas são papéis, escritas em uma só via, facilmente perecíveis, porque frágeis, consideramos a dupla possibilidade do desaparecimento e da aparição, neste caso, como sobrevivente. Desse modo, cogitamos a hipótese de que outras cartas de Sórora Mariana podem existir, em algum lugar ainda não visitado por curiosidade humana, as quais ainda estariam por descobrir. De igual forma, além das cinco que estudamos, também supomos que outras podem ter existido; no entanto, provavelmente não resistiram à destruição, seja ela intencional ou natural. Então, precisamos admitir que “cada autor escreveu mais cartas do que as que chegaram até nós” (ROCHA, 1985, p. 10). Por isso, chegamos a estas conclusões conscientes de que, eventualmente, podem surgir novos documentos e dados que as invalidem e/ou modifiquem. Sendo assim, neste momento, sintetizamos os caminhos que percorremos e as leituras que fizemos; afinal, não nos propomos ao esgotamento do tema, o que é impossível, pois concordamos com a proposição de que o texto literário é plurissignificativo.

Em sua primeira fase, quando esta pesquisa necessitava de maior maturação científica, não que não mais precise, visitamos perspectivas e orientações teórico-metodológicas, algumas pelas quais optamos e outras que foram paulatinamente sendo deixadas de lado por motivos diversos. Em suma, este trajeto de escolhas e, por assim dizer, não-escolhas, nos trouxeram a este resultado. No cerne da questão estavam as *Cartas*, intensas, eloquentes e fortes. Nelas, uma voz de mulher, a qual pudemos conhecer de perto, ou melhor, de dentro, do coração. Portanto, ao observarmos sua escrita pelo viés dos Estudos Culturais e de Gênero, confirmou-se a ideia de que nossa leitura passaria pela resistência e pela desclausura da voz que se apresenta ao longo das cartas, pois percebemos que, no grito de amor enunciado, há também um grito de sobrevivência, de um sujeito que, transpassado pela dor, pela coita amorosa, clama pelo seu direito à liberdade. Enfim, há uma força que se impõe frente às opressões.

Em vista disso, direcionamos nosso primeiro capítulo ao debate acerca da literatura monástica feminina em setecentos. Aliás, uma discussão que merece maior destaque na academia. Nesse sentido, concluímos que, além de ter sido profícua, essa literatura claustral compreendeu uma gama de gêneros, temas, estilos e escritoras. No entanto, poucas das religiosas que escreveram alcançaram notoriedade na cultura letrada de um modo geral, uma vez que, naquela época, a escrita era majoritariamente masculina ou mediada por tais figuras. Além disso, a análise de tais escritos permitiu perceber que na esfera social, cultural e política havia opressões, que se relacionam, pautadas e “justificadas”, na suposta desigualdade entre

gêneros, de modo a cercear desde a produção até a publicação dos textos, os quais eram muitas vezes manipulados. Portanto, a escrita conventual feminina é resistente ao passo que denuncia assimetrias e sexismos, de modo inconsciente e introspectivo, talvez. Também ela própria é um gesto de resistência e desclausura, porque demarca um lugar de fala e se apresenta mediante o silêncio dos mosteiros, transgredindo e rompendo interdições, contestando a subalternidade esperada para tais esferas religiosas por parte da ala feminina que ali vive.

No segundo capítulo discutimos o gênero epistolar, em suas diversas formas e funções, atentando para as modificações que tal gênero literário sofreu ao longo do tempo, compreendendo o seu funcionamento e estrutura através do que dizem os tratados, entre outras questões. É certo que entre a correspondência antiga, quando ainda se estabelecia oralmente via mensageiro, e a praticada em setecentos, ocorreu uma série de mutações, as quais, na verdade, levaram à difusão e evolução do carteio. Além disso, não podemos negar que há novos formatos para missivas, hoje essas se apresentando de forma digital, talvez como uma maneira de manter o espírito da comunicação entre duas partes em novos moldes, como, por exemplo, no Messenger. Aliás, o gênero, que é e sempre foi híbrido e flexível, se renova continuamente, ainda nesta era das mensagens instantâneas, em que ocorre com menor frequência, mas ainda assim se mantém vivo. Ainda há quem escreva cartas? Cremos que sim, pois fazemos parte deste restrito grupo. Além disso, nessa parte do trabalho tratamos das escritas de si, nas quais o eu se sobressai em seu ofício de narrar a própria vida, impondo-se como principal pessoa discursiva.

Enfim, pudemos constatar que a escrita de cartas no século XVII foi frequente e entre os epistológrafos da época está Sórora Mariana, mulher que se destacou no cânone, cujo nome faz parte de antologias literárias portuguesas, tal como as de Rocha (1985), Moisés (2013), etc. Mesmo falando sobre um tema censurado para sua condição de religiosa por partir de seus sentimentos amorosos por um homem, seu texto é considerado por alguns (LIMA, 2014) como o primeiro romance epistolar francês. Concordando, então, com Paiva e Duarte (2009, p. 18), é “possível pensar a correspondência como um dos caminhos encontrados pelas mulheres escritoras para se estabelecerem e serem reconhecidas como ‘mulheres de letras’”. Sem dúvida, as cartas tornaram-se espaços de organização de ideias, de criação de um estilo de escrita para mulheres que, fora essas produções, tinham poucas oportunidades de expressão.

No terceiro capítulo, fizemos nossas análises das *Cartas*, na verdade, das cinco missivas aqui enfocadas, e apresentamos a nossa leitura, frisando de que modo a resistência e a desclausura acontecem com exemplos, sempre que possível, retirados do próprio texto de Alcoforado. Mas, fazemos uma ressalva. No trabalho com cartas, Haroche-Bouzinac (2016, p.

138) sugere que se proceda da seguinte forma: “Quando se deseja definir o ‘jeito’ de um epistológrafo, observá-lo diante de diversos correspondentes é, como já ressaltamos, uma preocupação elementar de prudência metodológica”. Porém, na ausência das possíveis respostas de Chamilly, arriscamo-nos a construir a pesquisa a partir da única voz que ouvimos, a de Sórora Mariana. Por isso, é pertinente destacar que as nossas considerações partem de uma escrita monofônica, mas que ainda assim se realiza, pois considera o outro como a outra parte do diálogo, necessária à interlocução.

Diante do exposto, verificamos que a escrita da freira de Beja parece dar sentido à sua existência e lançar luz sobre a dor do amor, tornando-a menos dolorosa, haja vista que “Meu amor não depende mais da maneira como você me trata” (ALCOFORADO, 1992, p. 45; 4ª carta). Num sentido contextual, sua produção ilumina a literatura barroca que, para parte da crítica, é problemática e conflituosa, o que se reflete no próprio nome, pois o termo “[...] ‘barroco’ designava originalmente uma pérola de forma irregular [...]” (MOISÉS, 2013, p. 110). Aliás, não só na literatura, pois o século XVII em Portugal é malvisto por muitos, em virtude das constantes inquietações morais, religiosas, sociais, culturais, políticas, filosóficas, etc., que renderam revoluções e guerras. Mas, como coloca França (1997), trata-se de um século mal estudado e incompreendido, sobretudo se pensarmos que as revoluções fazem progredir a humanidade. Essa concepção também se justifica na relação entre o período setecentista e os séculos vizinhos, XVI e XVIII. Enfim, nesse sentido, as *Cartas* adquirem mais uma conotação oportuna, a de que são um texto capaz de elevar a estética barroca a um status de maior prestígio, por sua expressividade e eloquência, por sua forma de ser uma “escrita à portuguesa”, repleta de preciosismos.

Finalmente, a resistência e a desclausura se manifestam em seu gesto de escrever, mas também no que escreve e na forma como o escreve. As *Cartas* são a verbalização de um amor que quer ser sentido e vivido com êxtase, entrega e verdade. Um amor que quer superar todas as inibições. É o sujeito apaixonado que fala sobre sua própria condição de apaixonado. É o amor-paixão falando por si, defendendo-se. Sórora Mariana dispõe das palavras para reclamar o direito de ser protagonista desse sentimento arrebatador, que é tão seu, ardendo sob o hábito religioso. Pensamos tê-lo conseguido: “Sua ausência cruel, e talvez definitiva, não diminui em nada o êxtase do meu amor. Quero que o mundo inteiro saiba dele, não faço segredo, e me sinto feliz por ter feito tudo o que fiz por você, ainda que contra todo tipo de decência” (ALCOFORADO, 1992, p. 44; 4ª carta). Em conclusão, concordando com Octavio Paz (1994, p. 73), “a história do amor é inseparável da história da liberdade da mulher”.

Ao mesmo tempo, voltamos a destacar algo que consideramos importante na frente de

pesquisa que desenvolvemos: o fato de uma jornalista nordestina, negra, reconhecida por seu talento e, mesmo assim, consciente de algumas diferenças suas constantemente questionadas no *status quo* do jornalismo brasileiro, ter escolhido realizar essa tradução, versão que utilizamos nesse trabalho. Felinto, no Brasil, como mulher negra e nordestina, e Alcoforado, em Portugal, sóror e apaixonada, ocupam posições onde algumas tensões são evidentes. Uma, por adentrar o espaço jornalístico, tradutório e literário pouco comum a mulheres com origem igual a sua; outra, por dever amar a Deus apenas e não conseguir evitar em suas cartas evidências de um amor igualmente ou mais forte por um homem, no plano amoroso-físico-sentimental. Nosso discurso, como crítica da cultura e literatura, a partir do momento contemporâneo, não pretendeu resolver essas tensões presentes nas cartas originais e traduzidas. Ao contrário, percebemos tais tensões como espaços ricos de resistência e desafio que permitem o desclausurar dessas vozes múltiplas, entre as quais a nossa, como pesquisadora contemporânea, também pode tomar forma e colaborar com o debate sobre os feitos epistolares dessa sóror inconformada e questionadora, que insistiu em registrar suas emoções e sentimentos.

## REFERÊNCIAS

### REFERÊNCIA PRIMÁRIA

ALCOFORADO, Mariana. **Cartas de Amor**. Tradução e apresentação Marilene Felinto. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

### REFERÊNCIAS SECUNDÁRIAS

ABELARDO e HELOÍSA. **Correspondências de Abelardo e Heloísa**. Texto apresentado por Paul Zumthor. Trad. de Lúcia Santana Martins. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMARAL, Glória Carneiro do. Sévigné em ação: sévignações. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma Antologia Improvável – A Escrita das Mulheres** (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2013.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. A escrita epistolar como prosa de ficção: as cartas do jornalista Miguel Lopes do Sacramento Gama. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 7, n. 2, 2011.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. Hortênsia dos Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELLINI, Lúcia. Vida monástica e práticas de escrita entre mulheres em Portugal no Antigo Regime. **Revista Lusófona de Ciências Sociais**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, n. 3/4, p. 209-218, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/campusocial/article/viewFile/233/142>> Acesso em 20 de nov. 2018.

BESSE, Maria Graciete. As novas nas velhas Cartas Portuguesas e a contestação do poder patriarcal. **Revista Latitudes**. Paris, n.º 26, p. 16-20, 2006. Disponível em: <[http://www.revues-plurielles.org/\\_uploads/pdf/17/26/17\\_26\\_04.pdf](http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/26/17_26_04.pdf)>. Acesso em 20 de nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Júlio. Prólogo. In: MARIANA, Sórora. **Cartas de Amor ao Cavaleiro de Chamilly**. Trad. Morgado de Mateus. Porto: Lello & Irmão, 1984.

CÉU, Sórora Maria Benta do. Em que se trata da vida, e morte da serva de Deus a Madre Custódia Maria do Sacramento, Religiosa da Ordem da Conceição no Convento de Braga. In: ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma Antologia Improvável – A Escrita das Mulheres** (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2013.

CÉU, Sórora Violante do. Décima. In: ANASTÁCIO, Vanda (org.). **Uma Antologia Improvável – A Escrita das Mulheres** (séculos XVI a XVIII). Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2013.

CEIA, Carlos: s.v. “**Ginocrítica**”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 11 jul. 2019.

CORDEIRO, Luciano. **Sórora Marianna: a freira portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Livraria Ferin, 1891.

COLLING, Ana Maria. Subjetividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal de Grande Dourados, 2019.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

DELGADO, Humberto. **O infeliz amor de Sórora Mariana: a freira de Beja**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1964.

DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado. As memórias de Leonor López de Córdoba (1362/23-1430): inaugurando linhagens. **Revista Ágora**, n. 26. Vitória, 2017: 94-106. ISSN: 1980-0096. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/18721>>. Acesso em 19 jul. 2018.

ECO, Humberto. **Quase a mesma coisa. Experiências de tradução**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

EGGERT, Edla; PEREIRA, Nancy Cardoso. Freiras e religiosas – as mulheres consagradas. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal de Grande Dourados, 2019.

**Escritos de Santa Clara de Assis**. Disponível em: <[http://www.clarissas.net.br/pdf/Escritos de Santa Clara.pdf](http://www.clarissas.net.br/pdf/Escritos%20de%20Santa%20Clara.pdf)>. Acesso em 02 jul. 2018.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. **Portugal na época da Restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FELINTO, Marilene. Prefácio. In: ALCOFORADO, Mariana. **Cartas de Amor**. Tradução e apresentação Marilene Felinto. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos. Século e clausura no Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do século XIX. **Revista de História**, vol. 13, 1995, pag. 139-179. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6361.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992, p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAMEIRO, Armindo da Costa. **O espaço autobiográfico em José Craveirinha**. Lisboa: Escolar Editora, 2012.

GARRETAS, María-Milagros Rivera. **Textos y espacios de mujeres**. Europa siglos IV-XV. Barcelona: Icaria, 1990.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. Trad. Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

INSTITUTO CPLF. **Michel Foucault: a filosofia como modo de vida com Margareth Rago**. 2018. (2h5m35s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PDxkX6UPKKE&t=1137s>>. Acesso em 10 jul. 2018.

JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: **Linguística e Comunicação**. 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

JÚNIOR, João Adalberto Campato: s.v. “**Pathos**”, E-Dicionário de Termos Literários (EDTL), coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <<http://www.edtl.com.pt>>, consultado em 11 jul. 2019.

LAJOLO, Marisa. Romance epistolar: o voyeurismo e a sedução dos leitores. **Matraga**, n. 14. Rio de Janeiro, 2002: 61-75.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIMA, Carlos Adriano Ferreira de. **Secretário dos amantes: arqueogeneparatextomediadradulogia do sabor no romance epistolar *Cartas Portuguesas***. 2014. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

MILAN, Betty et al. **O que é amor, erotismo, pornografia**. São Paulo: Círculo do livro, 1983.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella.

**Prezado senhor, prezada senhora: estudo sobre cartas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa.** 37<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

MORUJÃO, Isabel. Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos. **Rever**, ano 11, n. 1, 2011.

MORUJÃO, Isabel. Livros e leituras na clausura feminina de setecentos. **Revista da Faculdade de Letras.** Porto, 2002.

MORUJÃO, Isabel. Uma tipologia de quase silêncio. Um sermão de Clarissa: texto e contexto. In: FONTES, João Luís; ANDRADE, Maria Filomena; MARQUES, Tiago Pires (coords.). **Vozes da vida religiosa feminina: experiências, textualidades e silêncios** (séculos XV-XXI). CEHR: Lisboa, 2015.

MOTT, Luiz. Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial. **Cadernos IHU Idéias.** Ano 3, n. 38, 2005.

MUHANA, Adma Fadul. **O gênero epistolar: diálogo per absentiam.** 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/38043>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

NEVES, Luiz Euclides da Silva. Amor ou paixão? Que sentimento movia Mariana? **Revista Lato & Sensu**, Belém, v. 4, n. 1, p. 3-5, out., 2003.

NOGUEIRA, Maria Simone Marinho. Mística feminina - Escrita e transgressão. **Graphos**, João Pessoa, v. 17, p. 91-102, 2015.

PAIVA, Kelen; DUARTE, Constância. A mulher de letras: nos rastros da história. In: **Revista Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul./dez., 2009.

PAZ, Octavio. A dama e a santa. In: \_\_\_\_\_. **A dupla chama: amor e erotismo.** São Paulo: Siciliano, 1994.

PEREIRA, Trinidad Arcos. De Cícero a Erasmo: La configuración de la epistolografía como género literário. **Boletín Millares Carlo** (27), p. 347-400, 2008 / ISSN: 0211-2140. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2864456>. Acessado em 21 de outubro de 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução Angela M. S. Corrêa. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PESSOA, Fernando. Todas as Cartas de Amor são Ridículas. In: **Poemas de Álvaro de Campos.** Saraiva, 2012.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Narrativas de si: lugares da memória. In: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v.4, n. 2, 2008,

p. 155-165.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RECTOR, Monica. O amor divino das mulheres na Literatura Portuguesa. In: DAVID, Sérgio Nazar (org.). **Ainda o amor**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

RESISTÊNCIA. In: DICIONÁRIO MICHAELIS (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa). Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/resist%C3%A2ncia/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROCHA, André Crabbé. **A epistolografia em Portugal**. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 1985.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. 10ª ed. Publicações Europa-América: 1986.

SÁNCHEZ, Armando José Ríos. La epistolografía: roma y el renacimiento. Káñina, **Rev. Artes y Letras**, Univ. Costa Rica XXXV (2): p. 37-49, 2011 / ISSN: 0378-0473. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/kanina/article/view/551>. Acessado em 21 de outubro de 2018.

STENDHAL. **Do amor**. Tradução Roberto Leal Ferreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

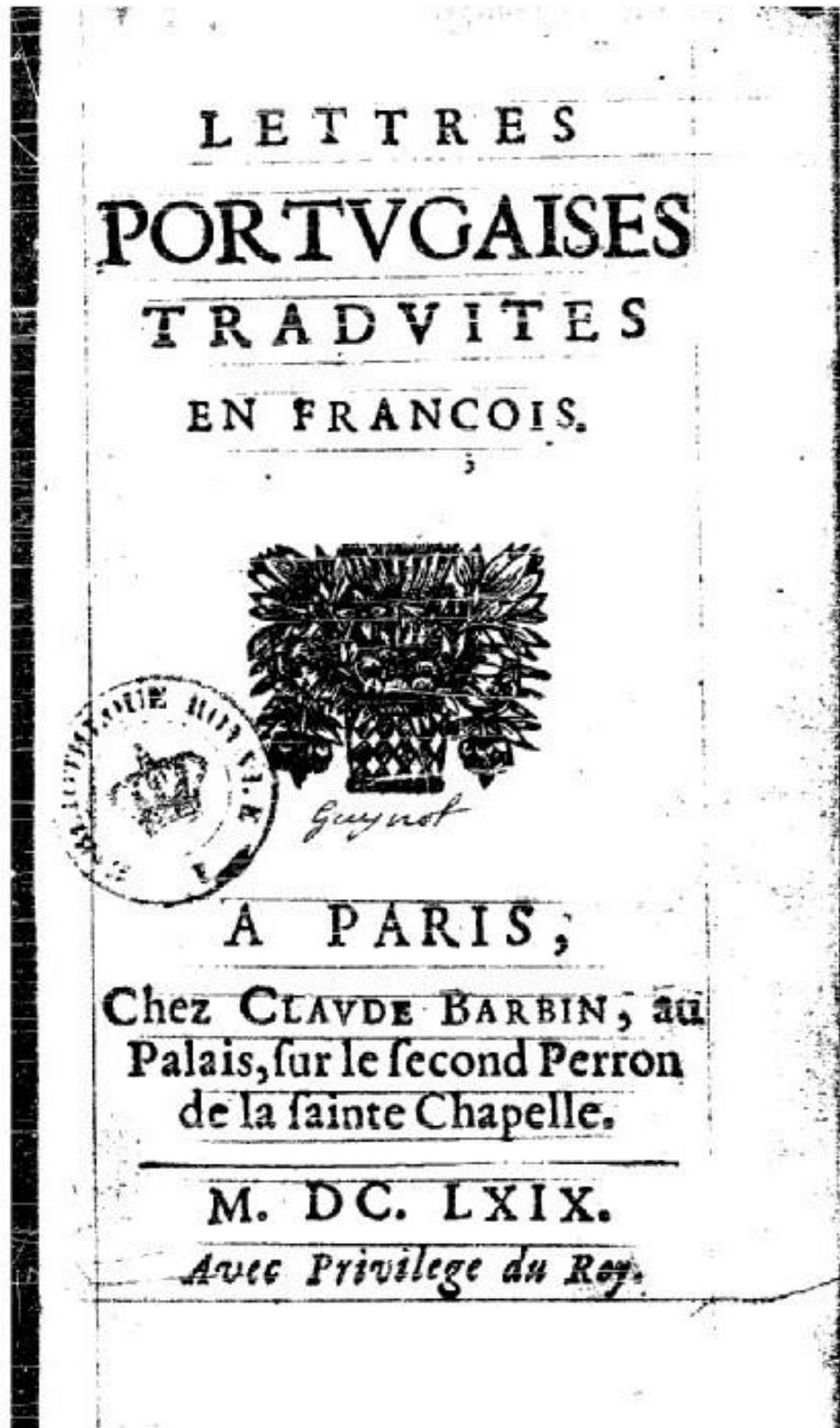
TAYASSU, Catitu. Escrita feminina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal de Grande Dourados, 2019.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Condição feminina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal de Grande Dourados, 2019.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal de Grande Dourados, 2019.

# **ANEXOS**

ANEXO 1 – FRONTISPÍCIO DAS *LETTRES PORTUGAISES TRADUITES EN FRANÇOIS*



ANEXO 2 – JOURNAL DE L'EMPIRE

VENDREDI 5 JANVIER 1810.

(III)



JOURNAL DE L'EMPIRE.



ANGLETERRE.

London, 28 décembre.

Plusieurs vaisseaux de ligne et transports, ayant à bord les troupes qui étoient dans l'île de Walcheren, sont arrivés aux Dunes lundi 25. Il est probable que les petits bâtimens et les frégates qui avoient été laissés en station devant Beveland, pour empêcher l'ennemi d'approcher, seront arrivés hier.

On a donné ordre d'équiper sur-le-champ trois vaisseaux de ligne pour les envoyer sur les côtes d'Irlande, et pour augmenter la flotte qui croise ordinairement dans ces parages.

Le gouvernement a reçu hier des dépêches de M. Jackson, notre ministre auprès des Etats-Unis. Elles ont été apportées par M. Oakley, qui est arrivé dimanche dernier, 24, à Falmouth, à bord du paquebot Le Chesterfield, après une traversée des plus promptes, ayant fait voile de New-York le 3 du courant. L'exactitude des bruits déjà répandus relativement à la rupture, ou du moins à la suspension des négociations, est pleinement confirmée par cette arrivée. M. Oakley a apporté des copies de la correspondance qui a eu lieu entre M. Jackson et M. Smith, secrétaire du gouvernement américain, lesquelles donnent le détail circonstancié de la mésintelligence extraordinaire qui a étouffé dans sa source un arrangement si nécessaire et si désirable pour les deux pays. M. Jackson reste en Amérique jusqu'à ce que le ministère britannique ait prononcé sur sa conduite.

Circular de M. Jackson aux consuls de S. M. B.

Monsieur, j'ai l'honneur de vous informer, avec beaucoup de regret, que les faits qu'il étoit de mon devoir d'exposer dans ma correspondance officielle avec M. Smith, ont paru au président des Etats-Unis susceptibles de donner un motif suffisant pour rompre toute espèce de communication avec moi, comme ministre chargé de cette négociation si intéressante pour les deux nations; sur un des points les plus importants de laquelle il ne m'a été fait aucune réponse, bien que je l'eusse traité officiellement et par écrit.

Un de ces faits a été admis par le secrétaire d'Etat lui-même, dans sa lettre du 19 octobre; savoir, que les trois conditions qui formoient la base des premières instructions de M. Erskine, lui ont été soumises par ce ministre. L'autre fait (que ces premières instructions sont les seules dans lesquelles aient été prescrites à M. Erskine les conditions d'après lesquelles il pouvoit conclure un arrangement sur les objets en discussion); l'autre fait, dis-je, m'est connu par les instructions que j'ai reçues moi-même.

En déclarant ces faits et en les soutenant, ce qui m'est fortement enjoint par mon devoir, afin de repousser les fréquentes accusations de mauvaise foi dirigées contre le gouvernement de S. M. B., je ne pouvois imaginer que le gouvernement américain y vit une insulte, attendu que, de mon côté, je n'avois très-certainement aucune intention de l'offenser. J'ai présenté, sous ce point de vue, à M. Smith, les motifs de ma conduite; mais apprenant par lui qu'il ne recevra dorénavant aucune communication de ma part, je sens qu'il ne me reste aucune autre alternative, compatible avec la dignité du roi, que de quitter sur-le-champ cette ville, pour attendre quelque autre part l'arrivée des ordres de S. M., relativement au changement imprévu survenu dans les affaires de ce pays.

J'ai le dessein de résider jusque-là à New-York, où vous voudrez bien m'adresser à l'avenir vos communications, attendu que j'emmènerai avec moi toutes les personnes attachées à la légation de S. M.

Signé JACKSON.

(Extrait du Times.)

Dans toutes les parties de l'Amérique méridionale, les esprits sont métrés pour une révolution. Les dernières nouvelles disent qu'il marchoit des troupes des autres provinces contre les habitans de Quito, où l'on avoit formé une jeune, et où le peuple s'étoit déclaré libre et indépendant.

(Gazette de New-York, 25 novembre.)

La raison qui a fait refuser de reconnaître le chevalier Onis est évidente. On a craint d'offenser Napoléon. Ce chevalier est très-mécontent, et il attend de son gouvernement son rappel; car il n'est pas vrai, nous en sommes bien certains, que le refus qui lui a été fait ait été présenté de manière que ce ministre ait pu être satisfait de l'accueil qu'il a éprouvé. On nous dit qu'il a été si peiné de ce refus, que rien n'a pu l'empêcher de retourner en Espagne dans ce moment de mécontentement, que la considération de l'état critique de son pays, et un véritable desir d'éviter tout malentendu.

(Idem.)

DANEMARCK.

Copenhague, 25 décembre.

Notre gazette officielle publie aujourd'hui la pièce suivante:

Traité de paix entre S. M. le roi de Danemarck et de Norvège, et S. M. le roi de Suède, conclu à Jonkoping, le 16 décembre 1809.

Au nom de la Sainte Trinité.

S. M. le roi de Danemarck et de Norvège, et S. M. le roi de Suède, animés réciproquement du desir de mettre fin aux calamités de la guerre, et de rétablir l'union et la bonne intelligence entre eux, et les relations de bon voisinage entre leurs Etats respectifs, ont, pour cet effet, nommé et autorisé des plénipotentiaires, savoir: S. M. le roi de Danemarck et de Norvège, le sieur Niels Rosenkrantz, son chambellan et grand-croix de son Ordre du Dannebrog; et S. M. le roi de Suède, le sieur Charles Gaspard d'Adlerberg, son chambellan, commandeur de son Ordre de l'Etoile-Polaire, et chevalier de celui de l'Épée; lesquels, après s'être dûment communiqué et avoir échangé leurs pleins-pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, ont arrêté, conclu et signé les articles suivans d'un traité de paix:

Art. I. Il y aura une paix solide et perpétuelle, une amitié sincère et un bon voisinage entre S. M. le roi de Danemarck et de Norvège, et S. M. le roi de Suède et leurs héritiers et successeurs, Etats, pays et sujets. En conséquence, il y aura un oubli éternel de tout ce qui est arrivé entre les hautes parties contractantes, à l'occasion de la présente guerre. Les deux hautes puissances et leurs héritiers et successeurs cultiveront à l'avenir entre elles

FEUILLETON DU JOURNAL DE L'EMPIRE.

Du Vendredi 5 Janvier 1810.

ACADEMIE IMPERIALE DE MUSIQUE.

Sauv, Paul et Virgile.

THEATRE FRANÇAIS.

Le Chevalier d'Industrie, l'Ecole des Bourgeois.

THEATRE IMPERIAL DE L'OPERA-COMIQUE.

Renée et Juliette, une Folie.

THEATRE DU VAUDEVILLE.

Les Bonteaux, Balade, le Pouvre Diablic.

THEATRE DES VARIETES.

Les Lancens, le Gâteau des Rois, Coco-Pepin, la Ferme.

VARIETES.

Manuel du Libraire et de l'Amateur de livres, contenant, 1°. un nouveau Dictionnaire Bibliographique, dans lequel sont indiqués les livres les plus précieux et les ouvrages les plus utiles, tant anciens que modernes, etc. etc.; 2°. une Table en forme de catalogue raisonné, où sont classés méthodiquement tous les ouvrages indiqués dans le Dictionnaire, et de plus un grand nombre d'ouvrages utiles, mais d'un prix ordinaire, etc. etc. (1); par J. C. Brunet fils.

Je commencerai cet article par l'éloge du livre dont je dois rendre compte: c'est commencer comme il faudroit finir. Je prévois que

(1) Trois vol. in-8°. Prix: 24 fr., et 30 fr. par la poste.

A Paris, chez Brunet, libraire, rue Gilles-Cœur; et chez le Normant.

l'airide du sujet m'atira beaucoup de lecteurs, et je desire que ceux qui font au moins mes premières lignes, sachent que j'ai la plus grande estime pour la science bibliographique de M. Brunet, et que son ouvrage me paroit excellent. Mon opinion, je le sais, est de peu d'importance. La bibliographie qui s'est rencontrée souvent dans mes études, n'est pas mon étude; je n'en ai jamais fait l'objet d'un travail particulier; d'un travail de prédilection; et je trouve que je n'ai point acquis le droit de prononcer publiquement sur le mérite d'un auteur, qui par état autant que par goût a toute sa vie étudié les livres. Mais si mon érudition bibliographique est trop faible pour donner beaucoup de poids à mon sentiment, je le forliferai par celui de nos premiers bibliographes. Bien avant que cet ouvrage parût, ils annonçoient leur foi inspirée par les talens de M. Brunet. Aujourd'hui que le livre est public, ils se plaisent à confirmer les éloges qu'ils en faisoient d'avance, et reconnoissent que leur attente n'a pas été trompée.

Dans une préface très-bien faite, M. Brunet expose avec beaucoup de modestie, de précision et de clarté, les recherches infinies auxquelles il s'est livré, et le plan de son ouvrage.

Un dictionnaire bibliographique remplit les deux premiers volumes. On y trouve indiqués les livres anciens, qui sont à-la-fois rares et précieux, et, parmi les ouvrages modernes, ceux qui leur méritent, la beauté de l'exécution, leur singularité peuvent plaire au nombre des livres précieux.

M. Brunet ne s'est pas borné à une simple nomenclature. Il fait connoître les contrefaçons; il dévoile la supercherie, malheureusement des titres nouveaux mis à de vieux livres; quand un ouvrage a plusieurs éditions, il en fait l'histoire, il les décrit, et desquelles celles qu'il faut préférer; il donne des renseignements fidèles sur

une bonne harmonie et une parfaite union et intelligence.

II. Il est arrêté, par le présent article, que la suspension d'armes qui subsiste déjà entre les deux hautes puissances sur tous les points, tant par terre que par mer, en vertu des conventions antérieures à la date de ce traité, est convertie en cessation perpétuelle de toutes hostilités.

III. Les prisonniers de guerre seront respectivement mis en liberté, sans exception quelconque, et sans avoir égard à la différence du nombre. Ils seront délivrés en masse dans le plus court délai possible, sur un ou plusieurs points convenables des frontières respectives, et ils obtiendront toutes les facilités que le rétablissement du bon voisinage comporte de la part du gouvernement du pays où ils ont été détenus, lequel supportera les frais de leur transport jusqu'à l'endroit où l'échange aura lieu. Les deux gouvernements se rendent responsables du paiement des dettes que les prisonniers de guerre ont pu contracter dans les lieux de leur détention; les comptes en seront respectivement rendus dans l'espace de deux mois après la signature du présent traité de paix, et seront acquittés aussitôt que faire se pourra.

Par le V<sup>e</sup> article, les anciens traités de 1660 et de 1720, sont remis en vigueur. Le VI<sup>e</sup> est relatif au passage de la poste suédoise par les Etats danois, d'Elseur à Altona, et des postes dano-norwégiennes d'Helsingbourg à Frédéricshald en Norwège, et à Tromsen, sur les frontières de la Laponie. Le VII<sup>e</sup> article est relatif au commerce: il sera conclu entre les deux puissances une convention nouvelle relative à cet objet. Par le VIII<sup>e</sup> article, il est accordé aux sujets de deux pays la faculté de transporter leurs propriétés d'un territoire à l'autre. L'article IX détermine en principe que les deux Etats se livreront mutuellement les déserteurs et les malfaiteurs qui cherchoient à se soustraire à l'exécution des lois en se réfugiant d'un territoire sur l'autre. Le X<sup>e</sup> fixe la manière dont les ratifications seront échangées. Un article séparé explique en détail le mode dont seront exécutées les dispositions de l'article IX.

Quelques feuilles anglaises, trouvées à bord d'un bâtiment échoué sur les côtes de Suède, donnent les nouvelles suivantes de Londres et de Séville:

« Le duc de l'Infantado et le marquis de la Romana étoient les chefs d'une conjuration contre la junte suprême; le régiment Infantado devoit cerner le local de la junte, en tuer quelques membres, et arrêter le reste. On devoit ensuite proclamer la régence, dont l'archevêque de Tolède eût été le chef nominal. Mais ce projet a été découvert par le marquis de Wellesley, qui en donna connaissance à la junte. Le régiment Infantado fut éloigné de Séville, et la junte convoqua les cortès.

» La déclaration de guerre de la junte contre le Danemark n'a été faite que d'après les instances du gouvernement britannique; cet acte est écrit au nom de Ferdinand VII.

» Les vaisseaux de ligne *le San-André* et *le San-Dramon*, accompagnés du vaisseau anglais *l'Undaunted*, sont en route pour Cadix, venant de Vera-Cruz, et chargés de 12 millions de piastres.

» Les marchandises anglaises et siciliennes confisquées à Trieste, sont évaluées à 6 millions de florins.

» Il a paru un ouvrage très-curieux sur les moyens employés par les commerçans anglais pour éluder les effets

du blocus continental. On a remplacé les soies d'Italie par celles du Bengale et de la Chine, auxquelles on fait subir diverses préparations. Les chimistes ont trouvé moyen de tirer du charbon de terre une sorte de résine et de térébentine; le gaz carbonique, extrait de ce même minéral, doit bientôt servir à l'éclairage de la ville de Londres. Les troupeaux de mérinos augmentent tellement, que les laines d'Espagne sont devenues superflues. Le Brésil et Buenos-Ayres fournissent du suif et des peaux. Les sucres de la Jamaïque sont en partie vendus aux nègres de Saint-Domingue, qui ne cultivent plus que du café. On a tenté d'introduire de la faïence anglaise à la Chine, et de vendre des mousselines ordinaires de Manchester aux Indes-Orientales. Enfin, un ordre de l'amirauté défend l'usage des eaux-de-vie et du genièvre à bord de la flotte, afin d'accroître la consommation du rhum.

Tous ces faits prouvent sans doute l'esprit entreprenant et industrieux des commerçans anglais, mais ils démontrent en même temps combien est grand l'embaras de leur position. Il est à désirer que l'exemple des commerçans anglais inspire à ceux du continent un zèle semblable pour rendre superflue toute importation d'Angleterre.

Altona, 27 décembre.

Les Etats de Suède viennent d'accorder au roi Gustave et à sa famille 50 mille écus (150 mille francs), dont 10 mille écus pour le roi, 10 mille pour la princesse son épouse, et 10 mille pour ses enfans.

AUTRICHE.

Vienne, 23 décembre.

S. A. I. l'archiduc Charles est arrivé avant-hier après-midi dans cette capitale, avec S. A. le duc Albert de Saxe-Teschén.

Texte de l'édit impérial relatif aux effets d'or et d'argent.

Art. 1<sup>er</sup>. Tous les effets en argent simple ou doré, tout l'argent fondu ou battu faisant partie des habillemens, seront portés, d'ici au 1<sup>er</sup> mai 1810, à la monnaie ou aux bureaux à ce destinés. Sont exceptés les cuillères, les montres, les cachets, et autres petits effets de ce genre, qui ne sont point sujets à la marque; les ornemens en argent qu'on ne pourroit enlever des meubles sans les endommager, les instrumens de chirurgie, les montures de pierres précieuses, les médailles, les antiques et autres raretés conservées dans les cabinets; enfin les ouvrages nouvellement fabriqués chez les orfèvres et destinés à être vendus: ces exceptions seront néanmoins sujettes à des modifications qui seront énoncées ci-après. Les personnes qui attacheroient une grande importance à conserver quelques effets particuliers, pourront se dispenser de les livrer, en fournissant leur valeur en argent de convention. Les effets ainsi libérés seront marqués suivant le mode établi ci-après par l'art. 4.

2. Le marc d'argent fin sera compté pour 33 fl. 36 kr., et le marc d'or fin pour 359 fl. 30 kr., dans les hôtels des monnaies et les bureaux à ce destinés, et il en sera délivré des quittances. Pour donner plus de facilité, le nombre de ces bureaux sera provisoirement augmenté.

3. Les quittances seront reçues comme argent comptant dans un emprunt auquel sera joint une loterie, et que nous avons fait ouvrir, à dater d'aujourd'hui, par les quatre grandes maisons de commerce Fries et Compagnie, Arnstein et Ekeles, Geymuller et Compagnie, Steiner et Compagnie; cet emprunt hypothéqué avec toute la sûreté possible sur un certain nombre de domaines de l'Etat. Pour donner aux propriétaires d'effets d'argent, sur-tout à ceux qui n'en ont qu'une petite quantité, la facilité de s'en procurer d'autres, les employés des hôtels des

les collections volumineuses, sur la manière de collationner les ouvrages composés de pièces séparées; enfin il pousse l'exactitude jusqu'à indiquer la quantité de gravures contenues dans certains livres difficiles à vérifier, et même celle des feuillets dans les volumes imprimés sans pagination ou qui manquent de signatures.

Comme la plupart des articles qui composent ce Dictionnaire sont extrêmement rares, leur valeur pécuniaire est nécessairement fort arbitraire: elle dépend de la conservation des exemplaires, de mille petites circonstances, et sur-tout du caprice de ceux qui vendent et de ceux qui achètent. Ne pouvant assigner d'une manière fixe une valeur qui varie sans cesse, M. Brunet s'est contenté de donner le prix des ventes les plus connues. En parcourant ces notes, j'ai remarqué quelques exemples assez singuliers de la folie des bibliomanes. Un exemplaire en grand papier des quatre volumes de l'Homère de Chalcondyle a été porté au prix exorbitant de 150 louis; il étoit broché. En général, la beauté de la reliure élève la valeur d'un livre; mais dans un volume de cette antiquité, la brochure étoit, pour l'acheteur bibliomane, une singularité piquante, et il n'aura pas cru payer trop cher la grandeur de ces marges vierges.

Le troisième volume contient une table méthodique de tous les articles du Dictionnaire et de plusieurs milliers d'autres ouvrages. Ils sont rangés par ordre de matières, et suivant le système bibliographique adopté le plus généralement en France. Ce catalogue, qu'il sera si utile de consulter, où l'on trouvera sur tous les sujets et dans tous les genres l'indication d'une foule de bons livres, a dû coûter à M. Brunet des peines incroyables. Ils est composé de près de douze mille articles; c'est un travail immense, et qui suppose un zèle infini et une patience infatigable.

M. Brunet a eu quelques secours. Il doit à M. Chardon de la

Rochette une note très-curieuse sur les anciennes éditions d'Eschyle; à MM. Chardin et Quatremère de Roissy quelques remarques utiles. Il nomme sur-tout avec reconnaissance M. Parison, l'éditeur très instruit, qui lui a communiqué d'excellentes observations, et s'est chargé du soin important de revoir toutes les épreuves.

J'ai fait connaître le plan de M. Brunet; j'ai mis le lecteur à portée d'apprécier l'étendue et le mérite de ses recherches. Il me reste maintenant à faire la part de la critique. Quoique ce Dictionnaire bibliographique soit le plus exact et le plus complet que nous ayons jusqu'à présent, il n'est pourtant pas impossible d'y trouver quelques fautes. M. Brunet a beaucoup vu par lui-même; mais il n'a pu tout voir: au défaut des sources il a bien fallu qu'il s'en rapportât aux notices, aux catalogues, et qu'il copiât quelquefois leurs inexactitudes. C'est ainsi qu'une faute d'impression lui aura fait croire que le Calendrier grec de la bibliothèque du cardinal Albani, avoit été publié par Marceli, tandis que l'éditeur se nomme Morcelli. C'est ce même Morcelli qui a écrit savamment sur le style des inscriptions.

J'ai fait, en parcourant cet ouvrage, beaucoup d'autres remarques. J'en transcris quelques-unes. Elles ne seront peut-être pas inutiles à M. Brunet; peut-être plairont-elles aux nombreux amateurs de l'histoire littéraire et de la bibliographie.

L'édition des *Prolegomenes* de P. Hardouin est attribuée à l'abbé d'Olivet, sans doute d'après le catalogue de La Tour; mais le savant imprimeur Bowyer fut l'éditeur, et composa la préface; le manuscrit autographe qui lui avoit été remis par le libraire anglais Vaillant, fut, après l'impression, déposé au Muséum britannique. (2) De qui

(2) Bowyer's Anecdotes, p. 367. Miscellan., p. 478.

monnaies et des bureaux ci-dessus, soit autorisés à remettre sur-le-champ aux propriétaires des effets livrés qui le désireront, la valeur de ces effets en billets de banque, c'est-à-dire, pour chaque marc d'argent fin, au lieu de 23 fl. 36 kr. en argent de convention, 79 fl. 48 kr.; et pour chaque marc d'or fin, 1078 1/2 fl. en billets de banque. On leur tiendra compte sur le même pied de ce qu'ils auront payé pour le droit de marque. Comme les obligations partielles de l'emprunt ci-dessus de 10 millions de florins argent de convention, forment des sommes de 125, 250 et 500 florins, les personnes dont les effets d'argent ne s'éleveront pas jusqu'à la valeur de 125 florins, auront le choix, ou de compléter cette somme en argent de convention, ou de recevoir le montant de leurs effets en billets de banque, de la manière déterminée ci-dessus. Ceux qui auront des ouvrages en argent pour une valeur plus considérable que 125 fl., mais sans atteindre à celle de 250, pourront de même compléter cette dernière en argent de convention, ou recevoir le surplus de 125 fl. en billets de banque. Quoique nous ne prescrivions pas aux riches propriétaires d'effets d'or de les livrer à la monnaie, nous attendons néanmoins de leur amour du bien public qu'ils offriront volontairement, aux conditions précédentes, ceux dont ils pourroient se passer.

4. Pour prévenir tous les moyens d'éluder la présente loi, S. M. a arrêté les dispositions suivantes: Tous les orfèvres et joailliers présenteront dans l'intervalle de huit jours au plus tard après la publication du présent arrêté, à l'hôtel des monnaies ou au bureau le plus voisin, un inventaire exact de tous les ouvrages en argent qui leur appartiennent et qui sont destinés à être vendus; ils ne pourront ensuite en aliéner aucun sans l'avoir présenté auxdits bureaux, où il sera marqué *gratis* d'une nouvelle empreinte, autre que celle sujette à la taxe. Ils attesteront par serment l'exactitude de cet inventaire, qui énoncera en outre la quantité d'argent fondue ou à fondre, de même que tous les ouvrages de ce métal appartenant à des particuliers; en un mot, toutes les parties d'argent ouvré ou non, qui se trouveront alors dans leurs ateliers. Les orfèvres sont tenus d'ailleurs, comme les autres particuliers, de livrer aux mêmes conditions leurs effets d'argent simple ou doré. Il leur est défendu rigoureusement, à compter de la même époque, d'acheter, d'échanger, ou de recevoir de quelque manière que ce soit des particuliers, des ouvrages ou matières d'argent, excepté celles qui ne doivent point être livrées. Les hôtels des monnaies leur fourniront, comme par le passé, et sur le même pied, l'argent nécessaire pour leurs ouvrages. Les orfèvres ou autres personnes faisant commerce d'effets d'argent, qui cacheront ou aideront de quelque manière que ce soit à receler les effets de ce métal appartenant à des particuliers, seront punis par une amende du double de la valeur desdits effets, qui seront confisqués; et en cas de récidive, ils ne pourront plus exercer leur profession. Les autres défenses portées contre la fusion des effets ou débris d'effets d'argent, et des monnaies, sont maintenues sous les anciennes peines dans toute leur rigueur.

5. Sont compris dans la présente ordonnance, les objets suivants: 1°. Les effets d'argent sur lesquels sont établis des fidéli-commis, des majorats ou des substitutions; les propriétaires de ces effets auront à se pourvoir, pour en garantir la valeur, devant les autorités compétentes à cet égard; 2°. les effets mis en gage ou en dépôt, dans le cas où ils ne seroient point rachetés ou retirés avant le 15 avril prochain: ils seront livrés alors par les personnes à la tête des établissements ou ils auront été déposés, qui recevront pour le compte des propriétaires une indemnité en billets de banque, suivant le mode fixé dans l'art. 2, à moins que les propriétaires n'aient consenti à accepter des obligations de l'emprunt ci-dessus, aux conditions énoncées dans ledit article; 3°. les effets d'argent mis en gage chez des particuliers; 4°. ceux qui feront partie d'un succession.

6. Sont exceptés de la présente ordonnance les effets d'argent que les ambassadeurs étrangers ont à leur usage; ceux

que des étrangers, qui ne séjourneront pas plus de trois ans dans nos Etats, prouveront avoir apportés du lieu de leur domicile habituel, à la condition qu'ils présenteront, d'ici à 6 semaines, aux bureaux, un inventaire en règle de ces effets, et qu'on leur délivrera un certificat d'exemption valable pour un an, qui les autorisera à emporter leurs effets d'argent dans l'étranger.

7. Comme il s'agit ici d'une mesure indispensable pour le bien général de l'Etat, nous décrétons, contre l'infraction de la présente ordonnance, outre la peine de confiscation des effets d'argent ou de leur valeur, une nouvelle amende égale à la valeur desdits objets.

8. Les effets d'argent faisant partie des successions, et qui doivent être livrés, seront soumis à la confiscation, dans le cas où ils n'auroient point la marque d'exemption prescrite par l'art. 4.

9. Nous voulons bien permettre que les particuliers qui auroient soustrait leurs effets d'argent au droit de marque, aient en les livrant les mêmes avantages que les autres, d'après l'art. 3; mais dans le cas où ils persisteroient à les cacher, ils seront soumis à une amende du double de leur valeur, outre les peines portées contre l'omission de la marque.

10. Les valeurs résultant des amendes portées contre l'infraction de la présente ordonnance, seront divisées en trois parts égales, dont la première sera adjugée aux personnes qui dénonceront les effets non livrés, la seconde à celles qui les saisiront, la troisième aux établissements formés dans chaque province pour le soulagement des pauvres.

Donné dans notre résidence de Vienne, le 19 décembre de l'an 1809; de notre règne, le 18<sup>e</sup>.

Signé FRANÇOIS.

#### GRAND-DUCHÉ DE BERG.

Dusseldorf, 28 décembre.

Des lettres récentes du Bas-Rhin nous apprennent que la ligne des douanes françaises vient d'y être définitivement organisée, et que les autorités locales ont reçu les ordres les plus précis de contribuer à son maintien, ainsi que de prêter main-forte aux préposés lorsqu'elles en seront requises, pour réprimer la fraude. La ligne se dirige maintenant par les endroits suivants: Rees, Bocholt, Sudlohn, Stadlohn, Ahaus, Nienburg, Withringen, Manhard, Rhéine, Reken, Hopsten, Neuenkirchen, Veerden, Diepholz jusqu'à Bremen. Il est aussi arrivé un lieutenant et six préposés à Osnabruck. Leur premier soin a été de prendre possession de la douane royale. On ne connoît pas encore leurs instructions, mais l'ordre a été donné de ne laisser entrer ni sortir de la ville aucune marchandise soumise à la prohibition.

#### ROYAUME DE NAPLES.

Naples, 24 décembre.

Le corps du ministre Salicetti a été ouvert aujourd'hui en présence d'un grand nombre de personnes. Les gens de l'art ont reconnu que M. Salicetti étoit mort d'une maladie au foie, dont il étoit attaqué depuis long-temps. Le roi étant absent, le conseil des ministres s'est assemblé ce matin et a confié provisoirement le portefeuille du ministère de la police à M. Daure, ministre de la guerre.

#### CORPS LEGISLATIF.

(Présidence de M. le comte DE FONTANES.)

Séance du 4 janvier.

On introduit MM. les conseiller d'Etat Defermon

Vaillant tenoit-il ce manuscrit? C'est ce que Bowyer ne dit pas; mais quand même ce seroit de l'abbé d'Olivet, pourroit-on le nommer *éditeur*, parce qu'il auroit envoyé à Londres, sans notes ni préface, un manuscrit qu'il n'osoit faire imprimer en France?

Après avoir indiqué l'édition de Marinus, 8°, Londres, 1703, M. Brunet place en note celle de Hambourg, 4°, 1700. Il falloit précisément faire le contraire; mettre dans le texte l'édition de Hambourg, qui est originale; et dans la note, celle de Londres, qui n'est qu'une réimpression.

L'édition de J. J. Rousseau, donnée par M. Didot en 1801, à cela de particulier, que les Confessions sont imprimées sur le manuscrit autographe déposé aux archives nationales. Il étoit nécessaire d'en faire l'observation; car ce manuscrit contient des additions fort singulières. Les Confessions que M. Didot a récemment stéréotypées sont la copie de cette édition de 1801.

La description des bas-reliefs de Rome a été interrompue par la mort du savant Zoëga. Ce bel ouvrage, dont les explications sont si crues et le style si mauvais, ne sera probablement pas continué. Selon M. Brunet, il n'a paru que le premier volume et la première livraison du second. C'est une petite erreur; il y a au moins cinq livraisons du second volume: je les ai vues.

Dickinson a fait, sous le titre de *Delphi Phœnicisantes*, un Traité fort ridicule et fort savant, où il prétend que les Grecs ont pris dans la Bible, et particulièrement dans l'histoire de Josué, leurs récits d'Apollon et de Python, leur trépied, leurs oracles, leurs combats, et le reste. Cette folie ressemble à celle de Cressius, docteur Hollandois, qui a cru et voulu prouver que l'Odyssée étoit l'histoire des Israélites, sous les patriarches; et l'Iliade, le récit de la prise de Jéricho. La dissertation de Dickinson est peu commune, dit M. Brunet. Cette remarque est vraie sans doute de l'édition

d'Oxford qu'il a citée; mais il devoit ajouter que Cressius a réimprimé ce traité dans le premier volume de ses *Opuscula*; recueil qui n'est pas fort rare.

M. Brunet attribue une édition du Traité de Deys d'Halicarnasse de *Strucard Ordois*, à M. Schott qui ne l'a point donnée. C'est sur le Traité de *Arta Historica*, que M. Schott a travaillé.

Selon M. Brunet, il y a une Bible hébraïque publiée en 1753 à Joaze, Simane. Par amour pour l'exactitude, je remarquerai que le titre porte à *Joh. Simonis*. L'éditeur s'appeloit Simonis, et ne latinisoit pas son nom. On a du même philologue *Introductio critica ad Linguam grecam*, et un ouvrage du même genre pour la langue hébraïque: ce sont deux compilations très-instructives, et malheureusement trop peu connues en France, ainsi que tant d'autres bons livres publiés journellement en Allemagne, en Angleterre et en Hollande.

M. Brunet donne ce titre à « Histoire synoptique de la Grèce, » par Basile Euthymius, trad. en grec moderne. On croiroit que Basile est l'auteur du livre; il n'en est que le traducteur. Cette Histoire a été originairement composée en anglais; et c'est sur une version allemande que Basile a fait la sienne. M. Brunet pourra s'en convaincre, s'il veut lire le titre entier dans le *Reperire* de M. Schott (p. 487).

Je ne sais pas trop s'il faut s'en rapporter absolument à M. Brunet, quand il cite une édition des *Supplianes* de Euripide, ex. recensionis XV. H. *Londres Bowyer*, 1775, 8°. Il est très-sûr que la *recension* du texte, et des notes sont l'ouvrage de Markland. Ce fut XV. H., c'est-à-dire William Heberden, qui se chargea de faire imprimer cette tragédie, dont Markland lui avoit abandonné la publication; mais ce n'est pas une raison pour mettre sur le titre *ex. recensionis*. L'édition originale des *Supplianes*, 1763, 4°, ne porte point une

Jaubert et Beranger ; M. Defermont présente au nom du gouvernement le projet de loi sur les finances. Ce projet contient les dispositions suivantes :

#### TITRE I<sup>r</sup>.

*De l'Exercice an 14 1806.*

Art. 1<sup>er</sup>. Les paiemens à faire par le trésor public pour le service de l'exercice an 14-1806, sur le produit des fonds généraux, seront portés jusqu'à la somme de 899 millions 15 mille francs, montant des rentrées effectuées sur les contributions et revenus dudit exercice.

2. Les dépenses qu'il y aurait lieu de payer au-delà de ladite somme de 899 millions 15 mille francs, seront acquittées par la caisse d'amortissement, qui sera remboursée de ses avances en inscriptions au grand-livre, à prendre sur le crédit général ouvert pour la dette publique, par le titre VI de la présente loi.

3 La somme de deux millions restant à rentrer sur l'exercice 1806 au 1<sup>er</sup> janvier 1810, sera portée en recette au budget de l'exercice de 1808.

#### TITRE II.

*De l'Exercice de 1807.*

4. Les paiemens à faire par le trésor public pour le service de l'exercice 1807, sur le produit des fonds généraux, seront portés jusqu'à la somme de 735 millions 880 mille fr., montant des rentrées affectées sur les contributions et revenus dudit exercice.

5. Les dépenses qu'il y aurait lieu de payer au-delà de ladite somme de 735 millions 880,000 fr., seront acquittées de la manière prescrite par l'art. 2 de la présente loi.

6. La somme de 2,500,000 fr., restant à rentrer au 1<sup>er</sup> janvier 1810 sur l'exercice 1807, sera portée en recette au budget de 1808.

#### TITRE III.

*Dispositions communes aux Exercices 1806 et 1807.*

7. Au moyen des dispositions ci-dessus, les exercices 1806 et 1807 cesseront de figurer dans les comptes annuels du trésor public.

#### TITRE IV.

8. Il est ouvert un crédit de 50,000,000 en domaines, pour compenser la diminution du produit des domaines en 1808, et porter les recettes de cet exercice à 740,000,000 affectés à ces dépenses.

#### TITRE V.

*Budget de 1809.*

9. La somme de 150,000,000 sur les recettes de 1809, faisant, avec celle de 600,000,000 portée à titre de crédit provisoire sur les mêmes produits en l'article 10 de la loi du 25 novembre 1808, la somme totale de 750,000,000, est affectée au paiement, d'abord de la dette publique, et ensuite des dépenses générales du service.

#### TITRE VI.

*De la dette publique.*

10. Les rentes perpétuelles du ci-devant Piémont, comprises au budget de 1809 pour la somme de 1 million 90 mille francs ; et celles de la ci-devant Ligurie, com-

prises au même budget pour 727 mille francs, seront pour moitié consolidées sur le grand-livre de France. L'autre moitié sera remboursée en recriptions admissibles en paiement de domaines nationaux situés dans les départemens au-delà des Alpes. La première moitié pourra aussi être employée au paiement desdits domaines, lorsque les créanciers le demanderont.

11. Néanmoins, l'intérêt desdites rentes continuera à être payé comme à l'ordinaire par le trésor public, jusqu'au 1<sup>er</sup> juillet 1810.

12. Le conseil-général de liquidation de la dette publique est supprimé à partir du 1<sup>er</sup> juillet 1810: Les liquidations qui restent à faire seront entièrement terminées dans ce délai, conformément aux dispositions des décrets des 25 février 1808 et 13 décembre 1809.

13. Le crédit en rentes accordé par l'article XII de la loi du 24 avril 1806 est augmenté de 4 millions pour l'inscription des liquidations restant à faire, et des dernières créances des exercices antécédens.

#### TITRE VII.

*Fixation des Contributions de 1810.*

14. La contribution foncière, les contributions personnelle et mobilière, celle sur les portes et fenêtres et les patentes, seront perçues en principal, pour l'année 1810, sur le même pied qu'en 1809, tant pour les trois départemens de la Toscane que pour les trois vicaireries de Pontremoli, Bagnone et Fivizzano, réunis au département de l'Appennin, et pour les communes de Casses et de Castheim, ainsi que pour celle de Lomel, réunies, les deux premières au département du Mont-Tonnerre, et la troisième à celui de la Meuse-Inférieure.

15. Il sera imposé en 1810, tant pour les dépenses fixes que pour les dépenses variables, administratives et judiciaires, le nombre de centimes déterminé par les tableaux annexés à la présente loi ; et en outre, un trentième du principal de la contribution foncière seulement, comme fonds spécial pour les frais de confection des parcelles pour le cadastre.

16. Les centimes additionnels imposés en 1809, d'après l'autorisation de l'article 68 de la loi de 1806 sur les finances, et ceux autorisés par des lois spéciales, seront perçus pour 1810.

17. Les contributions indirectes perçues en 1809, seront prorogées pour 1810.

#### TITRE VIII.

*Crédit provisoire pour 1810.*

18. La somme de 710,000,000 est affectée, à titre de crédit provisoire, au service de 1810.

La discussion de ce projet aura lieu le 15 janvier : il est renvoyé à l'examen de la commission des finances.

Séance demain pour la présentation d'un projet de loi.

*Cours de la Bourse du 4 janvier 1810.*

Cinq p. o/o c. j. du 22 sept. 1809. 79f 55c 40c 45c 50c 79f 40c.

Dem. jouis. du 22 mars 1810.

Act. de la Banque de France. Jouis. du 1<sup>er</sup> juillet, 1227f 50c 1228f 1228f 75c 1228f 1250f.

pareille note; et j'ai quelque peine à croire qu'on l'ait mise à cette réimpression de 1775, faite *in octavo* pour l'école d'Eton. J'ai aussi quelques doutes sur le nom de l'imprimeur: dans les Anecdotes de Bowyer, je ne trouve, sous la date de 1775, aucune édition d'Euclide. L'inspection du volume suffit pour résoudre ces petites difficultés. J'ajouterai que les lettres V. H., qui doivent s'expliquer par V. Heberden, dans la préface des Supplément, signifient William Hall dans la dédicace de la dissertation de Markland sur la cinquième déclinaison des Grecs. J'ajoute encore que le docteur V. Heberden a été l'éditeur de la seconde Dissertation de Middleton sur la condition servile des médecins anciens. Je ne sais rien de V. Hall, sinon qu'il est mort en 1766, et que c'est à lui qu'est adressée l'Ode d'Akenside, qui commence par ce vers:

*Attend to Chauliis's wa ton lyre:*

« Ecoute le luth enjoué de Chaulien, etc. »

Au sujet de Horus Apollo, je remarquerai que la traduction française de Requier qui est de 1779, comme ledit M. Brunet, se trouve aussi avec un nouveau titre sous la date de 1782. L'édition est la même: c'est là ce que les libraires appellent *rafraîchir un titre*. — Me permettra-t-on une autre remarque? J'ai vu par les préfaces de Requier, et de Pauw, que l'on veut ôter à Mercier la possession de la version latine publiée sous son nom; on l'attribue à Trebatius, ou à Phastianus. Je ne connois pas du tout ce Phastianus, et je n'en puis rien dire; mais j'ai Trebatius de la rare édition de Paris, 1521, et je puis affirmer que sa traduction est totalement différente de celle de Mercier.

M. Brunet recommande l'édition d'Apollinaris Sidonius par le P. Savaron. Il a bien raison; le livre est excellent; mais Savaron n'étoit pas moine. On voit par les titres qu'il prend au frontispice

de ses ouvrages, qu'il occupa plusieurs places dans la haute magistrature.

Il existe une édition très-rare des Lettres de Pline, faite à Trévise en 1483. Dom Iron en parle dans ses *Aménités de la Critique* (tom. II, pag. 248): il l'avoit vue. Ce précieux volume a échappé aux recherches de notre savant bibliographe.

La première édition des Lettres Portugaises est de 1669, comme le dit M. Brunet. Mais il indique deux volumes, elle n'en a qu'un. Tout le monde sait aujourd'hui que ces Lettres, remplies de naturel et de passion, furent écrites à M. de Chamilly par une religieuse portugaise, et que la traduction est de Guilleragues, ou de Sabigny. Mais les bibliographes n'ont pas encore découvert le nom de la religieuse. Je puis le leur apprendre. Sur mon exemplaire de l'édition de 1669, il y a cette note d'une écriture qui m'est inconnue: « La religieuse qui a écrit ces lettres se nommoit Mariane Alcaforada, religieuse à Béja, entre l'Estramadure et l'Andalousie. Le cavalier à qui ces lettres furent écrites étoit le comte de Chamilly, dit alors le comte de Saint-Léger. » Récemment, une édition prématurée nous a révélé les foiblesses d'une femme que beaucoup d'entre nous ont pu voir, connoître, estimer. Personne n'a blâmé plus que moi cet oubli de toutes les convenances. Mais cent quarante ans écoulés depuis que les Lettres Portugaises furent écrites, rendent mon indiscrétion fort excusable. Une si vieille histoire n'offre plus d'aliment à la médisance, ni à la malignité.

*Lettres d'Arcis-sur-Aube, ou Réponse de madame de . . . au Champenois. In-8°. Prix: 1 fr. 25 c., et 1 fr. 50 c. par la poste. A Paris, chez Fr. Buisson, Libraire, rue Gillet-Cœur, n° 10; Et chez le Normant, rue des Prêtres S. Germain-l'Auxerrois, n° 17.*

**ANEXO 3 – ALCOFORADO, Mariana. Cartas de Amor.** Tradução e apresentação Marilene Felinto. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

### **Primeira Carta**

“Pense no quanto você não conseguiu prever o que aconteceria, meu amor. Quanta infelicidade! Fomos traídos por falsas esperanças. A paixão em que você depositava tantos planos de alegria não lhe causa hoje senão extrema angústia, só comparável à própria crueldade da ausência que ela mesma provoca.

Será que essa ausência – à qual minha dor, por mais complexa que seja, não consegue dar um nome amargo o suficiente –, será que me privará para sempre de olhar nesses olhos em que eu via tanto amor, que me moviam, que me enchiam de alegria, que me valiam por todas as coisas e que, enfim, me bastavam?

Eis que os meus é que foram privados da única luz que os animava. Não lhes resta senão as lágrimas. E eu não os tenho empregado em nenhum outro objetivo que o deste choro ininterrupto – depois de compreender que você se decidiu por um afastamento tão insuportável para mim que me fará morrer em pouco tempo.

Mas parece que eu tenho uma fixação qualquer até mesmo por essa infelicidade de que você é a única causa. Assim que o vi, entreguei-lhe minha vida; e sinto mesmo algum prazer em sacrificá-la por você.

Mil vezes ao dia envio na sua direção os meus suspiros; eles procuram você por todos os lugares e, como recompensa para tanta ansiedade, não me trazem senão a mais franca advertência da minha má sorte – ela que é cruel o bastante para não tolerar que eu me iluda, e que me diz a todo momento: pare, Mariana, sua louca, pare de se consumir em vão, de procurar por um amante que você não verá nunca mais, que atravessou os mares para fugir de você, que está na França mergulhado em prazeres, que não pensa um único instante nessas suas dores, e que, ingrato, dispensa todo esse seu delírio.

Mas não, não posso chegar ao ponto de julgá-lo tão ofensivamente, e estou mais interessada em justificar você: absolutamente não consigo imaginar que você me esqueceu. Já não estou infeliz o suficiente para me deixar atormentar por falsas suspeitas? E por que devo me esforçar para esquecer todo o cuidado com que você me declarou seu amor?

Fiquei tão seduzida por sua delicadeza que seria ingrata se não amasse você com o mesmo ímpeto a que minha paixão me conduzia enquanto eu gozava do testemunho da sua. Como é possível que lembranças de momentos tão agradáveis tenham se tornado tão cruéis? E – como que contra a natureza – não sirvam senão para tyrannizar meu coração?

Eis que sua última carta reduziu-o a um estranho estado: ele palpitava tão exaltado que parecia se esforçar para se separar de mim e ir ao seu encontro. Fiquei tão abalada por todas essas emoções violentas que perdi os sentidos por mais de três horas. Era o modo de eu me proteger, de não ter que voltar a uma vida que devo perder por você, já que não posso mais conservá-la para você.

No final, voltei a mim, ainda sem querer, eu que já me vangloriava de sentir que morria de amor. Aliás eu gostava da idéia de já não precisar ver meu coração dilacerado pela saudade.

Depois desse desmaio, tive várias diferentes indisposições – mas como poderia eu não adoecer se não o verei mais? Suporto esses males, no entanto, sem me queixar, pois eles vêm de você. Será essa a recompensa que me dá por eu ter amado você com tanta ternura?

Mas não importa. Estou decidida a adorar você por toda a minha vida, e a não ver qualquer outra pessoa. Tenho certeza de que seria melhor se também você não amasse mais ninguém. Será que você se contentaria com uma paixão menos ardente do que a minha? Talvez você encontre mais beleza (embora tenha dito que sou bonita). Mas não encontrará jamais tanto amor. E todo o resto não é nada.

Não preencha mais suas cartas com coisas inúteis, nem me diga mais para eu me lembrar de você. Não consigo esquecê-lo. E não me esqueço também de que você me fez esperar; de que viria passar algum tempo comigo. Ah! Por que não vem passar toda a sua vida?

Se me fosse possível sair dessa clausura infeliz, eu não ficaria esperando aqui em Portugal pelo resultado de suas promessas – sem medir distância, iria procurar você, acompanhar e amar você por todo o mundo. Não ousou ter a ilusão de que isso possa acontecer, nem quero, de modo algum, alimentar uma esperança que certamente me proporcionaria prazer – porque só quero mesmo sentir a minha dor.

Mas confesso que surpreendi em mim uma onda de alegria quando meu irmão permitiu que eu escrevesse a você, e que isso conteve por algum instante a angústia em que me encontro. Imploro que me diga por que insistiu em me seduzir daquela forma, se já sabia que teria de me abandonar. Por que tanta obstinação em me causar infelicidade? Por que não me deixou em paz na minha clausura? Que mal fiz a você? Mas peço perdão. Não atribuo nada a você. Não tenho condições de pensar em vingança. Acuso unicamente o rigor do meu destino.

Parece-me que, ao nos separar, ele nos fez todo o mal que podíamos temer. Mas não saberá separar nossos corações. O amor – mais poderoso que ele – uniu-os por toda a nossa vida. Se você tem algum interesse na minha, escreva-me muitas vezes. Mereço ao menos que me mantenha informada sobre seus sentimentos, sua vida. Adeus. Não consigo me afastar desse papel que chegará a suas mãos. Quisera eu ter a mesma sorte. Que louca sou! Pois sei muito bem que isso não é possível. Adeus, não aguento mais. Adeus. Que você me ame sempre. E me faça sofrer ainda mais.”

## **Segunda Carta**

“O seu tenente acaba de me dizer que um temporal obrigou vocês a arribar no reino do Algarve. Você deve estar sofrendo muito no mar, e essa preocupação tem me ocupado a tal ponto que já não penso mais no meu próprio sofrimento. Percebeu que até mesmo seu tenente participa mais do que eu de tudo o que lhe acontece? Por que ele é mais informado que eu? E por que você não me escreveu?

É horrível pensar que você não tenha encontrado oportunidade para isso desde que partiu; pior ainda se encontrou e, mesmo assim, não escreveu. São demais essa ingratidão, essa injustiça. Mas eu entraria em desespero se por causa delas acontecesse algum mal a você. Prefiro não ser vingada a que você seja punido.

Resisto a todos os indícios que me queiram convencer de que você não me ama mais. Sinto mais vontade de me entregar cegamente à minha paixão do que às razões que tenho para reclamar do seu descaso.

Eu teria sido poupada de muita agonia se sua atitude, logo nos primeiros dias em que o vi, tivesse sido tão desinteressada quanto me parece agora. Mas quem não se deixaria enganar, como eu, por tanta dedicação, e a quem não pareceria sincera? Como é doloroso ter que desconfiar, depois de tanto tempo, da honestidade daqueles que amamos.

Sei muito bem que você se serve de qualquer desculpa, por menor que seja. Mas mesmo que não tenha o cuidado de comunicá-la a mim, meu amor é tão fiel que eu só me permito julgar você culpado se for para gozar ainda mais do prazer de justificar você. Você que me consumiu com sua insistência, que me inflamou com sua excitação, me fascinou com sua delicadeza e me fez confiar em suas promessas. Minha violenta atração me seduziu. E o que se seguiu a esse começo tão delicado e feliz foram apenas lágrimas, suspiros, e uma morte dolorosa, irremediável.

É verdade que tive sentimentos surpreendentes amando você. Mas eles me custam dores estranhas; e todas as emoções que você me causa são extremas. Se eu tivesse resistido com obstinação a seu amor, se tivesse dado algum motivo de desgosto ou ciúme – para inflamar você ainda mais –, se você tivesse percebido alguma falsa reserva na minha conduta, se eu tivesse aceitado opor minha razão à atração natural que tenho por você (e a qual você logo me fez perceber), ainda que meus esforços fossem sem dúvida inúteis, você podia me punir severamente, e usar de seu poder.

Mas eu o achei atraente antes mesmo de você dizer que me amava. Declarou-me uma grande paixão, fiquei fascinada por ela e me entreguei perdidamente a amar você. Se você não estava cego como eu, por que então permitiu que eu chegasse ao estado em que me encontro? O que você esperava de um impulso que não lhe poderia ser senão muito incômodo? Você sabia muito bem que não ficaria muito tempo em Portugal... Então por que escolher a mim para deixar aqui tão infeliz? Com certeza você teria encontrado nesse país alguma mulher mais bonita, com quem pudesse gozar do mesmo prazer – afinal o que você procurava era mesmo essa vulgaridade; uma mulher que fosse sua amante fiel enquanto estivesse com você, a quem o tempo pudesse consolar dessa sua ausência; e a quem você poderia deixar sem traição nem crueldade.

Seu comportamento é mais próprio de um tirano interessado em perseguir do que de um amante que só deveria pensar em agradar. Por que pressionar tanto assim um coração que é seu? Sei muito bem que é tão fácil para você se deixar levar contra mim quanto eu me deixei levar a seu favor. Eu teria resistido a motivos bem mais fortes do que esses que me obrigaram você a me deixar – sem que precisasse, para tanto, invocar meu amor por você; e sem achar que isso significaria estar fazendo algo de incomum. Todos os motivos iam parecer insuficientes, e nenhum deles jamais conseguiria me tirar de perto de você.

Mas você quis se aproveitar de todos os pretextos que encontrou para voltar à França. Um navio partia... por que não o deixou partir? Sua família tinha escrito... mas você não sabe de toda a perseguição que tenho sofrido por parte da minha? Sua honra obrigava-o a me abandonar... e por acaso eu cuidei da minha? Você era obrigado a servir a seu Rei... mas se tudo

o que dizem dele é verdade, ele absolutamente não estava precisando dos seus serviços, e teria dispensado você.

Como eu seria feliz se tivéssemos passado nossa vida juntos! Mas se foi inevitável que uma ausência cruel nos separasse, devo ao menos estar satisfeita por não ter sido infiel a você, e por não ter desejado, por nada nesse mundo, fazer uma coisa tão perversa.

Conhecendo-me tão profundamente, e a meu carinho mais íntimo, como você foi capaz de me deixar para sempre, e de me expor ao tormento de achar que só se lembra de mim quando é para me sacrificar a uma nova paixão? Sei que estou louca de amor por você; no entanto, absolutamente não me queixo de toda a violência dos impulsos de meu coração; acostumei-me com essa tortura, e já não poderia viver sem esse prazer que vou descobrindo: amar você entre tanta dor.

Mas eu tenho sido constantemente perseguida por uma enorme decepção, pelo ódio e pelo desgosto por todas as coisas. Minha família, meus amigos e este convento são insuportáveis. Odeio tudo o que sou obrigada a ver, e tudo o que faço por necessidade. Tenho essa espécie de ciúme de minha paixão por você, como se todas as minhas atitudes, e todas as minhas obrigações devessem dizer respeito a você. É, tenho escrúpulos de não dedicar todos os momentos da minha vida a você. O que seria de mim sem esse ódio e sem esse amor que afinal me enchem o coração?

Será que vou conseguir sobreviver a isto que me ocupa o tempo todo? Que vou conseguir levar uma vida tranqüila e despreocupada? Esse vazio e essa indiferença não me servem para nada. Todo mundo já percebeu minha completa mudança de humor, de comportamento, de personalidade. Minha mãe falou sobre isso comigo, primeiro com irritação, depois com certa tolerância. Nem sei o que lhe respondi, acho que confessei tudo. Até mesmo as freiras mais severas têm pena do estado em que me encontro, e que desperta nelas alguma consideração, e algum cuidado para comigo. Todo mundo se deixa comover pelo meu amor, enquanto você se mantém nessa profunda indiferença, me escrevendo cartas frias, repetitivas, com metade do papel em branco, atitude indelicada de quem parece estar morrendo de vontade de terminá-las.

Dona Brites insistiu, esses últimos dias, para que eu saísse do meu quarto. Acreditando me divertir, ela me levou para passear na varanda, de onde se avista Mértola. Aceitei acompanhá-la, mas logo fui ferida por uma lembrança cruel, que me fez chorar o resto do dia. Ela me levou de volta, e eu me atirei na cama, pensando em como tenho pouca esperança de me curar um dia. Tudo o que se faz para me confortar piora meu sofrimento, e acabo vendo os próprios remédios como motivos de mais aflição.

Muitas vezes vi você passar dali, com aquele seu jeito que me encantava; e foi naquela mesma varanda que eu estava no dia fatal em que comecei a sentir os primeiros sinais da minha paixão infeliz. Tive a impressão de que você queria me agradar, embora não me conhecesse. Convenci-me de que você tinha me notado entre todas as outras que estavam comigo. Achei que, quando você parava, era como se gostasse de saber que eu o observava, e que admirava a graça e a destreza com que você conduzia o cavalo; e fiquei surpresa com o medo que tive quando você precisava fazê-lo atravessar uma passagem difícil. Enfim, eu estava secretamente interessada em todos os seus movimentos, senti que você não me era, de modo nenhum,

indiferente, e tomei para mim tudo o que você fazia.

Você sabe muito bem o que aconteceu depois desse começo. Embora eu não tenha motivos para poupá-lo, não devo escrever sobre isso, para que você não se sinta ainda mais culpado, se é possível, do que já é; e para que não precise me censurar pelos esforços inúteis que o obrigassem a ser fiel a mim. Você nunca será. Como posso esperar de minhas cartas e queixas o que nem mesmo meu amor e minha total entrega conseguiram dessa sua ingratidão?

Não tenho dúvida de minha infelicidade; sua atitude injusta não me deixa motivo para duvidar, e devo esperar pelo pior mesmo, já que você me abandonou. Será que somente a mim você seduz? Ou será que outros olhos também acham você atraente? Creio que não ficarei de modo algum aborrecida se os sentimentos das outras justificarem os meus; gostaria que todas as mulheres da França achassem você atraente, mas que nenhuma amasse ou satisfizesse você. Essa idéia é ridícula e impossível – mas já tive provas de que você não é capaz de grande dedicação, e certamente não vai precisar de nenhuma ajuda para me esquecer, nem mesmo de uma nova paixão para levá-lo a isso. Talvez eu até preferisse que você tivesse um pretexto razoável. Eu ficaria ainda mais infeliz, é verdade, mas pelo menos você não seria tão culpado.

Vejo que você ficará na França sem grandes prazeres, e com inteira liberdade. O cansaço de uma longa viagem, alguma conveniência e o medo de não corresponder a meu amor é que devem retê-lo aí. Mas não precisa ter medo por mim! A mim me basta ver você de tempos em tempos, e apenas saber que estamos então no mesmo lugar. Mas talvez eu esteja me iludindo; talvez você se deixe cativar muito mais pela frieza e pela austeridade de uma outra mulher do que por meu carinho. Será possível que a indelicadeza seduza você? Mas antes que você se envolva numa grande paixão, pense bem na dimensão do meu sofrimento, na incerteza de meus projetos, na contradição de meus sentimentos, na extravagância de minhas cartas, na minha confiança, no meu desespero, no meu desejo e no meu ciúme. Você vai se sentir tão infeliz! Imploro que você tire algum proveito do estado em que me encontro, e que pelo menos não seja em vão isso que sofro por você.

Há cinco ou seis meses você me fez uma delicada confidência: disse, com toda a sinceridade, que tinha amado uma mulher no seu país. Se é ela que impede você de voltar, mande dizer, sem escrúpulos, para que eu pare de me mortificar aqui. Algum resto de esperança ainda me anima; mas, se não puder alimentá-la, prefiro perdê-la de vez, e perder a mim mesma. Mande-me um retrato e algumas cartas dela, e me conte tudo o que ela diz a você. Quem sabe não vou encontrar nisso razões para me consolar ou para me afligir ainda mais.

Não posso ficar por muito mais tempo no estado em que me encontro; qualquer mudança me fará bem. Gostaria também de ter o retrato de seu irmão e de sua cunhada. Tudo o que, de qualquer forma, se relaciona a você me sensibiliza. Serei inteiramente dedicada a tudo o que diz respeito a você. Não me resta nenhuma disposição quanto a mim mesma. Há momentos em que acho que eu seria capaz de tal submissão a ponto de concordar em servir à mulher que ame você. O desprezo e a dureza com que você me trata me humilham de tal modo que eu sequer ousou pensar em sentir ciúmes, com medo de desagradar você; e sinto mesmo toda a culpa do mundo por acusá-lo. Muitas vezes também tenho a convicção de que não devia manifestar de modo tão arrebatador um sentimento que você desaprova.

Faz tempo que um oficial está esperando por essa carta lá fora. Tentei escrever de forma

a não aborrecer você, mas a carta ficou tão extravagante que é melhor terminá-la. Mas como é difícil conseguir! Quando lhe escrevo, parece que estou falando com você, e que você está um pouco mais presente. A próxima carta não será nem tão longa nem tão intempestiva – você vai poder abrir e ler com essa certeza que lhe dou agora. Na verdade, não devo falar de uma paixão que incomoda você, e não falarei mais.

Dentro de poucos dias, vai fazer um ano que me entreguei a você sem reservas. Sua paixão me pareceu tão ardente e tão sincera que jamais pensei que minha demonstração de amor fosse incomodar você a ponto de obrigá-lo a percorrer quinhentas léguas, expondo-se a naufrágios, para se afastar de mim. Ninguém nunca me tratou assim. Você devia se lembrar do meu pudor, de minha confusão e de meu desatino; mas você não se lembra de nada que o tenha levado a me amar contra sua vontade.

O oficial que vai levar essa carta avisou-me pela quarta vez que precisa partir. Como ele tem pressa! Com certeza deve estar abandonando alguma infeliz aqui neste país. Adeus. Sofro mais por terminar essa carta do que você sofreu para me deixar, talvez para sempre. Adeus. Não ousou chamar você de mil nomes carinhosos, nem a me entregar completamente a tudo o que estou sentindo. Amo você mil vezes mais que a minha própria vida, e mil vezes mais do que posso imaginar. Como eu desejo você! Mas como você é cruel comigo! Você nunca me escreve; não posso deixar de dizer isso ainda. Estou recomeçando, e o oficial vai partir. Que parta. Não importa. Escrevo mais para mim do que para você; procuro apenas me aliviar.

O comprimento dessa carta vai assustá-lo: você não vai ler. O que fiz para ser tão infeliz? Por que você envenenou minha vida? Por que não nasci em outro país? Adeus. Me desculpe. Já não me atrevo a pedir que você me ame. Está vendo a que meu destino me reduziu? Adeus.”

### **Terceira Carta**

“O que vai ser de mim? O que você quer que eu faça? Estou tão longe de tudo o que imaginei. Esperava que você me escrevesse de todos os lugares por onde passasse, que suas cartas fossem bem longas, que você alimentasse meu amor com a esperança de que eu fosse rever você; que a inteira confiança na sua fidelidade me trouxesse algum conforto, e que, apesar de tudo, eu ficasse num estado razoavelmente suportável, sem tanto sofrimento.

Cheguei mesmo a traçar alguns planos inconsistentes de fazer todo o esforço de que sou capaz para me curar, se eu pudesse saber com certeza que você me esqueceu para sempre. Sua ausência, alguns impulsos de dedicação, o medo de arruinar de vez o que me resta de saúde – por tantas noites em claro e por tanta aflição –, a incerteza quanto a seu retorno, a frieza de seus sentimentos e de sua despedida, sua partida fundada em falsos pretextos, e mil outras razões, que são tão boas quanto inúteis, pareciam prometer-me ajuda suficiente, se eu viesse a precisar. Não tendo, enfim, a quem combater senão a mim mesma, eu não podia jamais calcular toda essa minha fraqueza, nem imaginar tudo o que hoje sofro.

Ah, como é lamentável não partilhar com você meu sofrimento, e sentir sozinha tanta infelicidade! Esse pensamento me mata, e eu morro de medo de imaginar que você nunca tenha sentido com igual intensidade nosso amor. É, hoje eu sei da falsidade de suas intenções; você me enganou toda vez que me disse que se sentia maravilhado quando estava a sós comigo. Devo

somente à minha existência seus cuidados e seu êxtase. Propositalmente você traçou um plano para me enlouquecer; você nunca considerou minha paixão senão como uma vitória, e seu coração nunca foi profundamente tocado por ela. Será você tão perverso e indelicado a ponto de que tenha sido esse o único proveito que soube tirar de meus sentimentos? E como é possível que com tanto amor eu não tenha conseguido fazer você realmente feliz?

Lamento – só por amor a você – a felicidade infinita que você perdeu. Será possível que você não tenha desejado desfrutar dela? Se você imaginasse o que é essa felicidade, sem dúvida descobriria que é mais delicada do que a que você sentiu por me seduzir; e compreenderia que é bem melhor e mais emocionante amar violentamente do que ser amado.

Já não sei quem sou nem o que faço ou o que desejo. Estou despedaçada por mil sentimentos contraditórios. Pode-se imaginar um estado mais deplorável? Eu amo você tão perdidamente, e poupo tanto você a ponto de não ousar sequer desejar que você seja perturbado por uma obsessão igual a essa. Eu me mataria, ou morreria de desespero se soubesse que você nunca mais teria descanso, que sua vida é somente conflito e aflição, que você não pára de chorar, e que tudo lhe é repulsivo.

Se não consigo suportar meu próprio sofrimento, como poderei agüentar a dor que o seu vai me causar, já que serei mil vezes mais sensível a ele? Mesmo assim não consigo desejar que você pare de pensar em mim. E, falando sinceramente, tenho profundo ciúme de tudo o que, aí na França, lhe dá prazer e alegria, e emociona seu coração.

Não sei por que lhe escrevo. Percebo muito bem que você não tem senão pena de mim; e eu absolutamente não quero sua piedade. Tenho raiva de mim mesma quando penso em tudo aquilo que sacrifiquei por você. Perdi minha reputação, sujeitei-me ao ódio de meus parentes, à severidade das leis deste país contra as religiosas, e à sua ingratidão – que me parece o maior de todos os males. Por outro lado, sei que meus remorsos não são verdadeiros; que eu queria, do fundo do meu coração, ter corrido os maiores riscos por amor a você. Sinto na verdade um prazer mórbido por ter arriscado minha vida e honra por você. Não devia colocar à sua disposição tudo o que tenho de mais precioso? E não devo estar satisfeita por ter feito o que fiz? O que não me satisfaz mesmo é meu sofrimento e a loucura desse amor; muito embora eu não possa me iludir de que estou satisfeita com você.

Contraditória que sou, vivo fazendo tanto para conservar minha vida quanto para perdê-la. Eu morro de vergonha. Meu desespero estará só nas minhas cartas? Afinal, se eu amasse você tanto quanto já disse mil vezes, já não estaria morta há muito tempo? Enganei você. Você é que devia se queixar de mim. Por que não se queixa? Vi você partir, mas não tenho esperança de vê-lo voltar; mesmo assim, continuo a respirar. Traí você, e peço perdão por isso. Mas não me perdoe. Seja duro comigo. Você não acha que meus sentimentos são muito exagerados? Você promete que vai ser mais exigente? Promete me mandar dizer que quer que eu morra de amor por você? Imploro que me ajude a superar a fraqueza típica do meu sexo, que me impede de acabar com esse conflito num golpe de desespero. Um fim trágico obrigaria você, sem dúvida, a pensar mais em mim; eu seria uma lembrança querida para você, e quem sabe você não seria profundamente tocado por uma morte extraordinária. Isso não é melhor do que o estado a que você me reduziu?

Adeus. Eu queria jamais ter conhecido você. Mas não! Eu sinto a grande mentira que é

esse meu desejo. E sei, no momento em que lhe escrevo, que prefiro a infelicidade de amar você do que a idéia de nunca ter conhecido você. Aceito minha má sorte, portanto, sem reclamar, já que você não quis torná-la melhor. Adeus. Prometa que vai sentir saudade de mim se eu morrer de tristeza; e que pelo menos a loucura de minha paixão possa causar em você desgosto e indiferença por todas as coisas. Esse consolo me basta. E se for preciso abandonar você para sempre, prefiro não deixar você para nenhuma outra.

Será que você seria cruel o suficiente para usar meu desespero no intuito de se mostrar ainda mais atraente, gabando-se de ter provocado a maior paixão do mundo? Adeus mais uma vez. Escrevo cartas muito longas, não tenho consideração por você. Peço que me perdoe. E ouse esperar que você tenha alguma indulgência por uma pobre insensata que – como você sabe – não era assim antes de amar você.

Adeus. Reconheço que falo demais do estado insuportável em que me encontro: mas agradeço a você, do fundo do meu coração, o desespero que você me causa; detesto a tranqüilidade em que eu vivia antes de conhecer você. Adeus. Meu amor aumenta a cada momento. Quanta coisa ainda tenho para dizer!”

#### **Quarta Carta**

“Acho que acabo causando um mal enorme aos meus sentimentos quando me esforço para explicá-los a você numa carta. Como eu ficaria feliz se você pudesse compreendê-los pela intensidade dos seus! Mas não devo confiar em você, nem posso deixar de dizer – ainda que sem a violência com que sinto – que você não devia me maltratar desse jeito, com um desprezo que me leva ao desespero, e que chega a ser vergonhoso para você. É justo que você suporte pelo menos as queixas dessa infelicidade que prevê quando você decidiu me deixar.

Sei muito bem que me enganei ao pensar que sua atitude era mais bem-intencionada do que de costume; afinal, meu amor extremado parecia colocar-me acima de quaisquer suspeitas, e merecer mais fidelidade do que é normal encontrar. Mas a sua disposição de me trair venceu enfim a justiça que você devia a tudo o que fiz por você. Minha infelicidade não acabaria se eu soubesse que você me ama somente porque eu amo você – eu que queria dever tudo unicamente ao seu desejo natural por mim. Mas essa possibilidade é tão remota que já estou há seis meses sem receber uma carta sua.

Atribuo toda essa infelicidade à cegueira com que me deixei unir a você. Não devia eu ter previsto que meu prazer terminaria mais depressa que meu amor? Como eu podia esperar que você ficasse em Portugal pelo resto de sua vida, que renunciasse a seu futuro e a seu país para pensar somente em mim? Não há alívio possível para meu sofrimento, e a lembrança daquele prazer me enche de desespero. Será que todo o meu desejo foi inútil, então, e que jamais verei você de novo em meu quarto, cheio do ardor e do êxtase que me mostrava? Meu Deus, como me iludi!

Sei que todas as emoções que ocupavam minha cabeça e meu coração só despertavam em você no momento de certos prazeres; e que, como eles, logo desapareciam. Durante aqueles momentos tão felizes, eu devia ter apelado à razão e moderado o fatal exagero da delícia do prazer, e me prevenido contra tudo que hoje sofro. Mas eu me entregava tão inteiramente a você

que não tinha condição de pensar em nada que fosse destruir minha alegria e me impedir de gozar plenamente o testemunho ardente de sua paixão. Sentir que eu estava com você era tão maravilhoso que eu não tinha como imaginar que um dia você estaria longe de mim.

Eu me lembro, porém, de ter dito algumas vezes que você me faria infeliz; mas esse medo logo se dissipava, e eu tinha prazer em sacrificá-lo e me render à graça e à falsidade de seus protestos. Vejo qual é o remédio para todos os meus problemas, e logo ficaria livre deles se não amasse mais você. Mas que remédio nada! Prefiro sofrer mais ainda do que esquecer você. Será que isso depende de mim? Não posso me repreender por querer, durante um único momento, deixar de amar você. Sua situação é mais lamentável do que a minha; é melhor sofrer tudo o que sofro do que gozar dos prazeres insípidos que suas amantes lhe proporcionam aí na França. Não invejo sua indiferença, e você me dá pena. Desafio você a me esquecer para sempre. Orgulho-me de tê-lo conduzido a um estado tal que somente comigo você experimente o prazer perfeito; e sou mais feliz do que você, porque tenho mais ocupações.

Há pouco tempo fui nomeada porteira desse convento. Todos os que falam comigo acham que sou louca. Não sei o que responder a eles. E acho que as freiras são tão insensatas quanto eu ao me julgarem capaz de algum encargo. Como invejo a sorte de Emanuel e Francisco!<sup>53</sup> Por que não estou sempre a seu lado como eles? Eu teria acompanhado você e servido você melhor que eles, com certeza. A coisa que mais desejo no mundo é ver você. Pelo menos você se lembra de mim? Essa simples lembrança já me contenta, embora não ouse ter certeza disso. Quando eu via você todos os dias, não limitava minhas esperanças à lembrança que você tinha de mim; mas você me ensinou a me submeter a todos os seus desejos. Apesar disso, não me arrependo de ter adorado você, e acho maravilhoso que você tenha me seduzido.

Sua ausência cruel, e talvez definitiva, não diminui em nada o êxtase do meu amor. Quero que o mundo inteiro saiba dele, não faço segredo, e me sinto feliz por ter feito tudo o que fiz por você, ainda que contra todo tipo de decência. E já que cheguei a esse ponto, que minha honra e minha religião só me sirvam para amar você perdidamente por toda a minha vida. Não estou dizendo tudo isso para obrigar você a me escrever. Não se incomode. Nada quero de você que não seja espontâneo, e recuso todas as provas de amor que sejam forçadas. Terei prazer em perdoá-lo se for confortável para você não me escrever. Sinto profunda disposição de perdoar todas as suas faltas para comigo.

Um oficial francês teve a caridade de me falar de você durante três horas essa manhã. Ele me disse que a França já está em paz. Se é assim, você não poderia vir me ver e me levar para a França? Mas eu não mereço. Faça o que você quiser. Meu amor não depende mais da maneira como você me trata. Depois que você partiu, eu não tive um único instante de saúde; e não experimentei qualquer outro pazer que o de chamar seu nome mil vezes ao dia. Algumas freiras, que sabem do estado deplorável em que você me afundou, falam-me de você muitas vezes. Saio o mínimo possível desse quarto onde você veio tantas vezes, e passo o tempo todo olhando para o seu retrato, que me é mil vezes mais querido que minha própria vida. É um prazer olhar para ele, mas também me faz sofrer quando penso que talvez nunca mais eu veja você. Como é possível que eu nunca mais vá ver você? Será que você me abandonou para

---

<sup>53</sup> Dois criados portugueses (nota da edição original).

sempre? Estou desesperada. Sua pobre Mariana já não agüenta mais, vai desmaiar ao terminar essa carta. Adeus. Adeus, tenha pena de mim.”

### **Quinta Carta**

“Escrevo-lhe pela última vez, e espero que você perceba – pela diferença de termos e de atitude desta carta – que você conseguiu enfim me convencer de que já não me ama, e de que portanto eu não devo mais amá-lo. Enviarei, pois, na primeira oportunidade, tudo o que me resta de seu. Não tema que eu ainda vá lhe escrever. Não colocarei sequer seu nome no pacote. Encarreguei Dona Brites de todos esses detalhes, ela que já estava se acostumando a outro tipo de confidências, tão diferentes disso. As providências dela serão menos suspeitas que as minhas. Ela tomará o cuidado necessário para garantir que você receba o retrato e as pulseiras que me deu.

Mas quero que você saiba que, já faz alguns dias, tenho sentido vontade de queimar e despedaçar essas provas de amor que já me foram tão queridas. Por outro lado, tenho demonstrado tanta fraqueza que você pode não acreditar que eu seja capaz de chegar a esse ponto. Quero sentir ao máximo a angústia de me separar delas, e que isso cause pelo menos alguma irritação em você.

Confesso, para vergonha minha e sua, que me vi mais apegada a essas futilidades do que quero lhe dizer, e que precisei de novo reunir todas as minhas forças para me separar de uma delas em particular, mesmo quando já me gabava de não estar mais tão ligada a você.

Mas, com tantos motivos, chega-se sempre onde se quer. Pus tudo nas mãos de Dona Brites. Quantas lágrimas me custaram essa decisão! Depois de mil impulsos e mil incertezas que você nem imagina, e que não vou lhe explicar, implorei a Dona Brites que não me volte a falar nelas, que nunca mais me entregue nenhuma delas, mesmo que eu peça para vê-las só mais uma vez, e, por fim, para enviá-las sem me avisar.

Não percebi o exagero do meu amor senão quando fiz todos os esforços para me curar dele; e acho que não ousaria tentar se pudesse prever tanta dificuldade, tanta violência. Estou convencida de que teria sido menos angustiante continuar a amá-lo, apesar de sua ingratidão, do que deixá-lo para sempre. Descobri que amava você menos que à minha própria paixão, e senti uma angústia horrível por ter que combatê-la, depois que sua atitude indigna tornou você odioso para mim.

O orgulho comum às mulheres não me ajudou a tomar decisões contra você. Meu Deus! Suportei seu desprezo, e teria suportado seu ódio, e todo o ciúme que seu amor por uma outra mulher despertaria em mim. Pelo menos teria uma paixão qualquer para combater. Mas sua indiferença é insuportável. Seus impertinentes protestos de amizade, e a ridícula civilidade de sua última carta me fizeram ver que você recebeu todas as outras que lhe escrevi, e que, embora tenha lido todas, elas não perturbaram em nada seu coração. Ingrato! Minha loucura ainda é tamanha a ponto de eu ficar desesperada por não poder me iludir achando que elas não chegaram até você, que não lhe foram entregues.

Detesto sua franqueza. Por acaso eu lhe pedi para me dizer a verdade nua e crua? Por que não me deixou com minha paixão? Não precisava ter escrito, eu não estava à procura de

explicações. Já não me basta a infelicidade de não ter conseguido de você o cuidado de não me iludir? Seria necessário também não poder mais lhe perdoar? Fique sabendo que estou convencida de que você não merece meus sentimentos, e que agora conheço toda a sua perversidade.

Mas se tudo o que fiz por você pode merecer alguma consideração de sua parte quando eu lhe pedir algum favor, imploro para que não me escreva mais, e para que me ajude a esquecê-lo completamente. Se você demonstrasse alguma tristeza, por pouca que fosse; ao ler esta carta, talvez eu acreditasse; mas talvez também sua confissão e seu arrependimento me causassem desgosto e raiva, e tudo isso poderia de novo me inflamar.

Por isso, não interfira nos meus atos; sem dúvida você destruiria todos os meus projetos, fosse lá como quisesse interferir neles. Não me interessa o destino dessa carta. Não perturbe o estado de espírito que venho me preparando. Parece que você consegue viver sem culpa pelo mal que me causou, qualquer que tenha sido sua intenção de me magoar. Não me tire dessa incerteza. Espero, com o tempo, transformá-la em alguma tranqüilidade. Prometo não odiar você – desconfio muito de sentimentos violentos para ousar alimentá-los.

Estou certa de que encontraria aqui no meu país um amante melhor e mais fiel. Mas quem poderá me amar? A paixão de outro homem conseguiria me envolver? Por acaso a minha consegui ter algum efeito sobre você? Já não tenho provas de que um coração apaixonado nunca mais esquece quem lhe revelou emoções que ele não conhecia mas de que era capaz? de que todos os seus impulsos estão ligados ao ídolo que criou para si mesmo? de que suas primeiras impressões e suas primeiras feridas não podem ser nem curadas nem apagadas? de que todas as paixões que se oferecem para ajudá-lo, e se esforçam para preenchê-lo e alegrá-lo, prometem-lhe em vão um afeto que ele não encontrará mais? de que todos os prazeres que ele procura, sem nenhuma vontade de encontrar, não servem senão para lhe mostrar que nada lhe é mais caro que a lembrança de seu sofrimento? Por que você me fez conhecer a imperfeição e o desencanto de uma união que não duraria eternamente, e a angústia que resulta de um amor violento que não é correspondido? E por que uma vontade cega e um destino cruel insistem quase sempre em nos ligar àqueles que só por outros se interessam? Mesmo que eu pudesse esperar algum divertimento de um novo namoro, e que encontrasse alguém sincero, sinto tanta pena de mim mesma que teria muito escrúpulo de levar nem que fosse o último homem do mundo ao estado em que você me reduziu. E embora eu não tenha obrigação nenhuma de lhe guardar respeito, não conseguiria me decidir a uma vingança tão cruel contra você, mesmo que, por uma mudança imprevista, isso dependesse de mim.

Procuro nesse momento desculpar você, e sei muito bem que uma freira não deve ser amada; mas acho que, se a razão fosse usada no momento da escolha, devia-se preferi-las às outras mulheres – nada as impede de pensar incessantemente em sua paixão, nem se deixam distrair por mil coisas que dispersam e ocupam as outras. Imagino que não deve ser muito agradável ver aquelas a quem se ama sempre distraídas por futilidades; e é preciso ter bem pouca sensibilidade para suportar, sem irritação, ouvi-las falar o tempo todo de reuniões, enfeites e passeios. Vive-se constantemente exposto a novos cipumes, porque elas não conseguem se livrar de certos olhares, certos favores, certas conversas. Quem pode assegurar que nessas ocasiões elas não experimentem algum prazer, e que apenas aturem os maridos, com

extremo desgosto e má vontade? Como elas vão desconfiar de um amante que não lhes cobre tudo isso, que acredite facilmente, e sem preocupação, em tudo o que disserem, e que as veja, confiante e tranqüilo, sujeitas a todas essas obrigações!

Mas não pretendo provar-lhe, com boas razões, que você devia me amar. Esses são meios muito sórdidos, mas já usei outros bem melhores que não deram resultado. Conheço muito bem o meu destino para tentar mudá-lo. Serei uma infeliz pelo resto da minha vida. Já não era quando via você todos os dias? Morria de medo de que você não fosse fiel; queria ver você a todo instante, mas isso não era possível; ficava preocupada com o perigo que você corria ao entrar nesse convento; mal vivia quando você estava em serviço; me desesperava por não ser mais bonita e mais digna de você; reclamava contra a mediocridade da minha condição; achava sempre que o apego que você parecia ter a mim podia lhe trazer problemas; pensava que não o amava o suficiente; tinha medo do ódio de minha família por voce; enfim, encontrava-me num estado tão lamentável como o em que me encontro agora.

Se você tivesse dado provas de sua paixão depois que saiu de Portugal, eu teria feito todo o esforço para sair daqui; teria até me disfarçado para ir a seu encontro. Meu Deus! O que teria sido de mim se você não se importasse comigo depois que já estivesse na França!? Que horror! Que loucura! Que vergonha enorme para minha família, a quem tanto quero, depois que deixei de amar você!

Como você pode ver, reconheço friamente que eu podia ser ainda mais digna de piedade do que sou. Pelo menos uma vez na vida falo com você de forma ponderada. Como vai lhe agradar minha moderação, e como você ficará satisfeito comigo! Mas não quero saber! Já lhe pedi, e volto a suplicar, para não me escrever mais.

Você já pensou na maneira como vem me tratando? Nunca pensou que me deve mais obrigações do que a qualquer outra pessoa no mundo? Amei você como uma louca, desprezei todo o resto! Seu comportamento não é o de um homem honesto. Seria preciso que você tivesse por mim uma aversão natural para não ter me amado perdidamente. Deixei-me fascinar por qualidades muito medíocres. O que você fez para me agradar? Que sacrifícios fez por mim? Não procurou mil outros prazeres? Por acaso renunciou ao jogo e à caça? Não foi o primeiro a partir em campanha? Não foi o último a voltar? Você se expôs loucamente, por mais que eu tenha lhe pedido que se poupasse por amor a mim. Nunca procurou meios de se estabelecer em Portugal, onde você era querido. Uma carta de seu irmão foi o suficiente para fazê-lo partir, sem qualquer hesitação. Pois eu vim a saber que, durante a viagem, seu humor era o melhor do mundo.

Confesso que sou obrigada a odiar você mortalmente. Fui eu própria que atraí para mim toda a minha infelicidade! Desde o início, e ingenuamente, acostumei você a uma grande paixão, quando é necessário algum artifício para se fazer amar. É preciso procurar com habilidade as formas de agradar: o amor por si só não desperta amor. Como você queria que eu o amasse, e como tinha planejado esse objetivo, fez tudo que pôde para consegui-lo. Teria até se decidido a me amar, se tivesse sido necessário. Mas percebeu que não era necessário amor para obter êxito em seu empreendimento, e que não precisava dele para nada. Que crueldade! Você pensa que pode me enganar assim impunemente? Se por acaso você voltar a este país, juro que o entregarei à vingança de minha família.

Vivi muito tempo num abandono e numa adoração que me horrorizam, e meu remorso me persegue com uma dureza insuportável. Sinto enorme vergonha dos crimes que você me fez cometer; já não tenho, coitada de mim, a paixão que me impedia de perceber a extensão deles. Quando meu coração deixará de se sentir despedaçado? Quando é que me livrarei dessa vergonha cruel? Apesar de tudo, acho que não lhe desejo nenhum mal, e acabo admitindo que você seja feliz. Mas como você vai conseguir, se é que tem coração?

Quero ainda lhe escrever uma outra carta, para lhe mostrar que, daqui a algum tempo, estarei mais tranqüila. Com que prazer terei então de recriminar seu comportamento injusto, já que não estarei mais tão intensamente tocada por ele. Você vai perceber que o desprezo; que falo de sua traição com a maior indiferença; que esqueci todo o meu prazer e sofrimento, e que só me lembro de você quando quero me lembrar!

Concordo que você tem muitas vantagens sobre mim, e que você me despertou uma paixão que me fez perder a razão; mas você não devia se envaidecer disso. Eu era jovem, ingênua; fecharam-me neste convento desde menina; só tive contato com gente desagradável; nunca tinha ouvido os elogios que você me dizia freqüentemente; parecia que só a você eu devia o encanto e a beleza que você descobriu em mim, e a qual me fez perceber; eu só ouvia coisas boas a seu respeito; todo mundo me falava a seu favor; e você fazia de tudo para despertar o meu amor. Até que, por fim, liberei-me do encantamento. Você me ajudou muito, e confesso que eu tinha enorme necessidade dessa ajuda.

Devolvo-lhes suas cartas, exceto as duas últimas que me escreveu e que guardarei cuidadosamente. Quero relê-la mais vezes ainda do que li as primeiras, para evitar uma recaída. Mas como elas me custam, e como eu teria sido feliz se você tivesse deixado que eu o amasse para sempre! Reconheço que me ocupo muito ainda com o meu ressentimento e sua infidelidade, mas lembre-se de que prometi a mim mesma um estado mais razoável, que espero atingir, ou então tomarei contra mim uma decisão drástica, de que você saberá sem grande desgosto. Não quero mais nada de você. Sou uma louca, vivo dizendo a mesma coisa várias vezes. Preciso deixá-lo, e nunca mais pensar em você. Creio mesmo que não voltarei a lhe escrever. Que obrigação tenho eu de lhe explicar todos os meus sentimentos??"